

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANA FURLONG ANTOCHEVIS

ATENÇÃO AO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO:
considerações sobre fazeres e pensares distanciados da reflexão sobre o sentido da
Universidade

RIO GRANDE

2023

Ana Furlong Antochevis

ATENÇÃO AO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO DO
ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO: considerações
sobre fazeres e pensares distanciados da reflexão sobre
o sentido da Universidade

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação
Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Renan Rocha

Rio Grande

2023

Ficha Catalográfica

ANTOCHEVIS, Ana Furlong

Atenção ao sofrimento psicológico do estudante universitário: considerações sobre fazeres e pensares distanciados da reflexão sobre o sentido da Universidade. / Ana Furlong Antocchevis. Rio Grande: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.102

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Renan Rocha

1. Universidade. 2. PNAES. 3. Neoliberalismo. 4. Subjetividade. 5. Sofrimento psicológico. I. Rocha, Renan, orientador. II. Faculdade Latino-americana de Ciências sociais. III. Atenção ao sofrimento psicológico do estudante universitário no PNAES: considerações sobre fazeres e pensares distanciados da reflexão sobre o sentido da universidade.

Ana Furlong Antochevis

ATENÇÃO AO SOFRIMENTO
PSICOLÓGICO DO ESTUDANTE
UNIVERSITÁRIO: considerações sobre
fazeres e pensares distanciados da reflexão
sobre o sentido da Universidade

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 26/06/2023.

Prof. Dr. Renan Rocha
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

TAE Dr. Rafael dos Santos Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Prof. Dr. Lauro Miranda Demenech (suplente)
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Para meu filho, Ricardo - um adolescente com espírito solidário e consciência crítica sobre seus privilégios, sobre o qual também paira o peso do capital.

Que possa conhecer uma Universidade popular e democrática, vivência garantidora mais de desafios e alegrias, do que de metas e tristezas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Fátima e Paulo - aos quais uma política pública de apoio ao universitário teria sido essencial. Ele, jovem de família evadida do campo, formou dois irmãos advogados, mas não conseguiu concluir o curso de Física. Ela, filha mais jovem de uma viúva que priorizou formar os três filhos homens, consegue entrar na universidade três vezes: Biologia, Biblioteconomia, Francês. Casada, tentou ir às aulas com as crianças. Caras feias (professores, marido, família), ela e três meninas no ônibus - o sonho de estudar cedeu ao trabalho reprodutivo de cada dia. Não puderam seguir o sonho de “fazer uma Universidade”, mas garantiram que minhas irmãs e eu pudéssemos ter acesso a educação e que o Ensino Superior fosse, para nós, uma realidade.

Agradeço ao meu amado filho Ricardo, gurizão cheio de gentileza, paciência e perspicácia, que me ensina muito mais do que eu conseguiria aprender sem ele - e nele, agradeço aos jovens que resistem no Ensino Superior e que depositam, no sonho de "fazer a faculdade", o sonho de fazer um mundo melhor. Agradeço também às minhas irmãs Alice e Eliza, que me inspiram com suas trilhas de superação e aprendizados constantes, e nelas agradeço também a tantas mulheres do meu cotidiano de trabalho, de militância, de vida.

Agradeço aos colegas Lauro Demenech, por me estimular e oportunizar meu retorno à pesquisa ética e compromissada, e Rafael Pereira, pela leitura atenta dos rabiscos iniciais e sugestões que enriqueceram meu trabalho, bem como ao Prof. Carlos Machado pela inspiração de uma produção acadêmica alinhada à militância. Paula, Luciano, Sara e Letícia - agradeço por mostrarem que é possível fazer, do trabalho complexo e desafiador, um cotidiano de parceria e leveza. No mesmo espírito, agradeço aos colegas do Curso, que fizeram do desafio de cursar um Mestrado à distância, em meio à pandemia de COVID-19, um espaço de solidariedade, um respiro de esperança em meio a uma realidade brutal.

Um salve poderoso a este presente inesperado, Renan Rocha. Poucas vezes na vida tive a sorte de ter alguém que me foi escolhido por outros, e que eu não teria escolhido melhor. Obrigada pela gentileza, serenidade, confiança, profissionalismo e parceria.

Obrigada, finalmente, ao Partido dos Trabalhadores, à Fundação Perseu Abramo, à FLACSO. O investimento em educação é revolucionário, e o projeto de um mundo mais justo fica um pouco mais próximo com iniciativas tão corajosas, que garantam a formação de qualidade do corpo militante da esquerda brasileira que segue acreditando e se empenhando em construir um outro mundo possível.

“Nem a razão, nem a ciência podem satisfazer toda necessidade de infinito que existe no homem.”

“Mas a Universidade permanece substancialmente a mesma. E o jovem mais uma vez tem a sensação de frequentar uma Universidade doente, uma Universidade petrificada, uma Universidade sombria, sem luz, sem saúde e sem oxigênio.”

“Não é possível democratizar a educação de um país sem democratizar sua economia e sem democratizar, portanto, sua superestrutura política.”

José Carlos Mariátegui, entre 1919 e 1928.

RESUMO

Esta dissertação analisa o panorama da produção acadêmica sobre atenção à saúde mental dos estudantes universitários, no âmbito da área de atenção à saúde preconizada pelo PNAES, questionando seu alinhamento à racionalidade neoliberal implantada na gestão universitária. A partir de referencial teórico materialista histórico-dialético, propomos uma reflexão do sentido social da Universidade no contexto do capitalismo dependente no Brasil, e sobre a forma como a socialidade capitalista atua na formação da subjetividade e, particularmente, como a racionalidade neoliberal produz e gestiona o sofrimento psicológico na atualidade. Foi realizada revisão narrativa de produções científicas sobre as estratégias utilizadas pelas IFES (ações, programas, projetos e serviços) para executar ações de atenção à saúde mental dos universitários no âmbito do PNAES. Através da Análise de Conteúdo temática, foi possível identificar uma visão predominante de saúde mental alinhada à lógica neoliberal de disposição ótima do sujeito para a contínua exploração, condizente com a dificuldade de implantar propostas de intervenção que contemplem características democráticas e emancipatórias. Foi identificado também que a Psicologia, nos dispositivos de assistência estudantil, busca construir uma nova identidade em seus fazeres no sentido de uma Psicologia Escolar e Educacional, mas ainda é identificada pelo público-alvo e pela instituição como recurso clínico, pressionando as equipes com a expectativa de atendimento de uma demanda crescente. Como resultado proeminente da análise, foi identificada a ausência marcante de amparo teórico e de discussão a respeito das categorias Estado, Políticas Públicas e Universidade, o que pode ser inferido como um dos principais entraves à construção de alternativas que atendam à complexidade e profundidade do sofrimento psicológico identificado na população universitária. Considerando as limitações de nossa análise, entendemos que são necessários estudos aprofundados de base sociológica sobre o tema, que utilizem metodologias compreensivas que considerem a variedade de atores envolvidos no tema, especialmente os universitários.

Palavras-chave: Universidade; PNAES; Neoliberalismo; Subjetividade; Sofrimento psicológico.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the academic production about university students mental health care panorama, within the area of healthcare advocated by PNAES, questioning its alignment with the neoliberal rationality implemented in university management. Based on a historical-dialectical materialist theoretical framework, we propose a reflection on the social meaning of the University in the context of dependent capitalism in Brazil, and on how capitalist sociality acts in the formation of subjectivity and, particularly, how neoliberal rationality produces and manages current psychological suffering. A narrative review of scientific productions was carried out on the strategies used by the IFES (actions, programs, projects and services) to implement university students' mental health programs, within the scope of PNAES. Through thematic Content Analysis, it was possible to identify a predominant vision of mental health aligned with the neoliberal logic of the subject's optimal disposition for continuous exploration, consistent with the difficulty of implementing intervention proposals that contemplate democratic and emancipatory characteristics. It was also identified that Psychology, in student assistance devices, seeks to build a new identity in its actions in the sense of School and Educational Psychology, but is still identified by the target audience and by the institution as a clinical resource, pressuring the teams with the expectation of meeting a growing demand. As a prominent result of the analysis, the marked absence of theoretical support and discussion regarding the categories of State, Public Policies and University was identified, which can be inferred as one of the main obstacles to the construction of alternatives that meet the complexity and depth of suffering identified in the university population. Considering the limitations of our analysis, we understand that in-depth sociologically based studies on the subject are needed, using comprehensive methodologies that consider the variety of actors involved in the subject, especially university students.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UNIVERSIDADE E SOFRIMENTO UNIVERSITÁRIO - FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS	14
1.1 Estado brasileiro, desigualdade e a universidade no contexto neoliberal	15
1.1.1 Capitalismo dependente, classes sociais e desigualdade no acesso à cidadania	15
1.1.2 Políticas públicas e planejamento estatal	24
1.1.3 Crise de sentido - a lógica da eficiência na Universidade e no PNAES	31
1.2 Sujeito e subjetividade no capitalismo e o sofrimento do estudante universitário	39
1.2.1 Sujeito e subjetividade no capitalismo	39
1.2.2 Sofrimento psicológico dos universitários no contexto neoliberal	47
2. REFLEXÕES ACERCA DO PANORAMA ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE O TEMA	55
2.1 Percurso investigativo - metodologia de pesquisa e de análise	55
2.2 Descrição e análise dos resultados	64
2.2.1 Compreensão imanente dos estudos	64
2.2.2 Forma e contexto - quem estuda o tema, como estuda, e para quê	70
2.2.3 Concepções emergentes (e ausentes) sobre saúde mental, Estado, políticas públicas, Universidade	72
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
4. REFERÊNCIAS	83
5. APÊNDICES	91
APÊNDICE A - PLANILHA DE UNIDADES DE REGISTRO - DADOS BRUTOS	91
APÊNDICE B - PLANILHA DE CATEGORIAS	100
APÊNDICE C - PLANILHA RESULTADOS DA ANÁLISE	101

INTRODUÇÃO

A preocupação científica que impulsiona essa dissertação está amparada na trajetória profissional e pessoal da pesquisadora. Atuando na atenção à saúde mental dos universitários desde 2008, após ingresso no Serviço Público Federal como Técnica-Administrativa em Educação/TAE - Psicóloga Escolar, foi possível vivenciar os desafios e mudanças que a política de recuperação do Ensino Superior produziu na comunidade acadêmica de uma universidade federal no extremo sul do Brasil. Participando tanto da dimensão assistencial ao sofrimento psicológico relatado pelos universitários, bem como das dimensões institucionais de planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas relacionadas ao tema, foi possível desenvolver uma concepção crítica a respeito do fenômeno do sofrimento psicológico dos universitários, para além da perspectiva particularista e individualista preponderante na forma como o tema é abordado pelas instituições. Além disso, ao participar como assistente de pesquisa sobre a saúde mental dos estudantes universitários nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras (DEMENECH, 2021), pudemos também ampliar a percepção do sofrimento psicológico dos universitários enquanto fenômeno nacional, que ultrapassa as expectativas de particularidades regionais como fatores significativos nesse cenário.

A partir dessa trajetória, foi possível compreender que a vida universitária, ainda que marcada pelo regozijo da conquista tão significativa de uma vaga na Universidade Pública, constitui-se como uma vivência de desafios complexos e que, associados, causam efetivamente elevados índices de sofrimento psicológico aos universitários. O desafio das Universidades, dessa forma, extrapola a ampliação do número de vagas disponibilizadas, ou a garantia de acesso a camadas mais vulnerabilizadas da população, ou mesmo os esforços para assegurar a permanência qualificada dos universitários até a conclusão do curso. O desafio, defendemos, está na assunção, pelo corpo universitário brasileiro, de uma postura politicamente crítica a respeito da função social atribuída ao Ensino Superior, e de como essa função social deve ser executada de forma a, em lugar de produzir sofrimento e responder a ele de forma superficial e burocrática, ser espaço de produção saudável de subjetividades.

Na esfera do financiamento das políticas públicas no Brasil, as IFES sofreram o acirramento de uma política de contingenciamento de verbas, extremada pelo golpe de 2016 e

concretizado através da Emenda Constitucional 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal, congelando, por 20 anos, o limite de gastos públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2016). Esse processo se materializou como desinvestimento estratégico na educação, especialmente no Ensino Superior, e em saúde, especialmente na Saúde Mental, conforme os interesses de campos políticos que ascenderam ao poder naquele período, e eram comprometidos com a retirada do Brasil do protagonismo desenvolvimentista construído nos períodos dos governos progressistas.

Essa política de contingenciamento financeiro veio amparada em uma campanha ideológica de desconstrução da validade da produção científica e de descaracterização do percurso universitário enquanto parte do desenvolvimento nacional, alçado à perspectiva de sucesso individual, de acordo com a baliza neoliberal. Além disso, no amplo da sociedade, cada vez mais identificamos a relativização do sofrimento mental, e do acirramento da perspectiva medicalizante no atendimento às demandas de saúde mental. Finalmente, todos esses elementos, associados, convergem no sentido de potencializar os efeitos adoecedores e perversos da racionalidade neoliberal na vida universitária.

Portanto, entendendo que o sofrimento psicológico percebido nos universitários se relaciona com a dinâmica de um cotidiano subjogado pela racionalidade neoliberal, e nesse mesmo sentido, entendendo que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se configura como uma importante política pública que fundamenta a atuação da atenção à saúde mental dentro das IFES, julgamos pertinente investigar de que forma estas ações são executadas, e se conseguem atender às demandas da população estabelecida - no caso, os estudantes universitários beneficiários do Programa - para além de uma perspectiva alinhada à lógica neoliberal, pautada na busca de sucesso acadêmico quantitativo através de controle superficial do sofrimento psíquico.

Sendo assim, elegemos, como tema de pesquisa, o panorama da atenção à saúde mental dos estudantes universitários realizada pelas IFES, no âmbito da área de atenção à saúde preconizada pelo PNAES. Ao longo do contato com os levantamentos iniciais realizados para a elaboração do projeto, considerando-se nosso referencial teórico de base, surgiu então uma pergunta crucial, a qual formulamos como a questão de pesquisa desta dissertação: os modelos de atenção à saúde mental dos estudantes universitários executados pelas IFES, no âmbito das diretrizes do PNAES, têm sido capazes de romper com a lógica neoliberal ou reproduzem sua racionalidade? Nossa hipótese inicial, evidentemente, foi atravessada pela experiência vivencial da pesquisadora em relação ao tema e por suas compreensões sobre socialidade no capitalismo dependente e o impacto da racionalidade

neoliberal no sofrimento psicológico, e por esses motivos apontava para a ideia de que as IFES não têm conseguido avançar da perspectiva gerencialista na execução do PNAES, o que concorre para a reprodução e agravamento do sofrimento psicológico dos universitários no contexto neoliberal.

Nosso objeto de estudo foi delineado como o conjunto de produções científicas que analisaram as estratégias utilizadas pelas IFES (ações, programas, projetos e serviços) para executar ações de atenção à saúde mental dos universitários dentro das diretrizes do PNAES. O objetivo geral de nossa pesquisa, nesse sentido, foi analisar criticamente a produção científica sobre os modelos de atenção à saúde mental que as IFES têm utilizado para atender ao sofrimento psicológico dos estudantes universitários. Para alcançá-lo, percorremos quatro objetivos específicos: descrever e balizar teoricamente o contexto sócio-histórico e o desenvolvimento da política pública em voga; descrever e balizar teoricamente as concepções de sujeito e sofrimento psicológico; realizar o levantamento do "estado da arte" sobre o tema da dissertação; e finalmente analisar criticamente os achados, a partir da abordagem metodológica proposta.

Para traçar nossa fundamentação teórica, no primeiro capítulo apresentaremos dois eixos fundamentais de pressupostos, inicialmente considerando as perspectivas do âmbito do Estado e políticas públicas, com destaque ao Ensino Superior dentro desta lógica. Para isso, iremos caracterizar a compreensão da formação estatal do Brasil enquanto determinada pela lógica do capitalismo dependente, e de como essa lógica afeta a construção de uma estrutura de classes sociais baseada na desigualdade e na injustiça quanto ao acesso à políticas de bem-estar social. Destacaremos de que forma esse contexto, operacionalizado através da lógica gerencialista implantada no Estado brasileiro a partir dos anos 80, afetou as políticas de Ensino Superior e a atenção às demandas de assistência estudantil nas IFES. No segundo eixo apresentaremos a perspectiva ontológica do materialismo histórico-dialético, que fundamenta a concepção de socialidade humana baseada no trabalho. Para tanto, apresentaremos as principais categorias relacionadas ao tema, em direção a uma compreensão da dimensão da subjetividade humana no marxismo e a discussão emergente, no campo da Psicanálise, sobre a concepção de que a racionalidade neoliberal atua na gestão do sofrimento psicológico. Finalmente, apresentaremos a particularidade da forma como se dá a expressão dessa dinâmica no sofrimento psicológico vivenciado pelos estudantes universitários.

No segundo capítulo apresentaremos o percurso metodológico desenvolvido, descrevendo a perspectiva epistemológica fundamentada no materialismo histórico-dialético. A abordagem utilizada para coleta dos dados utilizados nesta pesquisa, considerando as

particularidades e limitações que o método escolhido possa impôr a uma pesquisa social, é a “revisão narrativa”, através da qual foi determinado um conjunto de documentos sobre os quais foi realizada “análise de conteúdo temática” sobre os modelos e concepções de atenção à saúde mental no âmbito do PNAES. A seguir, apresentaremos o produto de nosso levantamento, qual seja, a análise das produções mais atuais e relevantes, no contexto científico, sobre de que forma as IFES têm compreendido e atendido às demandas de quem apresenta sofrimento psicológico. Apresentaremos os dados na forma de uma descrição dinâmica dos documentos e da discussão sobre as categorias que emergiram após a análise de conteúdo.

Nas considerações finais apresentamos as reflexões que emergiram da pesquisa, destacando possíveis inferências resultantes da interlocução entre os referenciais teóricos apresentados e os resultados desse levantamento. Mais do que no sentido de denunciar a problemática associação entre a lógica gerencialista implantada nas universidades e o sofrimento psicológico dos estudantes, propomos que urge a assunção de um novo modelo de gestão universitária. O mundo, sob o sistema capitalista, não será transformado apenas por transformações no universo acadêmico, mas qualquer transformação será impossível se, no seio de um ambiente tão privilegiado como as Universidades Federais, a racionalidade neoliberal pautar de forma institucionalizada e oficial a complexa rede de relações e potências transformadoras que fazem parte do cotidiano dessa rede.

1. UNIVERSIDADE E SOFRIMENTO UNIVERSITÁRIO - FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo apresentará as bases conceituais e principais formulações teóricas que fundamentaram nossa perspectiva de análise. Ainda que nossa concepção seja a de uma lógica dialética, os conteúdos foram abordados em dois blocos, de modo a oferecer uma leitura mais fluida, sem prejuízo, entretanto, da compreensão da sua correlação dinâmica.

No primeiro bloco focalizamos a dimensão “Estado”, e buscaremos demonstrar, de forma crítica, a dinâmica da evolução do capitalismo no Brasil, considerando que, para além dos fatores internos que caracterizam esse processo, nosso desenvolvimento político, econômico e social sempre esteve atrelado de forma dependente à ação de interesses do capital internacional. Compreender a maneira como se constitui e se transforma a sociedade brasileira implica então compreender como ocorrem esses processos tão amplos e complexos. O Brasil teve a conformação de sua estrutura social sob a influência desta realidade e não se pode esperar que a expressão concreta dessa dinâmica possa ser identificada utilizando-se um ou dois critérios limitados - é necessário compreender as bases do fenômeno.

Portanto, partimos da compreensão de que, a partir de Florestan Fernandes, o Estado brasileiro caracteriza-se como fazendo parte do modelo de capitalismo dependente, cuja complexidade irá consolidar em nosso País uma estrutura de classes bastante estratificada, com profundo distanciamento econômico e cultural que irá manter e aprofundar a desigualdade social. Nesta realidade será construída a forma de o Estado atender ao que entende como necessidades da população, e como fará isso. Assim, buscaremos analisar de que forma as políticas públicas no Brasil, podem operar no sentido de extinguir, remediar, manter ou mesmo acirrar as desigualdades sociais. Focando particularmente o contexto de desenvolvimento das Universidades brasileiras e as políticas públicas relacionadas, nos embasaremos nas análises de Florestan Fernandes, Marilena Chaui e Roberto Leher.

O segundo bloco focaliza, dentro da perspectiva materialista histórico-dialética, como são constituídos não apenas os sujeitos, mas sua subjetividade, e seu sofrimento psicológico - para, finalmente, apresentarmos como se expressa essa realidade no sofrimento psicológico dos universitários. Para isso, faremos a explanação das principais categorias desenvolvidas por Lukács em relação ao papel fundamental do trabalho no desenvolvimento da socialidade humana. A partir dessa compreensão, apresentaremos as principais categorias desenvolvidas por Marx no sentido da compreensão de sua perspectiva filosófica, o que nos permitirá introduzir, em um plano geral, a noção de uma teoria marxista da subjetividade. Situados

nesta perspectiva, podemos então conduzir nossa concepção a respeito do sofrimento psicológico a partir do campo teórico crítico que tem se dedicado a aproximar, atualmente, a Teoria Crítica e a Psicanálise, utilizando-nos do referencial desenvolvido por Vladimir Safatle e Christian Dunker.

Este capítulo, evidentemente, é desafiador no sentido de se propôr a aglutinar tantas teorias fundamentais que por si só apresentam complexidades gigantescas e profundas, bem como no sentido de apresentá-las de forma coerente. Nesse sentido, nos orienta a concepção de que o ensino superior está radicalmente conectado ao trabalho, e assim, à socialidade humana - e que na complexa dinâmica desse processo, especialmente quando atravessado pela racionalidade neoliberal na qual se sustenta o capitalismo na atualidade, está - senão o principal - um dos cerne do sofrimento psicológico nos dias atuais.

1.1 Estado brasileiro, desigualdade e a universidade no contexto neoliberal

1.1.1 Capitalismo dependente, classes sociais e desigualdade no acesso à cidadania

Analisar a constituição da sociedade brasileira tem sido um desafio para inúmeros pesquisadores. Desde os primeiros registros encontrados referentes ao período colonizatório até os dias atuais, um dos principais desafios tem sido elaborar uma narrativa que dê conta não apenas de descrever a realidade observada, mas que seja capaz de fazer uma análise crítica que considere o seu próprio eixo narrativo como um elemento que constrói a realidade e a transforma continuamente. Ou seja, uma análise coerente deve levar em conta as especificidades brasileiras, considerando a sua evolução de acordo com o capitalismo global, pois, devido à natureza própria da evolução do capitalismo, os mesmos períodos históricos terão expressões muito diferenciadas na estratificação social das diferentes sociedades.

De acordo com Florestán Fernandes (1975a), o capitalismo dependente é um sistema usurário da exploração das classes trabalhadoras, que atua de forma a atender às necessidades do sistema capitalista internacional. Identificando o sentido do uso do excedente de produção pela classe burguesa nacional, afirma o autor que “o subdesenvolvimento é menos um produto direto da economia capitalista, considerada em si mesma, que da falta de conjugação entre mudanças econômicas, sociais e políticas, congelada ou impedida pela classe social que deveria jogar seus interesses econômicos em tal conjugação” (FERNANDES, 1975a, p. 82).

O autor caracteriza o capitalismo dependente sob duas bases fundamentais. Primeiramente, sob a noção de que ele “coordena e equilibra estruturas econômicas (ou

sistemas econômicos) em diferentes estágios de evolução econômica” (FERNANDES, 1975a, p.49). Essa variação nos estágios de evolução econômica não apenas será um fenômeno perceptível, mas fortemente perseguido no desenvolvimento das relações entre o capitalismo internacional e o nacional. É exatamente essa disparidade a responsável por sustentar o sistema capitalista avançado ao qual a economia subdesenvolvida está atrelada, uma vez que será aquele o destino do excedente de produção da sociedade capitalista dependente.

A segunda noção observada pelo autor é a de que, diferentemente de refletir algum nível de equilíbrio, a ordem econômica no capitalismo dependente irá exprimir “o conjunto de tendências que, no momento correspondente, regulam as situações econômicas (ou algumas de suas fases) em bases propriamente capitalistas” (FERNANDES, 1975a, p.49). O setor arcaico remanescente, dessa forma, não constitui-se como uma força capaz de influir por si própria no desenvolvimento econômico, mas sim é parte de um constante e contínuo fluxo de sujeição às determinações do agente econômico nacional, de acordo com as orientações e necessidades do agente econômico externo.

Esse processo se dá na medida em que o crescimento da economia nacional passa a trazer uma série de modernizações, as quais são direcionadas exclusivamente aos setores modernos da economia, o que acaba por ampliar o distanciamento entre esses e os setores arcaicos da economia. Essa prática “organiza a transferência do excedente econômico deste setor para a esfera urbana da economia, como um meio para promover o financiamento da industrialização e expandir as tendências de consumo em massa, que infundem ao setor moderno as aparências do capitalismo avançado” (FERNANDES, 1975a, p. 56).

Tal processo de distanciamento entre os setores mais arcaicos dos setores mais modernos é dependente da existência de uma estrutura de classes com diferenciação marcante, para que possa ser produzida, nesse lapso, uma cultura social que regule e neutralize as ansiedades desenvolvimentistas dos setores explorados, com uso do aparato ideológico e da força opressora do Estado, caso necessário. Para tanto, esse setor modernizado, exclusivamente associado à classe burguesa, operando sua consciência de classe, irá utilizar-se do espaço político para estabelecer, através de seu controle da ordem econômica, a garantia da sua posição privilegiada e a defesa da sua situação de classe (homogeneidade social), e de seus interesses de classe (estrutura material) (FERNANDES, 1975a, p.58).

O regime de classes, nas sociedades capitalistas dependentes, tanto será constituído como irá refletir esse processo, e será influenciado pela maneira como as formações sociais que existiam previamente tenham se consolidado e por sua dinâmica de funcionamento antes e após a consolidação do capitalismo. A origem colonialista da formação estatal brasileira vai

apresentar esta dinâmica, que sustentará a noção de capitalista-dependente como sendo o momento do capitalismo que vivemos no Brasil. A estratificação das classes brasileiras responde então a uma necessidade para que o sentido último do capitalismo - a expropriação da riqueza nacional - possa ser levado adiante, e seu funcionamento pleno nos leva a um cenário desolador:

O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 1975a, p. 69)

Essa dinâmica tenderá a constituir e acirrar as desigualdades econômicas, sociais e políticas entre os estratos mais e menos privilegiados. Teremos então a constituição de uma classe burguesa identificada com o sistema capitalista avançado, porém incapaz de fazê-lo desenvolver-se em seu próprio território através de mecanismos exclusivamente econômicos. Essa classe tenderá a “transformar interesses e conveniências econômicas em matéria política ou diplomática e a empregar meios de controle político ou diplomático em assuntos econômicos” (FERNANDES, 1975a, p. 78), garantindo, dessa forma, a manutenção dos elementos que lhe sustentam: apropriação privada dos meios de produção, mercantilização do trabalho e a acumulação capitalista. Também buscará operar na realidade construindo algum nível de solidariedade entre as suas próprias categorias, atuando agressivamente para que as demais classes (subalternizadas) sujeitem-se e aceitem sua dominação, e boicotando as iniciativas de desenvolvimento dos conteúdos locais que possam autonomizar a economia nacional (FERNANDES, 1975a, p. 80).

Temos então que a dinâmica da relação entre o sistema capitalista dependente ativo no Brasil e o sistema capitalista avançado internacional se ampara nas desigualdades presentes no sistema de classes nacional. Essa dinâmica encontra seu equilíbrio na medida em que a classe dominante mantém um estatuto de funcionamento que prevê, primordialmente, o distanciamento dos estratos populacionais subalternizados do acesso aos setores modernizados da economia, mas também proporciona narrativas que conduzem esses estratos oprimidos à aceitação de sua realidade. Uma das estratégias, aponta Fernandes, será o próprio dispositivo da democracia representativa, o qual manterá o espaço de manobra das classes dominantes sob o falso véu da esperança de acesso da classe trabalhadora à formulação das políticas nacionais (FERNANDES, 1975a, p. 88). E, no que diz respeito a nossa pesquisa, a função social da universidade pública também sofrerá impacto desta conformação.

Ainda que possamos compreender que a divisão da população em classes sociais não seja fenômeno exclusivo do capitalismo, ela tem se desenvolvido de forma muito particular dentro deste sistema, uma vez que, segundo Ossowski, “o conceito de classe social está ligado a toda a concepção marxista de cultura como a superestrutura de interesses de classe” (OSSOWSKI, 1976, p.38), envolvendo a representação de uma variedade de categorias relacionadas muito especialmente às características econômicas dos grupos sociais. Nesse sentido, o modelo capitalista conduz ao surgimento das classes dentro de uma explícita dicotomia entre uma classe dominante e uma classe explorada. Segundo Pochmann, no contexto do desenvolvimento histórico do capitalismo, portanto, “as classes podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos, ou melhor, como produtos de um conjunto de estruturas relacionadas com as esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas” (POCHMANN, 2014, p.20).

Paul Singer compreenderá a classe como sendo constituída “por todos aqueles que integram de modo idêntico a teia de relações sociais de produção. Sendo a produção uma atividade eminentemente social, todos os que dela participam têm que se relacionar com os demais e portanto pertencem necessariamente a alguma classe.” (SINGER, 1981, p.18). Balizada pelo princípio da propriedade privada, a classe dominante, detentora dos meios de produção, conduzirá o programa econômico e controlará o excedente de produção, utilizando-o de acordo com seu projeto de manutenção do poder estatal. As demais classes serão os trabalhadores assalariados, o proletariado, e ainda as categorias que venham a desenhar-se no interstício destas. Contudo, tal como Ossowski, o autor atenta para a compreensão de que não apenas esta caracterização irá definir o conceito de classe, mas o aspecto de conflito:

Cada classe social, através dos seus “órgãos”, elabora seu projeto e trata de implementá-los através dos processos políticos e sociais que a conjuntura histórica lhe possibilita. E como estes projetos são diferentes e mutuamente exclusivos, a implementação de um impede a dos outros, o que fez com que as diferentes classes se contraponham, no plano social e político, engajando-se numa luta, que é historicamente inevitável. (SINGER, 1981, p.23)

O autor avalia que o projeto da classe dominante nacional fundamenta-se na divisão de classes e na resultante desigualdade social como aspecto fundamental para seu desenvolvimento, associado ao controle dos programas e processos do Estado, a partir de uma gestão técnico-burocrática da economia que garanta a manutenção do *status quo* (SINGER, 1981, p. 101). Assim, temos que o Estado nacional, em vez de instrumento de regulação das necessidades e direitos de um povo, funciona como dispositivo de controle social e age no sentido de atender às demandas da classe dominante.

Concorda com essa compreensão Pochmann (2014, p. 27), ao sustentar que a ampliação do sistema capitalista para o nível global aprofundou as mudanças sociais relacionadas ao papel do trabalho e impacto da renda, especialmente no sul global, para onde convergem os principais movimentos de exploração e acumulação primitiva feitos pelo capital internacional. Assim, enquanto no norte industrializado foi conformada uma classe média densa e assalariada, no sul, para onde foi encaminhada a produção manufatureira, em conjunto com as relações de trabalho informais, relacionadas a serviços pessoais e domésticos, a definição de classes apresenta-se como um desafio mais complexo.

Esse cenário propiciará um desenho de mobilidade social diferente no norte e no sul globais, uma vez que “A natureza da diferenciação entre indivíduos e classes bem como a sucessão de destinos pessoais e geracionais encontram-se direta e indiretamente associados à diversidade de organização das sociedades” (POCHMANN, 2014, p. 28). A passagem dos “sistemas de castas” - definido pela hereditariedade do período pré-industrial - ao sistema de classes sociais - determinado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais geradas pela industrialização e urbanização - demonstra como o impacto das questões relacionadas ao contexto do trabalho “configurou-se como referência na delimitação constitutiva e de desenvolvimento dos distintos estratos sociais” (POCHMANN, 2014, p. 29).

Analisando o desenvolvimento da chamada “classe média” no caso brasileiro, Pochmann avalia que, a partir do período da ditadura empresarial-militar no Brasil, e especialmente após a década de 70, uma classe média assalariada foi parcamente desenhada pela limitada industrialização nacional, mas ainda assim fortemente associada a um distanciamento cada vez maior entre as parcelas populacionais, em relação ao seu poder de consumo e seu acesso a políticas de bem-estar social (POCHMANN, 2014, p.42). Nesse contexto, defende o autor que:

Nas economias de países de rendimento intermediário, que não completaram plenamente o seu processo de industrialização e já precocemente avançam para as estruturas sociais de base nos serviços, o uso do conceito de classe média talvez seja ainda mais extemporâneo. Isso porque a adoção de uma medida descontextualizada da base original de sua materialização pode se revestir apenas e simplesmente de um voluntarismo teórico inconsistente com a realidade, salvo interesses ideológicos específicos ou projetos políticos de reconfiguração de redução do papel do Estado. (POCHMANN, 2014, p.45).

Podemos compreender que estudar uma determinada classe social, no Brasil, não pode ser uma tarefa executada sem a análise do maior número de fatores possíveis sobre o desenvolvimento sócio-histórico do país, no contexto mais amplo possível. Se a constituição de uma classe média assalariada foi um fenômeno perceptível e marcante no desenrolar da segunda metade do século XX, esse processo ocorreu em meio à uma tradição estatal

brasileira de oferecer vantagens e privilégios às classes de maior poder aquisitivo em relação a políticas públicas de crédito ao consumo e educação superior, ampliando sua capacidade de consumo - especialmente dos serviços de baixo custo, oferecidos por uma classe vulnerabilizada e em franca ampliação, graças ao êxodo rural (POCHMANN, 2014, p. 42).

Na verdade, conforme Pochmann e Nozaki (2017), os subsequentes processos de industrialização acelerada e desindustrialização precoce executados no Brasil foram fundamentais na constituição da dinâmica de mobilidade social aqui vivenciada. Enquanto no período de industrialização identificado entre as décadas de 30 a 50 se amplia o trabalho nos setores industriais mais tradicionais e complexos, a consequente melhora no poder aquisitivo amplia também as vagas no setor de serviços. Essa dinâmica sofre e impacta o processo de urbanização e de sociabilidade familiar, além dos processos culturais que emergem representando e ressignificando esses cenários.

Após o Golpe de 64, se ampliou a distância entre as classes sociais, na medida em que a política econômica do período possibilitou o aumento da concentração de renda, em consonância com a ampliação de um sistema de pensamento e funcionamento social que justificava cada vez mais o abismo entre as classes (CANO, 2017; POCHMANN e NOZAKI, 2017):

Além da retirada de direitos trabalhistas, a política de reajustes salariais prejudicou os trabalhadores. A intensidade do crescimento – industrial, notadamente - induziu forte expansão da demanda de trabalho mais qualificado, abrindo ainda mais o leque salarial urbano e, com isso, agravando a distribuição de renda no país. O pecado maior talvez tenha sido o bloqueio feito à reforma agrária, com o que foram mantidas as estruturas rurais mais conservadoras do país. (...) A prioridade da TV e do entretenimento sobre a informação e a educação sob a preeminência de empresas privadas sobre a opinião pública promoveu o triunfo de normas mercadológicas sobre princípios modernizantes. Desse modo, a sociedade brasileira passou diretamente da deseducação para a massificação, criando consumidores sem que se houvesse formado cidadãos. (CANO, 2017, p. 271)

As décadas de 80 e 90, ainda que tenham a marca da redemocratização e dos avanços importantes realizados no período, foram também o tempo da implantação e consolidação de práticas neoliberais que trouxeram, em seu escopo, a desindustrialização e a conformação da classe trabalhadora brasileira como majoritariamente composta por ocupações no setor de serviços. Cano irá destacar “a forte diminuição de controle do Estado sobre setores estratégicos para o desenvolvimento nacional” como uma das principais características dos anos 90 (CANO, 2017, p.284).

Durante os governos Lula e Dilma, é evidente que a política econômica pautada em um desenvolvimento distributivista reduziu as diferenças entre as classes em relação ao seu

poder de consumo, mas as mudanças sociais mais impactantes, porque mais profundas e complexas, foram interrompidas precocemente com a crise política:

Essa combinação de fatores tem como uma de suas principais consequências a formatação de uma nova subjetividade entre as camadas populares das grandes cidades do país. Trata-se, em síntese, de um grupo social cujos valores e votos permanecem em disputa, defendem o empreendedorismo, mas apoiam intervenções do Estado e comungam relações de comunidade e vizinhança. (POCHMANN e NOZAKI, 2017)

Estas mudanças tiveram um papel fundamental na mobilidade das classes sociais brasileiras. A configuração deste processo detalhadamente estudado por Ribeiro (2006) demonstra que políticas efetivas de combate à desigualdade racial, de acesso e permanência da classe trabalhadora a ambientes educativos de qualidade, são essenciais para a transformação social, a partir da possibilidade de ascensão da classe trabalhadora a estratos da classe média. A distinção aqui se faz de acordo com Pochmann, entendendo-se as classes não apenas de acordo com a renda média, mas com uma gama ampliada de características relativas a determinado grupo social, incluindo seu acesso pessoal e o seu histórico familiar de acesso à educação, saneamento básico, cultura, etc.

Tal reflexão nos evoca o conceito de *cidadania regulada* de Santos (1979), uma vez que podemos compreender o forte impacto que a forma de configuração do mundo do trabalho e sua estratificação causam na regulação do sentido de cidadania que vivenciamos no Brasil. Pautada muito mais na caracterização dos indivíduos a partir do tipo de ocupação laboral, a construção da cidadania no Brasil vai acabar por relegar à marginalização uma enorme fatia da sociedade, em um Estado que está a serviço de manter o distanciamento do acesso das classes a direitos básicos.

Ao final do período, já consolidadas as perspectivas políticas de alinhamento ao neoliberalismo global - com a necessária interrupção do desenvolvimento da industrialização brasileira de forma a manter a relação capitalista dependente - Pochmann identifica uma redução na classe média, na esteira da implantação de lógicas de relação de trabalho cada vez mais precarizadas. E, ainda que a partir dos governos progressistas, de 2003 até 2011 (período analisado pelo autor), seja evidente a melhoria das condições econômicas e sociais da parcela populacional pertencente à base da pirâmide social brasileira, bem como a maior presença de mobilidade social ascendente nesse mesmo grupo, o estrato referenciado como “classe média” não vivenciou o mesmo avanço (POCHMANN, 2014, p. 43). Essa dinâmica, segundo o autor, seria a explicação para as:

dificuldades para a realização de alianças políticas estratégicas entre os trabalhadores e a classe média em favor do Estado de bem-estar social, conforme observado nos países desenvolvidos. No Brasil, o corporativismo de algumas

categorias profissionais elitizadas, a meritocracia dos segmentos de maior escolaridade numa sociedade de baixa escolaridade e o particularismo de setores ocupacionais de maior rendimento obstaculizaram ações conjuntas de fortalecimento do sistema de proteção e promoção social (POCHMANN, 2014, p. 57).

O papel do ensino superior como divisor de classes, nesse sentido, recebe destaque por ter sido utilizado como um diferencial recurso de ascensão social para as classes possuidoras de uma situação financeira já privilegiada, em uma perspectiva de mundo do trabalho cada vez mais voltado aos processos de avanços tecnológicos e de industrialização de diversos campos de serviços (POCHMANN, 2014, p.58). Amparado nos estudos sobre gastos das famílias em diferentes estratos com educação, o autor evidencia a diferença de aporte financeiro entre os estratos, de 1987 a 2009 (POCHMANN, 2014, p. 112), em um sentido de redução cada vez maior nas famílias mais pobres (até 6 salários mínimos), e também nas de maior poder aquisitivo (mais de 10 salários mínimos). A única faixa que apresenta aumento nos gastos com educação corresponde a famílias com 6 a 10 salários mínimos, fenômeno que pode ser compreendido pelo paradoxo da tentativa de fuga, deste estrato, dos sistemas educacionais públicos considerados precarizados, mas aos quais a parcela com menor remuneração passa a ter mais acesso.

Essa análise condiz com a percepção de Leher (2019) a respeito do do alinhamento da constituição de políticas educacionais brasileiras aos interesses de uma elite que pretende, a partir da diferenciação de acesso à educação formal (especialmente superior) entre os estratos populacionais, manter seus privilégios, o que é materializado nas propostas de “ampliar a cobertura pública do ensino fundamental e difundir um ideário pedagógico referenciado na chamada teoria do capital humano, socializando as crianças e jovens em conformidade com o mercado, o que Florestan Fernandes conceituou como capitalismo dependente” (LEHER, 2019, p. 36).

Importa destacar, ainda que brevemente, como Souza (2018) pauta fundamentalmente o impacto perverso, silenciado pela maioria dos historiadores brasileiros, da escravidão e da manutenção, até hoje, da lógica escravagista nas relações sociais e de trabalho. Dirá o autor:

O corte da luta de classes vai separar esse universo e contrapô-lo ao universo das classes médias e da elite de proprietários. A herança da escravidão não irá contaminar apenas a ralé, negra e mestiça, mas todas as classes populares. E isto é decisivo para se entender a posição e atitude das frações da classe média em relação às classes populares. (SOUZA, 2018, p.79)

A formação da classe média, para o autor, tem seu início na busca da distinção da classe trabalhadora imigrante, vinda após a abolição, da categoria composta pelos escravos libertos deixados à própria sorte e os agregados dos proprietários de terras - a ralé estrutural de despossuídos e abandonados (SOUZA, 2018, p 65). Nesse sentido, também compreende

que o processo de industrialização tardia no caso brasileiro ampliou a classe de trabalhadores vinculados ao setor de serviços. O autor distingue duas classes nessa categoria: os serviços braçais, que não dependem de acesso a estudo, e os serviços vinculados às carreiras técnicas e burocráticas (incluindo as carreiras de Estado), dependentes de educação formal. A segunda será o embrião da classe média que vai se configurar não apenas em função de acesso a crédito e acesso a bens de consumo, mas principalmente em função do privilégio do acesso à educação - tanto em seus processos formais como nos processos educativos informais e de produção de capital cultural provenientes da socialização familiar (2018, p.73).

Pode-se então compreender que, para além do impacto da política econômica de acesso a bens de consumo na formação da classe média brasileira, o cenário mais amplo de acesso a direitos básicos (sociais, políticos, etc) parece marcar a conformação de uma nova classe média Brasil mas, fundamentalmente, trata-se de uma conformação com foco na manutenção da já reconhecida distância entre as classes sociais (POCHMANN, 2014, p.65). Nesse sentido, entendemos que a busca pelo desenvolvimento de políticas de Bem-Estar Social não consegue avançar para uma compreensão da existência de um “estado” de Bem-Estar Social no Brasil, limitando-se ao desenvolvimento de conjuntos de políticas públicas que operam no limite da manutenção das desigualdades do sistema (POCHMANN, 2014, p. 71).

Compreendemos, portanto, que os processos de construção da cidadania e de mobilidade social estão intimamente conectados no Brasil. Nossa realidade política e econômica configurou um cenário de acesso a condições de emprego e renda que determinam efetivamente o local social de cada pessoa, e com base nesse local social o indivíduo conseguirá ter determinado acesso a direitos básicos. O potencial de mobilidade social é destacadamente afetado pela classe social, e especialmente afetado pela questão racial quando se trata da ascensão da classe trabalhadora aos níveis mais altos de estudo e conseqüentemente às classes mais altas.

Nossa sociedade é extremamente desigual e as tentativas do período Lula e Dilma de reduzir estas diferenças estavam tão corretamente alinhadas que foram precoce e profundamente atacadas pelos movimentos da elite neoconservadora do País. Conhecer essa realidade pode trazer preocupação pela compreensão da intrincada dinâmica entre cidadania e mobilidade social, mas nos possibilita a esperança de que o trajeto para o desenvolvimento de uma sociedade menos injusta passa pelo investimento massivo em educação, formal e política, de maneira que o próprio povo perceba seu lugar social e consiga conquistar sua liberdade e seu progresso.

1.1.2 Políticas públicas e planejamento estatal

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo o papel do Estado ampliou suas funções, inicialmente relacionadas ao controle dos limites territoriais e da regulação do mercado, para o atendimento a demandas básicas da população - desigualdades que foram frutos do próprio sistema capitalista. A luta de movimentos sociais e trabalhistas no combate aos efeitos dessa desigualdade forçou os Estados ao início da elaboração de conjuntos de políticas de assistência social, seguridade e acesso a direitos básicos, que irão se configurar na Europa como Estado de Bem-Estar Social, após o embate entre as forças trabalhistas e a burguesia industrial na Europa, na segunda metade do século XIX:

De fato, a noção de que os assuntos de Estado ultrapassam a defesa e a ordem para incluir também a garantia de liberdades e de bem-estar de indivíduos no território e mesmo assistência e trabalho quando necessário encontra-se claramente expressa, por exemplo, no artigo XXI da Declaração Francesa dos Direitos Humanos de 1793. E mesmo visões liberais de ordem natural que emergiram de ambos os lados do Canal da Mancha no mesmo século XVIII representaram o sistema legal em sua capacidade de assegurar liberdades individuais e assistência pública como pilares desta ordem.(KERSTENETZKY & KERSTENETZKY, 2015, p.584)

Nesse período, se constituíram formas de atenção a demandas sociais organizadas em torno do processo e das relações de trabalho, tanto no que tange ao financiamento destas formas de atenção, como em relação à concepção ideológica sobre quem seriam os beneficiários das políticas implementadas. No final do século XX houve uma reação crítica ao conjunto de políticas de assistência social, seguridade e acesso a direitos básicos que havia se configurado como Estado de Bem-Estar Social. Os estudos de economia no contexto posterior à II Guerra Mundial passaram a identificar o desenvolvimento econômico dos países como estando atrelado à lógica acumulativa de capital que a grande industrialização proporcionava, o que iria desenhar um novo panorama de classificação dos países, alinhando definitivamente seu desenvolvimento com o seu processo de industrialização, sendo o Estado, ainda não o mercado, o detentor do papel central no planejamento e condução da economia.

À medida em que as próprias mudanças concretas nas relações de poder e controle entre Estado e mercado se modificam no processo histórico, se modifica também o panorama de condições materiais de vida da população, a configuração de direitos e deveres com as quais conviverão ao longo de sua vida, e a forma como atuarão sob estas condições no processo histórico. Sendo assim, temos que o desenvolvimento da cidadania irá se transformar ao longo do processo histórico, na medida do desenvolvimento econômico e político de cada território.

Sobre o papel do Estado no desenvolvimento do Bem-Estar Social no Brasil, Adorno (1990) defende que nos últimos anos do século XIX, o Estado assumiu progressivamente o papel de articulador para uma formação social adequada ao desenvolvimento do capitalismo, através da institucionalização da prática de classificação dos indivíduos segundo sua capacidade produtiva. Sob esse viés foi feita a implantação de conjuntos de ações de atendimento a novas demandas sociais relacionadas ao contingente de pessoas que estavam fora dos processos produtivos formais, bem como diversas formas de confinamento daqueles que estavam em desacordo com a norma vigente de costumes e funções sociais. A dificuldade de conciliação das mudanças geradas pela precariedade do planejamento da urbanização foi perceptível em diversas dimensões do cotidiano, tais como no uso dos espaços urbanos, nos hábitos e costumes (ADORNO, 1990, p.9).

Este cenário, associado à explosão demográfica nos centros urbanizados, gerou uma crise por conta do conflito entre o esforço das iniciativas liberais para a constituição de uma hegemonia social que atendesse às demandas do mercado por trabalhadores não apenas qualificados, mas alocados social e politicamente em um locus pré-estabelecido, e a necessidade do Estado brasileiro desenvolver alguma política de bem-estar social, na medida em que era demandado pela precarização das condições de vida e trabalho. Nesse sentido, Estado e iniciativas liberais articularam-se conduzindo o que o autor nomeou de “gestão filantrópica da pobreza” - uma vez que não havia estado de Bem-Estar Social, as disparidades econômicas e sociais apenas se acirraram e demonstravam factualmente que os efeitos do capitalismo não poderiam ser eliminados, ou sequer aliviados, sem que houvesse uma intervenção estatal coerente e pragmática (ADORNO, 1990, p.13).

Para Draibe (1993), a partir de 1930 se passa a observar a existência de um programa de Bem-estar Social no Brasil, quando o Estado passa a assumir a função de regulação social, atuando diretamente nas políticas de educação, saúde, previdência e seguridade social. Isso se percebe na criação das instituições e sistemas nacionais que conduzem e executam essas políticas, processo que avança até os anos prévios à Ditadura:

Mais tarde, nos quadros limitados do regime democrático que tem vigência entre 45 e 64, simultaneamente segue o movimento de inovação legal-institucional (nos campos da educação, saúde, assistência social e, mais tenuamente, na habitação popular) e expande-se o sistema de proteção social nos moldes e parâmetros definidos pelas inovações do período 30/43. Isto é, ao mesmo tempo há avanços nos processos de centralização institucional e no de incorporação de novos grupos sociais no esquema de proteção, sob um padrão, entretanto, seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentário (nos planos institucional e financeiro) de intervenção social do Estado. (DRAIBE, 1993, p. 22)

Nesse sentido, um projeto de Bem-Estar Social brasileiro vai se desenvolver de forma estruturalmente precária, atrelando as primeiras políticas ao perfil de trabalho ao qual cada indivíduo se vincula, e portanto funcionando com um agente de continuidade da segregação social, sem atender as necessidades básicas da população de maneira universalizada. A centralização do planejamento e financiamento das políticas sociais associada à fragmentação institucional, com baixa participação social e ampla abertura aos ditames do mercado e da lógica privatista irão caracterizar a experiência das políticas de Bem-estar Social do Brasil no período que se estende até a redemocratização:

O processo social assume, portanto, a forma de mobilidade com miséria absoluta de ampla parcela da população, de mobilidade com desigualdade extrema. O progresso social entre nós realiza-se quase que preenchendo integralmente os requisitos da "forma ideal" de desenvolvimento social do capitalismo, a concorrência sem travas entre homens livres, que seleciona os "mais capazes" e inibe a integração e incorporação de amplas camadas da população. (DRAIBE, 1993, p.33)

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir criticamente sobre nosso entendimento de políticas públicas, dispositivos através dos quais o projeto político será implementado. Segundo Giovanni (2009), o conceito de política pública tem sido foco de diferentes modelos de investigação, fundamentados em perspectivas majoritariamente relacionadas à observação da forma como se apresentam. O autor destaca a importância da inclusão da dimensão sócio-histórica nessa análise, uma vez que a própria forma de pensar e conceitualizar políticas públicas irá afetar a forma como esta será construída e implementada, e vice-versa. Dentro do modelo democrático moderno, o autor defende que o tipo e grau de desenvolvimento político e institucional de um Estado e de sua população, ou seja, a forma como se configuram as relações de poder, irão definir a condução das políticas públicas, e ainda que existam elementos e relações comuns, estes devem ser analisados historicamente.

Esta compreensão aproxima-se da proposta por Castro (2012), autor que também ressalta a importância da caracterização sócio-histórica na análise das políticas públicas que são implementadas em determinado País, destacando o papel da reflexão teórica sobre a conjuntura material:

o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, com objetivo de efetuar a proteção e a promoção social em repostas aos direitos sociais e a outras situações não inclusas nos direitos referentes às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população. Tais programas e ações concretizam-se na garantia da oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação de elementos do mercado. (CASTRO, 2012, p. 1018)

Podemos pensar então que conceituar “políticas públicas” seja um exercício de análise que transcende a observação formal dos modelos de políticas relacionadas ao desenvolvimento nacional e bem-estar social em um País. Ainda que se possa entender as

políticas públicas como o conjunto de iniciativas institucionais formais que buscam dar conta dos problemas sociais (através de políticas de *proteção social*) e estimular o desenvolvimento nacional (através de políticas de *promoção social*), pensar este conceito implica pensar sobre o contexto sócio-histórico do País, e entender como essa forma de pensar atua subjetivamente na construção da ideologia e, portanto, da lógica que irá embasar a maneira como as políticas públicas serão implementadas e operacionalizadas.

Considerando a conceitualização abordada acima, pode-se refletir a respeito dos diferentes possíveis impactos das políticas públicas na desigualdade de um país. Uma vez que a elaboração e execução das mesmas ocorre a partir de um contexto sócio-histórico e refletem o grau de desenvolvimento institucional e político de uma nação, as incoerências e conflitos presentes na realidade material das relações de poder estabelecidas entre o povo e as classes dominantes permeiam o processo de idealização, bem como de efetivação, das políticas públicas. Tal processo irá provocar transformações nas instituições, na medida em que estas devem organizar-se continuamente de forma a atender às demandas de diferentes estratos da sociedade. Mas, principalmente, poderá provocar o desenvolvimento de habilidades e capacidades dos cidadãos, quando estes passam a conhecer e entender a dinâmica dos processos econômicos, políticos e sociais do País e, conseqüentemente, possibilitar a ampliação da sua participação política e social (CASTRO, 2012).

Analisando o caso brasileiro, o autor avaliou os impactos das políticas sociais nas desigualdades, observando que houve, após o período da redemocratização, um aumento crescente na estruturação de políticas públicas pautadas por um sentido de continuidade e estabilidade, com fundamentado aparato institucional para seu suporte, através de programas de garantia de renda, da garantia de oferta pelo Estado de bens e serviços sociais e pela eficiência da regulação destas propostas. O autor ainda identifica que o investimento público em políticas sociais, marcadamente a transferência de renda através de programas diversos de Assistência Social, impactou positivamente tanto o crescimento do PIB como diminuiu a desigualdade econômica.

Segundo o autor, os investimentos públicos na área da educação não foram priorizados pela maioria dos governos federais, mas no período de 2005 a 2010 houve um aumento importante nas políticas da área. Na área de saúde, contudo, tem se mantido um formato de subsídio governamental para programas privados de saúde. Além disso, a abertura da possibilidade do uso de recursos públicos destinados a políticas sociais para a geração de superávits primários e o pagamento da dívida pública atuam como fatores de perpetuação e aumento da desigualdade. Ainda assim, aponta ampliação da justiça social no Brasil na

segunda década do século 21, com ampliação das políticas sociais, bem como maior e melhor utilização dos recursos e do aparato estatal, principalmente através de uma diversidade de ações de transferência de renda e de maior proteção social (CASTRO, 2012).

Há um evidente efeito positivo dos investimentos em políticas públicas de promoção e proteção social, desde que sejam articuladas e disponibilizadas de maneira contínua e fundamentadas em uma perspectiva de desenvolvimento nacional associada ao bem-estar social. Entretanto, alerta o autor, da mesma forma que são verificáveis os efeitos positivos na distribuição de renda, na garantia ao acesso a direitos (saúde, educação, proteção no trabalho, seguridade social, habitação, etc.), são perceptíveis os efeitos negativos da utilização do aparato estatal (seja estrutura ou recursos financeiros) à sustentação de programas privados, o que representa a abertura para a lógica neoliberal e sua concepção de Estado mínimo.

A história do desenvolvimento do Estado brasileiro informa o curso de um projeto de desigualdade social construído a serviço da lógica capitalista. Nos quase 15 anos de empenho dos governos progressistas, de 2003 a 2016, observamos maior investimento público em políticas sociais, especialmente através de transferência de renda, impactando positivamente tanto o crescimento do PIB como diminuindo a desigualdade econômica (CASTRO, 2012). Mas ainda assim, especialmente na área da educação e da saúde, e destacadamente em relação à saúde mental, os investimentos públicos não ocorreram dentro dos parâmetros necessários para refletirem em melhorias significativas na vida dos estratos mais vulnerabilizados.

Nesse sentido, sabemos que o Estado possui a prerrogativa do planejamento de suas ações em fluxo contínuo, de forma a dar validade a suas tomadas de decisão. Ainda assim, o processo de planejamento governamental sempre sofre adversidades de ordem financeira, técnica, política (KON, 1994). Esse é um processo político e institucional que representa a forma como os governos, além de organizarem sua atuação, projetam suas expectativas de avanços e estabelecem propostas para atuarem na superação de suas limitações e dos obstáculos observados ao seu crescimento. Passando por diferentes momentos de estruturação, o planejamento governamental se desenvolve acompanhando tendências e eventos históricos, enfocando, nesses diferentes momentos, desde um papel mais limitado, rígido e formal, até um sentido mais dinâmico, atuando de forma orgânica com as mudanças institucionais programáticas propostas pelos governos na atualidade.

Nos países com desenvolvimento capitalista dependente, especialmente no caso dos países Latino-americanos, é possível perceber que o planejamento governamental tem sido afetado pelas lógicas impostas pelos países capitalistas desenvolvidos. Com o objetivo de defender seus interesses nacionalistas, os países desenvolvidos atuam de forma protecionista,

enquanto, através de mecanismos culturais, políticos e econômicos, garantem que os países em desenvolvimento sejam explorados sob a orientação da ideologia neoliberal e de suas formas de ação política e econômica. No caso brasileiro, dirá Kon (1994), o planejamento governamental apresenta falhas justamente no sentido de continuidade de atenção às premissas de controle e ajustamento, particularmente pela ênfase na dimensão de busca de estabilidade econômica sem uma perspectiva social mais ampliada:

O que se observou, na maior parte dos planos postos em prática, foi a incapacidade da continuação do processo em toda a sua trajetória, dadas as dificuldades técnicas como falta de qualificação dos recursos humanos, insuficiência de infra-estrutura e mesmo de controle efetivo, que sobrepujaram a insuficiência de recursos financeiros ou a instabilidade política crônica. Particularmente os planos postos em prática a partir da década de 80, dadas as condições econômicas conjunturais do país, tiveram a característica de se dedicarem especificamente à estabilização da economia e, portanto, por natureza, se apresentaram como parciais e com a preocupação prioritária de curto prazo, sem a globalidade e abrangência de um plano de desenvolvimento. (KON, 1994, p.61)

O planejamento, portanto, participa do desenho do próprio Estado - contudo, na lógica neoliberal, esse planejamento deve atuar cada vez menos como o condutor da política econômica com foco no desenvolvimento nacional, e cada vez mais como articulador e coordenador da disposição das estruturas do Estado a favor do mercado empresarial. Essa dinâmica pode ser identificada no final dos anos 80, com o princípio de uma intensa mudança na condução da Administração Pública brasileira. O período anterior havia sido fortemente marcado pela lógica patrimonialista, ainda que com a busca do desenvolvimento de excelência em alguns setores da administração estatal, com forte apelo à tecnocracia. A promulgação da Constituição de 1988 trouxe mudanças, com a busca de desvinculação do caráter exclusivamente tecnocrático na administração pública, e o compromisso de formulação de um novo formato de ordenamento estatal, descentralizado e democrático. No conjunto das inovações do período, teve grande impacto a criação dos mecanismos de controle externo e interno, como Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, que previam uma ampliação nos processos de participação social e transparência institucional (ABRUCIO, PEDROTI e PÓ, 2010, p.56).

Contudo, nesse mesmo período, Estados Unidos e Inglaterra estavam implantando a política de Estado mínimo, sob a ideia de que o Estado é um ente ineficiente e, portanto, o mercado deve assumir o controle das funções estatais. Essa é considerada a primeira onda de reformas, chamada Gerencialismo Puro, na qual o Estado começava a absorver as formas burocráticas tradicionalmente utilizadas pelo mercado para iniciar o seu processo de transformação administrativa, de acordo com esta nova ordenação. A segunda onda de reformas, chamada Consumerismo, irá trazer a mudança da lógica do trabalho estatal não

mais como um instrumento de busca e construção de cidadania, mas de atendimento às necessidades de uma nova identidade de atores sociais, que passam a ser vistos como clientes. Este movimento terá impacto na condução da administração pública brasileira:

Pouco a pouco, a opinião pública percebeu que a Constituição de 1988 não tinha resolvido uma série de problemas da administração pública brasileira. Essa percepção infelizmente foi transformada, com a era Collor, em dois raciocínios falsos e que contaminaram o debate público: a ideia de estado mínimo e o conceito de marajás. As medidas tomadas nesse período foram um desastre. Houve o desmantelamento de diversos setores e políticas públicas, além da redução de atividades estatais essenciais (ABRUCIO, PEDROTI e PÓ, 2010, p.58).

No Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com Luiz Carlos Bresser-Pereira na condução do então recém-criado Ministério da Administração e da Reforma do Estado, foi operacionalizado o Plano Diretor de 1995, que representava o foco na mudança da cultura burocrática para a cultura gerencial. O estado passaria a ser composto por um núcleo estratégico, composto pelos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, e no Executivo pelo Presidente da República, e os Ministros e demais agentes responsáveis pelo planejamento e formulação de políticas públicas. Além deste, haveria o setor relacionado às atividades exclusivas e outro relacionado às atividades não-exclusivas do Estado.

As atividades exclusivas caberiam aos poderes regulamentares, fiscalizadores e fomentadores, estando este setor organizado em Agências Executivas, responsáveis pelos serviços de arrecadação tributária, segurança pública, previdência social básica e Agências Reguladoras e de Fomento (educação, saúde, cultura), responsáveis por controlar os mercados estabelecidos pela privatização em setores como energia elétrica, telecomunicações, produção de petróleo e derivados, etc. As atividades não-exclusivas seriam executadas por organizações públicas não-estatais e privadas que compartilhariam as responsabilidades junto com as organizações estatais estabelecidas em 1998, com a criação de nova personalidade jurídica, sem fins lucrativos, as Organizações Sociais (OSs).

Segundo essa proposta, as atividades entendidas como não-exclusivas do Estado, mas que fossem ligadas a Direitos Sociais (educação, saúde) não deveriam ser privatizadas, mas destinadas para as OSs, que passariam a configurar o “terceiro setor”. Ao mesmo tempo, estaria acontecendo um aumento na transparência e no número de atores que participam da Administração Pública, e o início do processo de globalização e a revolução na tecnologia da informação. Contudo, sob a aparência de modernidade, a reforma era passível de importantes e profundas críticas, especialmente em relação às limitações do núcleo estratégico, sem reconhecer a importância do papel regulador e avaliador, e indutor de políticas do Estado (ABRUCIO, PEDROTI e PÓ, 2010, p.63).

Nesse sentido, o que a reforma gerencial fez foi, sob o discurso de busca por eficiência estatal, tentar garantir a expansão da participação de outros atores sociais na elaboração e execução de políticas sociais - mas não necessariamente atores sociais representativos das classes populares. Ao contrário, os atores incluídos eram representativos das elites brasileiras dominantes no período. Isso abrirá todo um cenário de flexibilidade em relação à administração estatal, preocupante por sua desconexão com o compromisso pelo desenvolvimento nacional associado à cidadania, e que teve continuidade nos seguintes governos progressistas, a despeito de suas bases de representatividade contrárias ao neoliberalismo.

1.1.3 Crise de sentido - a lógica da eficiência na Universidade e no PNAES

As Universidades Públicas no Brasil têm sido palco de importantes transformações nas últimas décadas. Tendo sua origem histórica atrelada à produção de profissionais e intelectualidades vinculadas aos interesses colonialistas, os processos de expansão e de desenvolvimento político, social e econômico do País têm impactado profundamente os sentidos e propósitos do Ensino Superior desde sua implantação (FERNANDES, 1975b, p. 99). Segundo Fernandes, a constituição da própria noção de educação superior sofreu deformações graves, graças ao transplante distorcido e empobrecido dos modelos vigentes nas escolas de ensino superior europeias, com a manutenção de aspectos reacionários e arcaicos em sua estrutura, dependência cultural e limitação das possibilidades de inovação criativa (FERNANDES, 1975b, p 102). Assim, o sentido da educação superior da época denota que:

Ela não foi posta em causa através da qualidade de seu rendimento ou de sua utilidade. Mas como fonte de reconhecimento social do talento de jovens já incorporados e classificados no seio da sociedade civil. A sociedade não valorizou o ensino superior, como e enquanto tal; porém o que entendia ser o seu produto final, nas realizações pessoais. (FERNANDES, 1975b p. 103)

Nesse sentido, compreende-se porque, mesmo durante as brutais transformações vivenciadas na transição ao século XX, as universidades brasileiras, em lugar de refletirem a crise social que se apresentava no período, apresentaram crescimento quantitativo. Entretanto, esse novo momento de expansão foi profícuo em conflitos internos entre a consolidação dos centros universitários e dos conglomerados de escolas de educação superior, uma vez que o ensino superior se consolidava como espaço de formação técnica para as demandas da crescente urbanização - e com isso, perdia seu papel de propagador de classe social, e exercia pressão nos setores estruturais corporativos mais arcaicos das universidades (FERNANDES,

197b, p. 107). Podemos então compreender como a análise das universidades, e de seus sentidos de existência, deve ser criteriosamente associada ao contexto de desenvolvimento sócio-histórico do país, como descreve o autor:

o fundamental não está, apenas, na existência de “crescimento econômico” ou de “desenvolvimento educacional”. O tipo de “crescimento econômico” e de “desenvolvimento educacional” também precisa ser posto em questão: de um lado, para determinar-se se o crescimento econômico concorre ou não para alterar a estrutura da economia e da ordem social; de outro, para conhecer-se o significado social do desenvolvimento educacional, se ele afeta ou não a organização societária dos papéis intelectuais e as relações dinâmicas da transmissão da cultura com a eficácia ou com a transformação de dada ordem social (FERNANDES, 1975b, p. 109).

Esta lógica faz parte da análise de Marilena Chauí (1999, 2003), sobre a forma como o Estado brasileiro tem tratado a gestão do Ensino Superior. A autora descreve como a Reforma de Estado pautada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou a narrativa da modernização e busca de eficiência estatal para deslocar da responsabilidade e controle do Estado as políticas relacionadas ao Ensino Superior, que seriam a partir de então determinadas dentro do escopo dos serviços de execução não-exclusiva do Estado:

A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é o portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar *direitos* sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços* definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível - nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível - no campo dos direitos sociais conquistados (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Essa perspectiva era sustentada por campos políticos e ideológicos que reagem à ideia de Estado de Bem-Estar Social, defendendo um Estado que se afastasse da regulação econômica e, assim, também se afastasse da condução de projetos políticos que preservassem direitos trabalhistas e demais direitos sociais. Esse momento, dirá a autora, é identificado como o “colapso da modernização”, identificado pelo declínio do Estado de Bem-Estar Social, à medida em que o aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores e seus impactos econômicos, associados à evasão de divisas pelos oligopólios multinacionais, passaram a produzir déficit fiscal estatal (CHAUÍ, 1999, p. 4). Este será, na sua visão, o ambiente que origina a política neoliberal e a idealização do Estado mínimo como garantidor da estabilidade econômica. Segundo a autora, é evidente uma contradição basal nesse processo, pois à guisa de estabelecer a democracia através da lei e da ordem contratual, deturpando as noções de direitos - relegando-os à esfera léxica limitada de privilégios e carências -, o Estado passa a ter seu sentido determinado pela individualidade e particularidade, e não mais democracia e justiça social.

No contexto das universidades, essa lógica atingirá centralmente a noção de “autonomia”, que passa a referir-se não mais ao seu sentido sócio-político determinado por ação social, mas ao gerenciamento empresarial determinado por metas e liberdade para interação com o mercado. Assim, a universidade que, enquanto instituição clássica tivera como narrativa principal o compromisso com a democratização do saber, e que já havia sido tensionada ao sentido funcionalista sob os impactos iniciais da industrialização e da resultante urgência por formação técnica, passa a ter um sentido mais alinhado à lógica de uma “organização” - atravessada pela perspectiva da instrumentalização administrativa, limitada a atingir objetivos burocráticos particulares, sem reflexão sobre seu papel social.

Portanto, assim como Fernandes, Chauí entende que a política educacional relacionada ao Ensino Superior no Brasil foi por muito tempo conduzida de forma a ser mais um instrumento de manutenção de um sistema injusto e desigual, replicando de diversas formas a estratificação de classes (CHAUÍ, 2003). Uma das formas de materialização deste processo se dava através da inexistência ou precariedade de políticas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, impondo assim dificuldades de seu acesso e permanência. Além disso, o compromisso em produzir conhecimentos particularmente pautados nas demandas do mercado e intelectualidades afinadas à ideologia neoliberal também operou no sentido de afastar o foco da Universidade de um caráter popular e democrático.

Segundo Chauí (2003, p. 6), uma “instituição” é local de ação prática, e por isso, ao mesmo tempo em que se organiza a partir da sociedade, é reflexo dela e de seus conflitos. Apresenta em seu cotidiano as contradições entre a execução da vocação democrática, republicana e igualitária, e a vivência concreta da divisão e luta de classes. Posicionada em uma realidade social em que opera o capitalismo, o qual se utiliza do processo de fragmentação das mais diversas dimensões da vida para fazer seu controle, a universidade também sofre esses efeitos, e esse processo de passagem de “instituição social” a “organização social” demonstra sua deformação (CHAUÍ, 2003, p. 7):

a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais (CHAUÍ, 1999, p. 6)

Nesse processo, segundo a autora, há o alinhamento do funcionamento das universidades com perspectivas de funcionamento balizadas pela lógica neoliberal. Deixa-se de lado a universalidade, a auto-análise, a democracia, a função social, e abre-se espaço para a valorização da instrumentalidade do produto realizado, para a avaliação por critérios

administrativos/burocráticos/econômicos, para a função mercadológica. Assim, transformada em “organização social”, a universidade passa a ser gerida através de uma lógica operacional, a qual se verifica em todos os âmbitos do funcionamento universitário - desde a gestão, passando pelas relações interpessoais e institucionais, até o próprio sentido e valor da ciência e de seus produtos. A forma como a universidade entenderá e fará o atendimento às demandas dos estudantes universitários seguirá, segundo a autora, esta mesma lógica (CHAUI, 2003, p. 15). Entretanto, essa dinâmica não ocorre de forma hegemônica, como se pode perceber no histórico de mobilizações sociais vivenciados no cotidiano das universidades, fenômenos que denunciam, por diferentes prismas, uma crise no seio dessas instituições.

Analisando o contexto histórico das Universidades no século XXI, Santos (2011), considerou três dimensões da crise que identificou nesse setor. Uma crise de hegemonia coloca em questão a função social da produção acadêmica, que deparou-se com o desafio de romper com o papel de reprodução de uma aristocracia científica, e assumir o papel de disseminadora de capacitação técnica para formação de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, uma crise de legitimidade, perceptível no confronto entre hierarquização e controle de saberes e a premência da democratização do espaço universitário. E, finalmente, o autor refere uma crise institucional, determinada pelo conflito entre um pilar fundamental da racionalidade universitária - a sua autonomia em relação a aspectos éticos, políticos-pedagógicos e administrativos, e a nova perspectiva de alinhamento às determinações da racionalidade neoliberal, a saber, o empreendedorismo, a meritocracia, a eficiência empresarial (SANTOS, 2011, p10).

Assim como Chauí e Fernandes, para este autor a educação de nível superior tem sido objeto de investidas claras dos campos políticos mais alinhados à ideologia liberal e, mais atualmente, atualizada na perspectiva neoliberal. Nos últimos 30 anos, identifica que os países têm sido impelidos a deslocamentos do investimento em Ensino Superior. Durante esse período, nos países sob regimes ditatoriais o processo ocorreu através da redução da autonomia universitária até sua extinção e a determinação de que o campo universitário estivesse à serviço de orientações arbitrárias e autoritárias. Enquanto isso, nos países democráticos, as universidades públicas precarizadas após anos de desinvestimento foram colocadas desonestamente sob a lógica da concorrência empresarial com as universidades privadas (SANTOS, 2011, p. 17). Para o autor, este fenômeno destaca a crise institucional como aquela em que mais evidentemente se percebe o ataque neoliberal para a implantação da sua agenda. Desinvestidas e descapitalizadas, ao longo das décadas de 80 e 90 as universidades foram expostas à mercadorização globalizada na busca de receitas que a

sustentassem, porém inserindo-se em um processo de privatizações contínuas e ampliadas, que trouxeram uma mudança radical em seu sentido institucional, a qual:

consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes. (SANTOS, 2011, p. 21)

Nesse sentido, a análise de Santos se aproxima da conceitualização de “universidade operacional” descrita anteriormente por Marilena Chauí, em que a universidade, através do cerceamento de seu financiamento e de sua autonomia administrativa, é colocada à mercê das ordens do mercado, na tentativa de manter-se funcional, porém ao custo de sua universalidade, de sua identidade e, principalmente, de seu compromisso social. Entendemos então que a Universidade Pública, enquanto instituição, reflete e replica a realidade de injustiça social, característica marcante da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2003, p.5). Sendo assim, a ampliação da estrutura universitária e sua orientação para a democratização do ingresso implementadas pelos Governos progressistas, de 2003 a 2016, promoveram uma perspectiva mais equânime de acesso ao Ensino Superior, mas ainda se fazia necessário garantir que o aluno ingressante possuísse condições materiais de permanência qualificada até a conclusão de seu curso de graduação.

Ainda que sob o impacto da instalação da gestão administrativa nos moldes do neoliberalismo, no contexto do processo de democratização do Ensino Superior preconizado pelos governos progressistas de Lula, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi constituído como uma política instituída a partir do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, alinhada ao esforço de reestruturação das Universidades Federais como estratégia de ampliação da permanência dos estudantes na Educação Superior pública brasileira, a qual vinha sofrendo um processo agressivo de desinvestimento com vias à privatização, na perspectiva dos governos anteriores. Esta política foi um importante elemento de sustentação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (BRASIL, 2007) e da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, a qual ficou conhecida como "Lei de cotas" (BRASIL, 2012).

A última década no Brasil foi marcada pela implementação de grandes e importantes mudanças no cenário educacional de nível superior. Se no passado o valor investido pelo Estado para garantir a permanência qualificada do estudante na Universidade havia sido utilizado majoritariamente para dar continuidade ao processo de segregação de classes dentro

do ambiente acadêmico, as mudanças sociais concretizadas pelos Governos petistas causaram um grande choque nesta dinâmica (PAULA, 2017). Como parte da política de recuperação das Universidades Federais brasileiras nesses governos, foi lançado em 2007 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (instituído pela Portaria Normativa nº39, com subseqüente disposição no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Esta iniciativa previa, na perspectiva de uma política de focalização (KERSTENETZKY, 2006), financiamento específico com planejamento estratégico para a concretização de ações que garantissem a permanência qualificada do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica até a conclusão do curso.

Ainda que operacionalizada dentro dos limites de uma política pública focalizadora, o programa vislumbrava uma ação para além do viés assistencialista, garantindo também uma vivência universitária que operasse como espaço para a construção e consolidação da noção de cidadania, prevendo apoio não apenas para alimentação, transporte e moradia estudantil, mas também para saúde, inclusão digital, cultura, esporte e oferta de creche para filhos e filhas de estudantes. Além disso, o programa previa apoio pedagógico continuado, a fim de prepará-los para as contingências tão específicas do Ensino Superior, que são marcadas por grandes diferenças na relação ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e na relação institucional (JOLY, SANTOS e SISTO, 2005).

Nesse sentido se orienta o PNAES, cujo objetivo é “viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010). Entretanto, no próprio texto do Programa não há indicação oficial de metodologia ou parâmetros para monitoramento e avaliação continuada de suas ações, o que levou as IFES a estabelecerem tais critérios com base na experiência histórica de burocratização da organização pública federal. Esse processo indica que o Programa, ainda que a partir de uma perspectiva democratizante, foi gerenciado sob a lógica de busca de eficiência institucional, estabelecendo que o acesso aos recursos do programa fossem determinados pelo atendimento, por parte dos universitários, a critérios como “aproveitamento/rendimento acadêmico”, “frequência de presença”, “índices de retenção e evasão no curso” - parâmetros que fazem parte de uma perspectiva alinhada ao modelo gerencialista de administração estatal (NEWMAN e CLARKE, 2012).

A trajetória histórica das políticas de assistência estudantil no Brasil iniciou na década de 30, e revelava uma perspectiva elitista, na medida em que constituía-se na garantia de recursos para alimentação e moradia de brasileiros que estudavam no exterior. Contudo, a

partir do Governo de Getúlio Vargas, em 1931, foi criada uma legislação específica para o Ensino Superior, garantindo também apoio aos institutos universitários e bolsas para aqueles que, na época, eram considerados “estudantes pobres”, sendo extensiva a todos os níveis de ensino, para garantir condições de "eficiência" escolar. Entre as décadas de 50 e 70, período da Ditadura Militar no Brasil, sob a lógica de um falacioso desenvolvimentismo tecnológico, houve uma importante expansão das universidades em todos os Estados, processo que gerou um aumento na demanda por assistência governamental, dado o número crescente de estudantes universitários (IMPERATORI, 2017).

A partir de 1980 é extinta esta política, e as ações de assistência estudantil ficam a cargo das capacidades financeiras de cada instituição, o que abre possibilidade para a implantação de uma lógica clientelista, de desenvolvimento de ações em função de demanda, e não fundamentada em planejamento para o desenvolvimento nacional. Após a Constituição de 88, quando a Educação é definida como um direito social a ser garantido pelo Estado, a assistência estudantil passa a ser apontada na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, mas sem maiores definições. No âmbito do Ensino Superior, o PNAES seria apresentado em 2007, apenas após a implantação do REUNI - inicialmente como Plano, e em 2010 como Programa. De acordo com Imperatori (2017), ele surge com características de uma política focalizada, que utiliza critérios socioeconômicos para a definição de seu público, o que gera um caráter não universal, mas individual. Para a autora, como o programa previa a execução descentralizada de uma política estatal, pôde ser percebida uma maior eficiência no processo, pois as ações foram construídas de acordo com as possibilidades concretas de cada IFES.

Nesse sentido, cabe destacar que o PNAES não propõe estratégias ou modelos para a condução ou efetivação da sua política - apenas estabelece áreas de interesse nas quais as IFES devem focalizar as ações de assistência estudantil. Uma das áreas nas quais as ações de assistência estudantil devem operar, de acordo com o Decreto que implementa o programa, é a atenção à saúde do estudante, dentro de um amplo prisma de outras áreas focais, tais como alimentação, transporte, moradia, etc. Portanto, de acordo com o referencial teórico apresentado a respeito do modelo administrativo vigente na IFES, podemos considerar que dois aspectos concorrem para um desenho paradoxalmente diversificado e conservador de execução - o formato de execução descentralizada do programa em si, e a perspectiva da autonomia institucional¹ das IFES (BRASIL, 2016). Contudo, os limites cada vez mais cerceados da autonomia universitária - relegada à autonomia burocrática em detrimento de

¹ Artigo 207 da Constituição Federal, declara autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas IFES.

autonomia criativa e democrática - afetam a execução das ações de assistência estudantil (CHAUI, 2003, p.14).

Entretanto, a partir da análise do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, Pereira (2020) aponta a lógica da “eficiência” como central no avanço da racionalidade neoliberal nos processos institucionais universitários, levando à construção da ideia de uma “universidade eficiente”, consolidada no contexto hegemônico do gerencialismo como condutor do desenvolvimento das políticas públicas. O autor defende que o conceito de eficiência, de origem econômica e administrativa, tem sido utilizado com pouca discussão para nortear os processos avaliativos das IFES, e assim o seu planejamento e sua conformação institucional. Absorvido pela sociedade como característica positiva, relacionada às noções de qualidade e efetividade, a consolidação da eficiência com este caráter ideológico acaba por atingir também a esfera educacional, colocando elementos tais como “desempenho acadêmico” e “produtividade” na posição de parâmetros para avaliação do sucesso das políticas públicas educacionais:

A ideia de eficiência na administração pública, não é demais repetir, está inserida na crítica ao modelo de Estado desenvolvimentista, promotor e financiador de políticas, considerado a causa da crise, que seria fiscal. Por isso a ideia de melhorar a performance do Estado em termos de uso dos recursos públicos “escassos” surge com força. E é justamente a avaliação de políticas, assim como a política de avaliação sistêmica da educação, que vão garantir a produção de informações visando decisões de gestores sobre as políticas públicas e, o principal, induzir a burocracia estatal e a sociedade a se organizar a partir desta lógica de eficiência." (PEREIRA, 2020, p.194)

Nesse sentido, não surpreende que tenhamos encontrado, nos levantamentos iniciais sobre avaliação do PNAES realizados para a construção do projeto de pesquisa, uma maioria de artigos científicos associando o sucesso das estratégias utilizadas à perspectiva de eficiência do programa. Nos estudos encontrados emergem dois aspectos principais: o perfil dos beneficiários do programa e o sucesso/eficácia de sua atuação. Sobre o perfil dos beneficiários, destaca-se a atenção primordial ao estudante vindo de escola pública, e dependentes financeiramente de sua família de origem (BETZEK, 2015), bem como análises sobre o número de estudantes alcançados pelo Programa e os desafios gerados pelo aumento da demanda e o subfinanciamento do PNAES a partir de 2016 (ALMEIDA, OLIVEIRA e SEIXAS, 2019; SILVEIRA, 2012). Já sobre o sucesso da política, encontramos uma relação muito constrita de pesquisas que se estabelecem a partir de parâmetros limitados a redução de índices de evasão e melhoria nos índices de coeficiente de rendimento acadêmico dos universitários beneficiários das ações de assistência estudantil (MACHADO, OLIVEIRA e FREITAS, 2021). Ainda assim, estas pesquisas informam a eficiência do PNAES nesses parâmetros, destacando inclusive o impacto negativo da focalização desta política que, por

não ser universalizada e por ser materializada ainda sob a lógica meritocrática, leva à retenção e à evasão aos alunos que não conseguem atender continuamente os critérios definidos pelas IFES para a distribuição dos benefícios.

Em contraponto à maioria dos estudos observados, Machado e Pan (2016), buscando validar a opinião dos estudantes, analisaram os efeitos subjetivos do PNAES sobre os sentidos da dicotomia direito x benefício, à luz da crítica da imposição do parâmetro produtivista aos participantes do programa. Os autores problematizaram a percepção dos estudantes de que o acesso a um direito social seria um “benefício”, que na lógica moralista significa “vantagem”, e como a imposição de uma contrapartida em produtividade (ainda que seja um fator de inclusão no ambiente universitário) coloca o indivíduo excluído em uma posição de constrangimento frente à conquista e manutenção do que, na verdade, seria o acesso a um direito.

Nesse sentido, podemos compreender como a lógica da “universidade eficiente” (PEREIRA, 2020) atua na operacionalização do PNAES, impondo uma narrativa de sentido institucional alinhada à racionalidade neoliberal. Dessa forma, são acirradas as dificuldades das universidades imprimirem um caráter radicalmente democrático às diversas dimensões e momentos institucionais, tanto pelo aspecto da burocratização, como pelo aspecto da desvalorização da experiência democrática como elemento basilar do processo de ensino-aprendizagem. No PNAES, essa realidade está refletida em um cotidiano de implementação que não prevê em seu planejamento a análise da função social da universidade, e não consegue, portanto, avançar na sua avaliação em relação ao impacto social de uma política pública com potencial evidentemente transformador.

No seio desse contexto, a reflexão sobre a noção de constituição de sujeito e de subjetividade se fazem necessárias, uma vez que, para compreender como a racionalidade neoliberal impacta nos processos institucionais, é necessário compreender (ou ao menos propor-se uma forma de compreensão) de que forma ela impacta nos processos de reprodução social que a sustentam.

1.2 Sujeito e subjetividade no capitalismo e o sofrimento do estudante universitário

1.2.1 Sujeito e subjetividade no capitalismo

O trabalho foi uma das categorias centrais utilizadas por Karl Marx para o entendimento do funcionamento dinâmico do capitalismo, e tal categoria tem sido analisada,

dentro da perspectiva materialista histórico-dialética, de formas continuamente mais complexas e diversas. O trabalho representa a ação que é executada pelo homem de forma a transformar a natureza para garantir sua subsistência - e assim o homem inaugura, para Marx, um novo plano existencial, que é continuamente transformado e que produz implicações, por conta dessas transformações, no próprio ser humano que o transformou inicialmente. Essa ampliação contínua de possibilidades marca a diferenciação do ser humano em relação aos demais animais, e situa o trabalho como o parâmetro que define a perspectiva ontológica do trabalho como fundante do ser social, como explicam Lessa e Tonet (2011):

O trabalho é o fundamento do ser social porque ao transformar a natureza, cria a base, também material, indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante. (LESSA e TONET, 2011, p. 26)

Essa relação do homem com o trabalho, para Marx (2010, p.80), é atravessada pelo processo de “estranhamento”, o qual representa a exteriorização não só do produto do trabalho, mas também do processo de trabalho, do gênero humano e dos outros homens. O estranhamento ocorre na medida em que o produto do trabalho se objetifica de forma externa ao trabalhador. Nesse processo, o produto em si passa a ser caracterizado como um elemento estranho ao trabalhador, uma vez que ele contém a força vital do trabalhador, porém externalizado do mesmo - esse processo é a objetivação do trabalho, em que o produto não apenas retira a potência do trabalhador, mas uma vez estando no mundo, como objeto, torna o mundo exterior mais poderoso em relação ao trabalhador (MARX, 2010, p. 81).

O trabalho humano, nesse sentido, produz implicações não apenas no homem, mas no mundo exterior, que é identificado como a natureza. Marx estabelece inicialmente a relação entre o homem e a natureza em duas dimensões - a natureza como fonte de recursos de subsistência e como fonte de recurso para a realização do trabalho:

Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem os objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo” (MARX, 2010, p. 81).

Ainda que fundamentalmente necessária para a vida reprodutiva genérica, a partir do trabalho humano a natureza deixa de ser exclusivamente a fonte de provimento de recursos de subsistência, pois à medida em que ela se configura mais e mais como fonte de recursos para o trabalho, menos esses recursos estão disponíveis ao trabalhador para a sua subsistência. Essa

mudança na relação entre homem e natureza também tem novas implicações para o trabalhador sob a perspectiva de como ele acessa o produto do seu trabalho.

No sistema capitalista, o pagamento pelo trabalho se apresenta como a realização perversa desse estranhamento, uma vez que o homem passa a ter que trabalhar (e assim receber o pagamento) para poder usufruir da natureza como recurso de subsistência (comprando os recursos com o que recebeu como pagamento): “O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele pode se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2010, p.81). Aprofundando a análise do estranhamento em direção ao ato da produção, Marx defende que, ao ser externalizado do trabalhador (pois passa a ser forçado, não mais relacionado ao trabalho de subsistência) e tornar-se o meio para atender a necessidades secundárias, o trabalho passa a ser vivenciado como algo pertencente a outro (MARX, 2010, p.82). Esse processo ocorre também na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho e com a natureza, na relação do trabalho com o ato da produção em si (a própria atividade como estranha), e na relação do ser genérico do homem com o gênero humano e, finalmente, na relação consigo mesmo.

Se entendemos então, a partir de Marx, que a identificação do homem com seu ser genérico está dada na sua relação com a natureza, podemos entender como essa relação sofre o estranhamento pelo trabalho, inicialmente na esfera da atividade vital, da vida reprodutiva (geradora de vida), e depois na sua perspectiva de atividade consciente - ambas dimensões que determinam o ser genérico do homem. “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 2010, p.85), dirá o autor, anunciando sua compreensão sobre como se transformará a própria consciência do homem em relação ao seu ser genérico.

Assim, na relação do homem com o próprio homem, ao se reconhecer como trabalhador, percebe que não apenas o produto de seu trabalho (assim como sua potência de trabalho) não pertence a ele, mas pertence a um outro homem. A partir desse entendimento, a noção de propriedade privada surge como “produto do trabalho exteriorizado e meio como se realiza essa exteriorização” (MARX, 2010, p. 88), com a percepção do salário como forma de representação do estranhamento do trabalho. Para entender como o homem chegou ao trabalho estranhado, portanto, é necessário determinar a essência universal da propriedade privada como resultado do trabalho estranhado. E, nessa lógica, é possível estabelecer o estranhamento e a exteriorização como bases para a apropriação, que recebe um caráter de justificativa através da civilização. As atividades e experiências práticas do trabalhador

(tanto o ato da produção e o produto em si) são apropriadas pelo não-trabalhador não somente em sua materialidade, mas também como abstração. Nesse sentido, “O não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador”(MARX, 2010, p. 90) - o que fica evidenciado se se compreende que ele não produz, então não pode ter seu produto estranhado - ele só consome o que é produzido pelo outro. Como explica Marx (2010):

o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*). (MARX, 2010, p. 80)

Se o produto desse processo será a propriedade privada, fruto e meio através do qual esse estranhamento se realiza, é imprescindível destacar que tal processo ocorre não uma realidade histórica determinada aprioristicamente ou mesmo natural, mas como um processo histórico em que a materialidade da vida é transformada pelas decisões e ações dos seres humanos, que em contrapartida sofrem os efeitos dessas mudanças e também são transformados no processo dialético. Como explicam Lessa e Tonet (2011), durante o processo histórico toda a sociedade é transformada, uma vez que cada ato de trabalho produz uma nova situação, que por sua vez abre novas possibilidades e novas necessidades de intervenção humana. Nesse sentido, a evolução da sociedade, a complexificação e ampliação das relações sociais e das relações de produção, atuarão de forma complementar na conformação de uma sociedade cada vez mais diversificada, que exigirá - no caso da sociedade capitalista - um maior desenvolvimento de elementos vinculados à individualidade (LESSA e TONET, 2011, p. 74). Esta será a base fundamental encontrada no processo de alienação, que se torna cada vez mais manifesto ao longo da conformação da divisão social do trabalho e da subsequente organização da sociedade em termos de classe. Nesse processo, as forças humanas e seus produtos, ao se externalizarem, se tornam estranhas e poderosas, a ponto de não apenas dominarem a vida humana, mas passarem a ser percebidas como algo natural, não mais como expressão da força humana ou da natureza (LESSA e TONET, 2011, p. 90).

Aprofundando as perspectivas apontadas por Marx, na busca das bases ontológicas que definem o ser humano, Lukács (2013) formulou a premissa de que a complexidade das interações do ser humano com a natureza implica em formação - e transformação - dos processos de subjetivação que constituem a consciência. Para o autor, as interações de

fenômenos como trabalho e linguagem serão a base para a constituição da consciência do ser humano sobre a realidade e, assim, sobre si mesmo (LUKÁCS, 2013, p.41). A partir do método marxista, ele analisa o “complexo do ser” para chegar à conexão com a realidade material que permite desenvolver a ideia do “complexo do ser social”. A compreensão do trabalho surge para esse autor como elemento fundante do salto ontológico que traz o ser humano da dimensão biológica para a dimensão social, pois ainda que o trabalho inicialmente possa nascer pela necessidade de sobrevivência, ele é um elemento que está presente de forma destacada na realidade humana após o salto ontológico, como realidade fundamentalmente conectada à continuidade da vida humana, mas complexificada (LUKÁCS, 2013, p.43). Ou seja, no trabalho mais primitivo, estão as pistas elementais do homem socializado que, adiante, de forma reflexiva, transmutará “valor de uso” em “valor de troca” - processo que ocorreu no desenvolvimento simultâneo da linguagem e da socialidade.

Para explicar esse processo, o autor detalha a compreensão de trabalho como “pôr teleológico”, como processo resultante da síntese entre intenção e causalidade - trabalho como finalidade do ser. Nesse sentido, o “pôr” - a finalidade executiva com um prévio planejamento, com a projeção de um ato novo - é o que determina o trabalho como categoria central na ontologia do ser social - e essa noção possibilita a ampliação do significado da teleologia do trabalho (LUKÁCS, 2013, p.52).

O autor identifica contradição entre as filosofias idealistas que separam as funções da consciência humana da realidade material e retiram valor da relação do homem com a natureza, quando, na sua perspectiva, a práxis “aglutina” essas duas dimensões, e faz surgir um novo estágio do ser, no qual a consciência atua em articulação com a atividade humana sobre a natureza e, assim, sobre a própria realidade do humano enquanto ser biológico - o ser social, ultrapassando a perspectiva de adaptação ao ambiente, diferenciando o materialismo dialético do materialismo mecanicista (LUKÁCS, 2013, p.62). Assim, o trabalho é a forma originária da práxis, que produz mudanças na realidade e novas materialidades que não são produzidas espontaneamente pela natureza.

Essa dinâmica traz um problema relacionado à interdependência entre dois atos heterogêneos: o “espelhamento” e o “correlato pôr das ideias causais”. O espelhamento funda os atos de consciência, pois apresenta ao ser a “separação entre os objetos que existem independentes do sujeito e os sujeitos que figuram esses objetos” (LUKÁCS, 2013, p.65), diferenciação necessária no processo de trabalho, que distingue o homem da natureza e de seus produtos, e dos outros homens, e dá origem à noção de *self*, na medida em que passa a existir a consciência de uma realidade externa ao ser. Por isso a reprodução será sempre

social, uma vez que ela surge de uma consciência que já está determinada pela lógica do trabalho.

Podemos entender então que a reprodução só acontece a partir do espelhamento, após a conscientização do aspecto de negação de ser do espelhamento, que deve acontecer pela práxis. Na práxis é que a fantasia de “ser” se confronta com a realidade de “ser espelho”, e a partir daí é que surge a possibilidade, pelas necessidades objetivadas, de se construir uma reprodução, ou uma produção original. A consciência só surge com a perspectiva de alternativas, e de escolha - fora disso é epifenômeno, como nos demais animais.

A alternativa, “categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (LUKÁCS, 2013, p. 73) é entendida como elemento do processo que rompe com a expectativa de mecanicismo no trabalho, pois ainda que haja um grande desenvolvimento da técnica, ela sempre será apenas um elemento no contexto amplo das alternativas possíveis ao ser social. Uma vez que as alternativas possuem, na perspectiva ontológica do ser social, a conexão basal com o pôr teleológico vinculado ao trabalho ao qual essa alternativa se refere, não podem ser unicamente pautadas pelo seu *status* de desenvolvimento técnico, que é mutável (LUKÁCS, 2013, p. 74). Fazendo crítica à fetichização da racionalidade econômica e sua proposição de que as decisões devem ser feitas com base exclusiva na satisfação de necessidades concretas, o autor argumenta que, apesar de serem concretas (no sentido de serem possíveis/viáveis), as alternativas são relacionadas à finalidade produzida pelo sujeito em sua dimensão de ser social:

O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser; é óbvio que a amplitude, a densidade, a profundidade etc. cumprem um papel importante na correção do espelhamento da realidade; isso, porém, não elimina o fato de que o pôr das cadeias causais no interior do pôr teleológico é - imediatamente ou mediadamente - determinado, em última análise, pelo ser social. (LUKÁCS, 2013, p.76)

Assim, é central a noção de que o que nos conduz à condição humana é a capacidade de, a partir da relação com a natureza, percebê-la, e percebê-la em seguida como diferenciada de nós mesmos (o que já aponta para a construção da noção de eu), e tomar decisões mais ou menos complexas (a partir de alternativas que são geradas e determinadas pela realidade material e pela finalidade disposta no trabalho) no sentido de transformá-la, de acordo com nossa realidade, dentro de um contexto de desenvolvimento que só ocorre na perspectiva do convívio social num dado tempo histórico. E esse convívio social vai sendo construído e conformado continuamente, em processo dialético, a partir da relação dinâmica entre os novos problemas que se apresentam, os novos pores e as novas alternativas que surgem dessa

interação, pois “O processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina - delimitando-o concretamente - o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas”. (LUKÁCS, 2013, p.77)

Somos então conduzidos ao entendimento de que, ao transpor a lógica de adaptação ao meio, o homem provoca mudanças na natureza que serão convertidas em mudanças no próprio homem, e transforma o processo de satisfação de necessidades em pores teleológicos dominados por atos de consciência, que fundam e transformam continuamente o ser social, um “complexo de complexos” (LUKÁCS, 2013, p.81). Nesse sentido, nos interessa especialmente o destaque proposto por Lessa e Tonet (2011) para a compreensão de que a dinâmica da compreensão de base materialista histórico-dialética não se limita às transformações materiais da vida, mas ao amplo cenário das dimensões subjetivas que são transformadas ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade (LESSA e TONET, 2011, p.21).

A subjetividade, enquanto categoria, não recebe uma consideração homogênea no debate dos campos marxistas, especialmente por conta da difusão de uma racionalidade superficial e limitada em relação à centralidade do debate sobre a categoria “trabalho” na teoria marxista, segundo Silveira (2002). Para a autora, a forma como a racionalidade neoliberal tem operado no contexto do desenvolvimento humano, e portanto na reprodução social de uma perspectiva de sentido da vida cada vez mais alinhada ao ideário consumista e imediatista, demonstram o quanto é necessário e urgente que se retire o debate sobre a subjetividade da margem das discussões dos campos marxistas:

pensar os processos subjetivos a partir dos registros de interioridade presentes em cada sujeito, tensionados e interpelados através das expressões concretas da sociabilidade hegemônica. Assim, a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se construir a partir do intercruzamento dessas dimensões, de dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros do indivíduo e da sociedade. (SILVEIRA, 2002, p. 104)

Através do desenvolvimento das categorias “alienação” e “fetiche”, compreende a autora, Marx indicou a compreensão de que, para além das condições materiais determinantes destes fenômenos, os processos de simbolização ali envolvidos constituem a base do que poderemos compreender como os processos de subjetivação. À medida em que externalizam e assumem um poder mistificado, surge nos homens, em relação ao poder das coisas externalizadas, um “campo subjetivo” relacionado a essa usurpação de seu poder criador. A autora destaca aspectos determinantes da sociedade capitalista - tais como a intensificação da imediatividade, o aprofundamento contínuo das desigualdades sociais, a ingerência cada vez

mais profunda da ideologia neoliberal nas conformações institucionais, entre outros - como os constituintes da forma como a lógica do capital vem sendo internalizada pelos sujeitos, que ao reproduzirem esses modos de funcionar na sociedade, acabam por reforçá-los, naturalizando-os ao subjetificá-los como a forma normal de vida em sociedade (SILVEIRA, 2002, p. 109).

Assim, a análise da subjetividade, pelo campo marxista, abre a possibilidade de romper com uma perspectiva de que a existência humana articula-se sob um falso antagonismo entre “materialidade” e “subjetividade”. Essa concepção, segundo a autora, é justamente o lastro sobre o qual a hegemonia burguesa tem amparado a constituição de uma ideologia que localiza os processos de subjetivação como alheios ao processo histórico, e assim prepara o indivíduo para uma assunção passiva de um violento processo de “moldagem” externa, em contraposição ao potencial subversivo de uma subjetividade que acolha a vivência material, a critique, e busque a emancipação humana de forma coletiva (SILVEIRA, 2002, p. 110). Defende a autora que:

Há, portanto, fundamentos teóricos constitutivos que informam a temática da subjetividade no campo marxista, que carecem ser conhecidos e revisitados. Esses componentes põem em relevo uma de suas dimensões fundantes, a que se vincula à recusa frente à existência de um sujeito não emancipado, de um sujeito para o qual se atribui uma relação de subordinação a um ordenamento social que o desfigura, retirando-lhe componentes de humanidade e equalizando-o à mera mercadoria. Essa recusa em verdade traduz, por parte dessa concepção totalizadora da vida, não só a presença do sujeito, mas a afirmação de sua centralidade e indispensabilidade. (SILVEIRA, 2002, p. 112)

Esta compreensão aponta o mesmo sentido proposto por Chagas (2013) no sentido de que a própria perspectiva dialética, no pensamento de Marx, considera a imanência de uma dimensão subjetiva que está presente no desenvolvimento de um sujeito humano que ocorre num tempo histórico. Ainda que seja mencionada em muitos excertos de seus textos uma ideia de que a vida material determina a consciência, apenas uma leitura superficial poderia deixar de perceber que esta relação não trata do fenômeno de forma cristalizada, mas inerentemente conectados e em processo constante de mútua afetação (CHAGAS, 2013, p. 64). Para o autor, o que importa destacar é que, nos textos marxistas:

“a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, uma reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que o forja” (CHAGAS, 2013, p. 65).

Nesse sentido está a fundamentação através da qual compreendemos que a análise de como as IFES atuam sobre o sofrimento psicológico dos universitários não pode dar-se apenas

amparada em recortes de fundamentação que privilegiem apenas descrições de sintomas ou de fazeres, ou ainda compreensões limitadas ao tema da saúde mental, ou das políticas públicas, ou da Assistência Estudantil. A compreensão genuína do significado dessa realidade demanda um olhar atento para a materialidade sobre a qual a subjetividades humana se forma e se transforma.

1.2.2 Sofrimento psicológico dos universitários no contexto neoliberal

Em que pese nossa compreensão de uma constituição da subjetividade inerentemente vinculada à perspectiva materialista histórico-dialética, ao observarmos a forma como se compreende, especialmente no meio acadêmico, a Saúde Mental enquanto categoria, podemos perceber um uso majoritário de conceitualizações que referenciam determinadas formulações que diferem epistemologicamente de nossa perspectiva. Há uma presença importante, na maioria dos textos científicos que abordam o sofrimento psicológico dos universitários, do uso de uma noção ampliada do conceito de saúde como estado de bem-estar bio-psíquico-social, tal como formulado pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2019). Contudo, ainda que essa formulação considere não apenas a ausência de doenças para estipular o que é saúde, ela integraliza a perspectiva clínica relacionada ao modelo médico ocidental, na medida em que o estado de bem-estar, tal como designado, não recebe nenhuma problematização a respeito das realidades materiais e do tipo de opressão de classe a que os sujeitos são expostos nos diferentes recantos do mundo.

Além disso, podemos considerar que a saúde mental, em particular, se constitui como campo de conhecimento, especialmente no Ocidente, a partir da experiência histórica associada a políticas de segregação e violência institucional, através da qual não apenas o sofrimento psicológico, mas antes disso a expressão de subjetividades que emergem em desacordo com a ordem social, tem sido administradas pelos poderes instituídos de forma a imprimir uma narrativa sobre como é aceitável viver em determinadas sociedades (FOUCAULT, 2017). A formulação científica do que entende-se por sofrimento psicológico, nesse sentido, tem acompanhado o desenvolvimento de perspectivas de desenvolvimento estatal que privilegiam uma ordem social pautada em homogeneização dos fazeres, pensares e sentires cotidianos. Desta forma, não apenas a conduta cotidiana tem sido instituída nesses parâmetros de “civilidade” - considerada como adequação às normas -, mas também tem sido construída uma concepção de sofrer psicológico que muda de acordo com as atualizações das normas sociais. Essas mudanças são indiscutivelmente interligadas, principalmente após a

Revolução Industrial, ao sentido de “utilidade” do sujeito na sociedade, de sua capacidade de trabalho e produção dentro da lógica capitalista.

Como vimos, o desenrolar histórico que levou à constituição do Estado de Bem-Estar Social, ainda que recuperasse elementos de acesso à cidadania e preservação da dignidade humana, esteve muito ligado à noção de “sujeito de direitos” associada à capacidade laboral. No Brasil, conforme Adorno (1990), será após as denúncias de tratamento desumano nos asilos e hospitais psiquiátricos, feitas pelos movimentos sociais que assumiram a luta antimanicomial, que o sofrimento psicológico passa a receber uma atenção que declara a urgência da reflexão sobre o que se entende e como se atende a esse tipo de sofrimento. Nesse sentido, ponderamos que a forma como as instituições - em processo dialético com seus membros - compreendem o conceito de Saúde Mental irá determinar como a instituição irá visualizar, pautar, planejar e agir sobre determinada temática.

Através da participação na Pesquisa “Saúde mental do estudante de graduação no Brasil: um estudo multicêntrico atravessado pela pandemia de COVID-19” (DEMENECH, 2021), percebemos o quão evidenciado estava o panorama de sofrimento psicológico dos estudantes universitários no Brasil, identificado a partir da perspectiva diagnóstica de base psiquiátrica em associação com determinantes sociais de doença, a partir do perfil sociodemográfico dos participantes. O panorama apresentado a seguir fez parte da fase inicial de nosso projeto de pesquisa, fundamentando a justificativa para nossa preocupação de pesquisa, apresentando a dimensão do desafio que a atenção à saúde mental dos universitários coloca para as universidades. Foi a partir desses dados que construímos nosso objeto de estudo, nosso questionamento e hipóteses iniciais, e sua apresentação coopera no sentido de situarmos materialmente esta dissertação.

A partir dos estudos encontrados em nosso levantamento inicial para o projeto de pesquisa, identificamos que há grande profusão, especialmente nos últimos 10 anos, de levantamentos epidemiológicos sobre o sofrimento psicológico vivenciado pelo universitário, e mesmo sobre o próprio impacto da vivência universitária no surgimento e/ou piora de sofrimento psicológico deste público. Encontramos uma grande profusão de publicações científicas que dão conta de apresentar como a população universitária tem externado - em terminologia técnica maioritariamente alinhada à perspectiva diagnóstica provida pela abordagem psiquiátrica tradicional - “sinais” e “sintomas” que atestam um sofrimento de ordem subjetiva que afeta profundamente a forma como conduzem suas vidas.

A maioria dos artigos científicos acerca da saúde mental dos estudantes universitários demonstra que eles apresentam uma menor qualidade de vida e apresentam índices de

sofrimento mental maiores do que da população em geral - especialmente depressão, ansiedade e comportamentos suicidas (CRISPIM *et al.*, 2021; PAULA, 2020; DEMENECH *et al.*, 2023). Esses sofrimentos são identificados mais frequentemente e de forma mais intensa em determinados grupos e condições sociais: estudantes de instituições públicas, mulheres, pessoas com baixa renda, com hábitos prejudiciais à saúde (tabagismo, sedentarismo, poucas horas de sono, consumo abusivo de álcool e auto-medicalização), e pessoas que experienciaram discriminação racial, de idade, classe (TAVOLACCI *et al.*, 2013; GRANER e CERQUEIRA, 2019; ALAHMAR *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020; DEMENECH *et al.*, 2023) ou particularmente preconceito em relação à orientação sexual (CERQUEIRA-SANTOS, AZEVEDO, RAMOS, 2020; PAVELTCHUK, BORSA, 2020; DEMENECH *et al.*, 2023). Além desses aspectos, são identificadas a multifatorialidade relacionada ao seu adoecimento e a forte relação entre depressão e a auto-percepção dos universitários a respeito de sua capacidade de administrar a sobrecarga de demandas acadêmicas, além da sobrecarga de tarefas em si (POZOS-RADILLO *et al.*, 2014; ARINO e BARDAGI, 2018; GRANER e CERQUEIRA, 2019; DEMENECH *et al.*, 2023).

Nesse sentido, nossas inferências concordam com Penha, Oliveira e Mendes (2020), os quais em revisão integrativa sobre produção acerca da saúde mental do estudante universitário, observaram um aumento de estudos sobre esse tema desde 2010, ponderando que o tema pode ter ganhado mais destaque nas instituições governamentais e científicas após a implantação do PNAES. Contudo, apontam que as pesquisas realizadas referem-se fundamentalmente sobre os tipos/sintomas de adoecimento psíquico/emocional e prejuízos acadêmicos associados. É destacada pelos autores a identificação do fracasso nas ações de prevenção, e a sua percepção da importância de que o Programa seja alçado ao status de Lei (visto que é definido por Decreto), o que poderia proporcionar a estabilidade que falta para garantir a consolidação da política.

Cabe destacar que a pandemia de COVID-19 trouxe, entre suas consequências, o acirramento do sofrimento psicológico, seja por conta do medo do contágio, pelo contágio em si e suas vicissitudes, pelas dificuldades em lidar com o isolamento social, pelas dificuldades econômicas impostas pelo período, pela transversalidade de diversas formas de luto vivenciadas, e particularmente pela confluência de todos esses fatores (DEMENECH *et al.*, 2021). Em artigo de revisão narrativa sobre o impacto da pandemia na saúde mental de universitários (SUNDE, 2021) são identificadas a prevalência da identificação de sintomas clínicos psiquiátricos - depressão, ansiedade, transtornos de luto e raiva - agravados durante a pandemia. São identificados como fatores estressores o medo de contaminação, medo de

perder familiares, a incerteza sobre o retorno às aulas - especialmente para concluintes, alunos estrangeiros e alunos de outros estados. Como maiores dificuldades são destacadas, nos trabalhos investigados, as limitações quanto ao acesso a equipamento de tecnologia para manter as atividades *online* (*smartphones*, *tablets* e computadores) e quanto ao acesso à *internet* de qualidade. Além disso, é destacada, no conjunto de artigos, a percepção de insuficiência de serviços de apoio psicológico online para os universitários durante a pandemia.

Ainda sobre o contexto pandêmico, Carvalho e Silveira (2021) avaliaram as dificuldades que o público universitário enfrentou em função do ensino remoto emergencial, bem como os desafios e estratégias de enfrentamento vivenciados por essa população. Os autores destacam o agravamento do sofrimento dos que já apresentavam diagnóstico psiquiátrico, além do impacto percebido pelos respondentes do isolamento: afastamento da rede socioafetiva, sedentarismo e as preocupações financeiras. Entretanto, referem o entendimento do grupo pesquisado sobre o impacto positivo da manutenção dos auxílios estudantis no período, ainda que fossem necessárias mais oportunidades, em relação às ações em saúde mental, de ofertas de escuta online durante a pandemia.

Nesse sentido, ainda que se compreenda que o ingresso na vida universitária como uma vitória particular e social, especialmente em um país com marcante desigualdade como o Brasil, sabemos que é um momento em que interagem vários processos de crise e adaptação - desde crises típicas relacionadas às fases do desenvolvimento, bem como as dificuldades de adaptação às novas formas de relação com colegas, com professores, com os conteúdos e a forma de ensino, com a própria institucionalidade e seus processos. Todos esses processos ocorrem em concomitância, e a eles somam-se as eventualidades e desafios da materialidade da vida cotidiana - acesso a renda, a transporte público de qualidade, segurança, eventos familiares que vão do adoecimento ao luto, passando pela gravidez e cuidado de filhos, a estruturalidade do racismo institucional, as opressões relacionadas a gênero e sexualidade. Nesse cenário, a desigualdade e a injustiça social são identificadas como fatores que aumentam o sofrimento psicológico nas parcelas mais vulnerabilizadas da população que acessa ao Ensino Superior. (DEMENECH *et al*, 2023).

Esta perspectiva alinha-se às compreensões formuladas na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada em parceria pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES com seu órgão assessor, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. Este último levantamento em seu texto de

apresentação, para além de caracterizar a população alvo, contextualiza histórica e politicamente as edições de pesquisas realizadas destacando o impacto, nas políticas de assistência estudantil, do alinhamento à lógica gerencialista no período pós-democratização, bem como dos processos de reestruturação e expansão dos governos progressistas, a partir de 2003 (ANDIFES/FONAPRACE, 2018).

O relatório da pesquisa foi desenvolvido em perspectiva comparativa com os levantamentos anteriores, e considerou também dados estatísticos de outros censos nacionais, de forma a apresentar não apenas um panorama descritivo, mas uma compreensão complexificada a respeito da correlação entre a caracterização encontrada e a realidade de desigualdades sociais e seu impacto no acesso e permanência no Ensino Superior (ANDIFES/FONAPRACE, 2018, p. 17). Nesse sentido, em relação aos dados referentes ao sofrimento psicológico dos universitários, o tema é abordado tangencialmente, aproximando a percepção de sofrimento a determinados contextos de vulnerabilidade (privação socioeconômica, fragilização de vínculos e de pertencimento social) que podem atuar de forma combinada entre si, implicando em maiores e mais profundos sofrimentos por parte dos universitários (ANDIFES/FONAPRACE, 2018, p. 18). Os dados específicos sobre saúde mental apontam para uma evidência do aumento, ao longo dos anos, do volume de alunos que informam sobre sofrimento psicológico, bem como agravamento dos sintomas identificados:

O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro (ANDIFES/FONAPRACE, 2018, p. 229).

Os dados evidenciados sobre o sofrimento dos universitários e sua relação com as questões de desigualdade social provocam uma inquietação reflexiva não apenas em relação ao volume e grau de sofrimento que está absolutamente identificado, sob parâmetros clínicos de diagnóstico psiquiátrico, mas especialmente apontam para um sofrer que extrapola, em termos científicos, os próprios dados de sofrimento psicológico identificado na população em geral. Essa dinâmica, entretanto, ao ser identificada e analisada apenas sob o viés da epidemiologia, ainda que considerando determinantes sociais de doença que demonstram o impacto da desigualdade social no sofrimento, parece demonstrar como é operacionalizada a racionalidade neoliberal no contexto da análise sobre o sofrimento psicológico dos universitários brasileiros.

Esse contexto foi analisado por Maia (2022), amparado na discussão proposta por Safatle, Silva Junior e Dunker (2021b) a respeito da perspectiva neoliberal de gestão do sofrimento psíquico, considerando que a confluência desses processos de sofrimento psicológico e desigualdades demonstra-se em toda a sua potência nas universidades, e pode ser identificado não apenas no corpo universitário, mas em toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, acompanhamos a compreensão do autor de que o sofrimento que resulta do mal-estar produzido por uma realidade de desigualdades passou a ser identificado, nas universidades, através da nomeação em sintomas psiquiátricos e em associação com a perspectiva empresarial de desempenho acadêmico (MAIA, 2022, p. 128). Concordamos, nesse sentido, com a defesa do autor de que:

Nosso sofrimento, enquanto uma experiência universalmente humana, ganha expressão objetiva no mundo através de determinadas circunstâncias históricas, culturais e sociais. Essas experiências negativas são moldadas objetivamente pela singularidade existencial de cada sujeito, ainda que sob determinações históricas e sociais. Assim, nossas formas de sofrer são permeadas por uma gramática radicalmente social. (MAIA, 2022, p. 29)

Dentre as diversas correntes teóricas que se debruçam sobre o tema da compreensão do sofrimento psicológico, a Psicanálise tem se constituído como um dos campos de saber em que emergem importantes considerações a respeito da relação entre a constituição do sujeito humano e de sua subjetividade no desenvolvimento da sociedade. Ainda que escolas psicanalíticas tenham se desenvolvido com orientações mais ou menos ortodoxas, há um movimento de pensamento psicanalítico que faz aproximação entre as compreensões do campo da subjetividade e do campo da Teoria Social Crítica - o que coaduna com nossa perspectiva de compreensão do fenômeno em voga a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Entendendo que o sofrimento psíquico, portanto, é um processo que reflete e transforma-se ao longo do desenvolvimento sócio-histórico, Sigmund Freud - atento aos riscos eminentes da tentativa de cristalização dos processos psicoterapêuticos que se anunciava em consonância com o espírito de homogeneização e fragmentação de processos que começava a exercer domínio na mentalidade de sua época - indicou a importância de se manter em mente a "incompletude do conhecimento" como baliza ética na formação dos psicanalistas. (IANNINI e SANTIAGO, 2020, p. 37). Além disso, especialmente no contexto pós-Primeira Guerra Mundial, Freud mobilizou a comunidade psicanalítica no sentido de que a psicanálise, mais do que ser reconhecida como campo científico, fosse referenciada ao atendimento das necessidades populares, inserida no contexto de política pública de atenção ao sofrimento psicológico (IANNINI e SANTIAGO, 2020, p. 40). Segundo Iannini e Santiago

(2020), no Prefácio da obra “Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos”, a produção de Freud a respeito do sentido ético e epistemológico da Psicanálise pode ser compreendida da seguinte forma:

a clínica psicanalítica não paira na história e na sociedade em que foi produzida ou fora delas, nem tampouco pode ser encerrada nos limites fechados de suas configurações particulares. Ela não é nem uma estrutura a-histórica imune às vicissitudes da sociedade e da cultura, como sonham alguns psicanalistas, muito menos uma prática ultrapassada ou restrita a um mundo que não existe mais, ao contrário do que insistem alguns críticos. (IANNINI e SANTIAGO, 2020, p. 43)

Especialmente após esta obra, dirão os autores, é inaugurada uma nova perspectiva psicanalítica, que irá aprofundar a aproximação entre o campo de estudos culturais e sociológicos - perspectiva que demonstra a compreensão visionária de Freud a respeito do risco apresentado pela constituição de uma subjetividade humana que aceitasse a opressão e a injustiça social como formas de manutenção da ordem social.

No Brasil, será o psicanalista Christian Dunker um dos principais expoentes da recuperação desta perspectiva, produzindo reflexões sobre o sofrimento psíquico na ordem neoliberal. Para o autor, a nomeação do sofrimento, e as subsequentes formulações sobre caracterização dos sofreres, irá constituir a base da hegemonia da perspectiva da medicalização do sofrimento no ocidente. Em conjunto com Safatle e Silva Júnior, parte da compreensão de que a lógica neoliberal atua de forma hegemônica na construção da própria concepção de sofrimento psíquico, e por conseguinte, nas formas de atuação sobre como esse sofrimento é identificado (SAFATLE, SILVA JUNIOR, DUNKER, 2021a, 2021b). Defendem os autores, então, que existe uma força performativa do neoliberalismo sobre a forma hodierna de sofrimento psíquico que não se limita apenas ao acirramento ou à medicalização desse sofrimento:

Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios (SAFATLE, SILVA JUNIOR, DUNKER, 2021b, p. 11).

Para os autores, a generalização de princípios empresariais nas mais diversas dimensões da vida humana será uma das formas através das quais o neoliberalismo conseguirá ser internalizado pelos sujeitos, gerando uma forma de pensar o próprio sofrimento e o seu manejo que se aproxima o máximo possível da lógica gerencialista empresarial. Imerso nessa lógica, o papel da própria Psicologia, enquanto campo não apenas de conhecimento, mas também político, será deformado inclusive nas técnicas de intervenção terapêutica, as quais

“começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas” (SAFATLE, SILVA JUNIOR, DUNKER, 2021a).

Segundo Dunker (2011), esse processo pode ser compreendido em relação às transformações de como tem se constituído historicamente o processo de diagnóstico na Psicanálise, acompanhando as transformações da subjetividade ao longo dos tempos. Diagnóstico, nesse sentido, refere-se à forma como um campo do saber que estuda a subjetividade entende o que é sofrimento, e designa como esse sofrimento se expressa em manifestações que são categorizadas sob uma gramática de sintomas (DUNKER, 2011, p. 116). Assim, ao contrário da busca por definições estruturais que se observa na forma como a psiquiatria desenvolve suas categorias de sofrimento e sintoma, em uma perspectiva universalizante de definição de quadros patológicos e sintomatológicos, o desenrolar das formulações sobre a perspectiva diagnóstica, na Psicanálise, identifica uma diferenciação fundamental no que diz respeito à compreensão da existência de outras dimensões em interação no processo diagnóstico:

o diagnóstico se faz sobre uma *forma de vida* que deve incluir ou pressupor suas próprias práticas, produtivas ou improdutivas, de nomeação (autodiagnóstico), sua economia social de conversão, determinativa ou indeterminativa, do sofrimento em sintoma ou mal-estar (interdiagnóstico), bem como sua inserção em dispositivos práticos ou institucionais de tratamento da falta ou excesso (paradiagnóstico). (DUNKER, 2011, p. 117)

Ou seja, ainda que a teoria psicanalítica possua em seu horizonte um viés universalizante, porquanto se insere no campo dos saberes que sofrem ainda impacto do paradigma científico positivista - que se pode entender como a “paradiagnóstica” -, há uma ressalva na continuidade das reflexões sobre seu próprio método. Essas reflexões apontam para a compreensão de que o sofrimento possui uma dimensão particular, uma significação individual, “autodiagnóstica”, que se transforma e ressignifica ao longo da relação com a escuta do profissional que transpõe esse sofrimento em uma nova gramática - sintoma -, “interdiagnóstica”. Por isso se constitui um esforço, na prática de orientação psicanalítica, pela garantia de uma maior liberdade no processo de formulação da nomeação do sofrimento, uma vez que o sofrimento subjetivo não pode ser datado - pois ainda que possa ser significado e nomeado, essas designações sofrem limitações contextuais relacionadas à materialidade da vida e do tempo histórico.

Considerando então que o “estado da arte” sobre o sofrimento psicológico dos universitários apresenta um panorama homogêneo de caracterização do sofrimento a partir da gramática cristalizada da terminologia sintomatológica psiquiátrica, podemos inferir, ao

refletir com base nas provocações advindas das formulações apresentadas acima, que o gigantesco contingente de adoecidos, o gigantesco volume de sofreres identificado na população referida, está identificando menos um quadro clínico - porquanto clínica se entenda o debruçar-se de um médico sob um paciente enfermo para oferecer-lhe a cura - e mais uma quadro de patologia social, no sentido de que demonstra os efeitos do recrudescimento da racionalidade neoliberal no contexto universitário, de forma a instalar um **mal-estar**.

Finalmente, podemos considerar esse mal-estar como um sofrer difuso não-dito, que a definição em sintoma até pode nomear, mas não explica, que o profissional enxerga no seu paciente e até tenta curar, mas não alcança - pois sua solução não passa pela lógica da cura, uma vez que não está instalado naquele que sofre, mas na dinâmica de reprodução social da racionalidade neoliberal no cotidiano das IFES.

2. REFLEXÕES ACERCA DO PANORAMA ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE O TEMA

2.1 Percurso investigativo - metodologia de pesquisa e de análise

Neste capítulo realizaremos a apresentação dos fundamentos e do percurso metodológico desenvolvido, baseados em nossa compreensão de como, amparados no método marxista de análise, dentro das Ciências Sociais, poderemos produzir uma análise viável e útil ao horizonte de transformações sociais que balizam nossa proposta. Especificamente, destacamos como nos embasamos para realizar o levantamento de dados e a sua interpretação, a partir da proposta da análise de uma política pública - dentro do escopo delimitado nesta dissertação.

A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa social de abordagem qualitativa, que irá considerar ponderações sobre determinado construto teórico em articulação com a materialidade da realidade empírica e as percepções e considerações da pesquisadora, analisando os achados de pesquisa a partir da interpretação dos discursos relacionados à temática (MINAYO, 1994). Para Minayo, no campo metodológico das Ciências Sociais, é fundamental a compreensão de que a pesquisa qualitativa seja compreendida para além dos referenciais positivistas, mas também avance de uma perspectiva limitada que coloque o sentido da investigação exclusivamente no campo da subjetividade (MINAYO, 1994, p.23).

Nesse sentido, sua proposta de abordagem caracteriza-se a partir da Dialética, pois a partir das contradições entre essas perspectivas metodológicas mais alinhadas à perspectiva do

Positivismo e da Sociologia Compreensiva é que será possível chegar-se a uma compreensão da realidade, analisando o todo em relação às partes e vice-versa, bem como sua interconexão, sendo então uma abordagem que:

considera que o fenômeno ou o processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam. (MINAYO, 1994, p. 25)

Nesse sentido, percebemos como essa abordagem está alinhada ao método marxiano, tal como Lessa e Tonet (2011) descrevem. Para eles, a partir da superação entre idealismo (perspectiva que sustenta uma visão principalmente subjetiva da realidade) e mecanicismo materialista (perspectiva que aponta a realidade material como única fonte de conhecimento), Marx chegou à conclusão de que “entre as ideias e o mundo objetivo, externo à consciência, se desdobra uma intensa mediação que tem no trabalho sua categoria fundante” (LESSA e TONET, 2011, p. 45). Essa perspectiva irá abrir uma série de possibilidades de interpretação da realidade que terão, por sua vez, uma fundamental assunção de sua conexão com a realidade material - como descrevem os autores:

O conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso a reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação de ideias em relação à realidade em permanente evolução. (LESSA e TONET, 2011, p. 48)

Será este o percurso que perseguiremos na composição desta dissertação, tratando de apresentar não apenas as informações mais imediatas do objeto analisado, mas exatamente apresentando nossa concepção do viés sócio-histórico em que o tema se desenrola. E quando mencionamos o uso de uma concepção particular da pesquisadora, alinhamos nosso compromisso com a transparência necessária referente à recusa da lógica de neutralidade do pesquisador nas ciências sociais, uma vez que somos também imersos e impactados pelo processo histórico real que opera no cotidiano. Este posicionamento é referido por Minayo como a compreensão de que o investigador possui uma visão de mundo constituída historicamente, o que implica uma posição ideológica de fundo que está presente em todas as fases da pesquisa (MINAYO, 1994, p.14).

Nesse sentido, ainda segundo Minayo, a pesquisa surge a partir da percepção de um problema que se expressa na vida prática, o que faz com que o questionamento científico seja fundamentalmente “relacionado a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetos”

(MINAYO, 1994, p. 17). Seguindo essa lógica, observada a particularidade do tema em questão, esta pesquisa tem como seu objeto de estudo uma política pública que transita por três esferas do conhecimento: Saúde, Educação e Assistência Social. Entendemos, contudo, que o eixo principal de nossa questão de análise tangencia com mais amplitude o campo da Atenção em Saúde - que, no caso do PNAES, é executada no âmbito educacional, através de uma lógica assistencial.

Nas pesquisas referentes à área das políticas públicas em Saúde, de acordo com levantamento de Esperidião (2018), uma das principais abordagens encontradas para esta temática é a Análise Política em Saúde. Focalizando como objeto não apenas o conteúdo da política, nem apenas descrevendo sua implantação ou sua avaliação - ainda que tais processos possam fazer parte de sua análise - essa abordagem prevê a inclusão de elementos como a contextualização social, histórica e política que tenham operado durante a constituição de determinada política pública. Assim, serão consideradas as relações de poder estabelecidas em diversos âmbitos da dinâmica da gênese da política e os fatores incidentes na sua constituição, especialmente as conjunturas políticas e governamentais nas quais se desenvolve o processo. Nesse sentido, destaca a autora:

a análise política centra seu foco nos atores e processos políticos, indagando o porquê, para quem e por quem uma dada política foi elaborada; enfatizando aspectos como os valores e interesses envolvidos no jogo político, a interação entre os atores, a arquitetura de poder e a tomada de decisões envolvendo conflitos e negociações. (ESPERIDIÃO, 2018, p. 342)

A autora reforça a importância de cuidados teórico-metodológicos, que são apontados como um ponto de vulnerabilidade nas pesquisas sobre políticas públicas. O viés de defesa, nesse sentido, insurge-se em relação a análises mais consistentes em seu aporte teórico e metodológico, que indicam pouco conhecimento de fundamentos de ciência política e de materialidade das relações políticas que se estabelecem em determinado campo de políticas públicas (ESPERIDIÃO, 2018, p.346). Nos estudos brasileiros analisados, é encontrada a preponderância de trabalhos com matrizes teóricas sociológicas, e a utilização de modelos teóricos de análise política, com alguma ênfase na perspectiva histórica, além de um evidente esforço na construção de conceitos e indicadores que possam oferecer bases de tratamento empírico dos dados das pesquisas (ESPERIDIÃO, 2018, p.347).

Sobre os objetos de estudo, a autora destaca que sua escolha é um processo que, em si, já representa uma escolha de referencial teórico que determina a forma de olhar para processos e/ou fenômenos. Ela agrega esses objetos como “arenas e processos decisórios”, “atores políticos/agentes sociais”, “configuração de agenda”, “gênese, formulação e

implantação das políticas”. Este último tipo de objeto, segundo a autora, possibilita apreender uma visão dinâmica das origens políticas, das dimensões estruturais, e das forças políticas que operam - e como operam - no sentido de sua execução. Nesse sentido, enquanto os estudos sócio-históricos irão analisar aspectos da dinâmica da constituição de uma política a partir de um problema social percebido, há também os estudos sobre implantação, conteúdo e acompanhamento da execução de políticas públicas (ESPERIDIÃO, 2018, p. 352).

Sendo assim, encontramos nessa descrição a perspectiva de análise do objeto de estudo desta pesquisa, qual seja, a forma como a racionalidade neoliberal impacta o conjunto das estratégias utilizadas pelas IFES para executar a atenção à essa demanda no âmbito do PNAES, pois pretendemos descrever e analisar, a partir das abordagens teórica e metodológica apresentadas, este fenômeno em seu contexto sócio-histórico, a partir de um referencial estruturado sobre Estado e Política Pública, especificamente no caso brasileiro. Portanto, nossa preocupação em destacar claramente a percepção sobre o tipo de desenvolvimento de Estado e Políticas Públicas que vivenciamos no Brasil alinha-se à uma das orientações conclusivas de Esperidião:

Nos modelos revisados, não fica claro qual é a visão do Estado adotada pelos autores. Os conceitos de Política ou de Política de Saúde também são pouco mencionados. Na grande maioria dos estudos revisados, o conceito de classe social também não é tematizado. Seria preciso delimitar qual é a configuração particular assumida pelo Estado em cada país e o momento histórico, como, por exemplo, evidenciar particularidades do Estado brasileiro. Ou, ainda, devem-se evidenciar os modos como o Estado capitalista tem mediado os conflitos entre capital e trabalho ou sua natureza conflitiva e contraditória na produção de bens e serviços de interesse coletivo ou concedendo direitos e benefícios aos diferentes segmentos sociais (ESPERIDIÃO, 2018, p. 355)

Por estarmos atentos a essa preocupação, optamos por apresentar com clareza no referencial teórico desta pesquisa não apenas as bases relacionadas diretamente ao tema, mas também - senão principalmente - os fundamentos relacionados à concepção de Estado e políticas públicas. Nessa mesma perspectiva, realizamos a contextualização política e sócio-histórica do campo foco desta pesquisa, o Ensino Superior no Brasil, e particularmente o PNAES. Se nos propusemos a analisar uma política pública em saúde sob a perspectiva de que ela atinge a vida de sujeitos que têm uma subjetividade determinada dialeticamente pelo contexto sócio-histórico, nossa compreensão das instituições, e assim do Estado e de suas formas de funcionamento, não poderiam ser analisadas de forma diferente.

Para dar conta desta proposição, a etapa inicial da pesquisa constituiu-se de pesquisa documental sobre a política pública de assistência estudantil no Ensino Superior, especialmente focalizadas as definições referentes à assistência em saúde mental. De acordo com Cellard (2008), a análise documental prevê a análise de textos, de acordo com sua

pertinência, sua validade, e observando-se a reflexão crítica sobre as potencialidades e limitações de assunção de seu conteúdo. O autor refere a necessidade de que seja realizada uma análise preliminar dos documentos, que se constitui por uma reflexão criteriosa a respeito do contexto sócio-histórico, da natureza da autoria, e da autenticidade do texto (CELLARD, 2008, p.299).

Através desses cuidados, pode ser desenvolvida uma compreensão crítica e coerente sobre a problemática abordada, levando-se em conta aspectos de comparativos e de interconexão com outros textos, e contextualizando-o em relação ao referencial teórico utilizado, que dirá, em última análise, da perspectiva ideológica do pesquisador. A análise, finalmente, recupera as interpretações da análise preliminar, orientando para um processo criterioso de leitura dos elementos presentes no documento, uma vez que:

é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável. As combinações possíveis entre os diferentes elementos contidos nas fontes estabelecem-se em relação ao contexto, à problemática, ou ao quadro teórico, mas também, deve-se admiti-lo, em função da própria personalidade do pesquisador, de sua posição teórica ou ideológica (CELLARD, 2008, p. 304).

Esse cuidado, bem como a diversidade, as corroborações e a interseccionalidade entre as bases documentais estudadas será imprescindível para garantir qualidade, profundidade crítica e refinamento em uma análise. A respeito deste processo, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) destacam ainda a importância de definir-se a caracterização dos dados utilizados enquanto fontes primárias ou secundárias. Em Ciências Sociais, dirão esses autores, os dados identificados como primários serão aqueles que nunca passaram por algum tratamento analítico, tais como as bases documentais referentes a determinada temática. As fontes secundárias seriam, então, aquelas informações que já foram analisadas por outras pesquisas, e já fazem parte do conhecimento científico acessível a outros estudiosos.

No caso da presente pesquisa, portanto, foram utilizadas fontes secundárias, uma vez que, ainda que se tenha realizado a leitura de documentos oficiais e legislações pertinentes ao tema, nosso foco de pesquisa constitui-se por revisão bibliográfica de estudos realizados a respeito do tema proposto. Para a realização da pesquisa documental sobre as políticas públicas de saúde mental relacionadas ao Ensino Superior, especialmente focalizadas as definições referentes à assistência estudantil, foi acessada a base documental de legislações oficiais, tais como o sítio eletrônico do MEC e de outras instituições públicas e/ou Fóruns que produzem e/ou divulgam material oficial relacionado à temática abordada.

A seguir, foi realizada investigação das formas que as IFES têm utilizado para materializar a atenção à saúde mental dos estudantes universitários atendidos pelo PNAES.

Esta etapa contemplou um procedimento de investigação composto pela revisão bibliográfica da produção científica mais atualizada sobre o tema. Para o levantamento dos estudos feitos sobre esta temática utilizou-se a metodologia de revisão narrativa (ROTHER, 2007), formato que produz uma compreensão ampliada, fluida e atualizada da literatura referente a um tema a partir de determinado enfoque teórico, proporcionando mais uma discussão qualificada sobre o tema proposto, do que a produção quantitativa de informações sobre a produção científica na área.

Sobre a coleta de dados, acreditamos serem oportunas as considerações feitas sobre as especificidades referentes ao processo de recolha de dados por Quivy e Champenhoudt (1992). Para os autores, este momento apresenta valor complementar à análise, e por isso o processo de seleção documental deve ser considerado em conjunto com as perspectivas de análise escolhidas em função dos objetivos do trabalho (QUIVY, CHAMPENHOUDT, 1992, p.185). Os autores alertam para o cuidado em relação às pesquisas sobre contextos em que há profusão de dados já oferecidos por levantamentos anteriores, sendo adequado, nesse panorama, optar-se por analisar de forma responsável e crítica os dados volumosos já obtidos por outras pesquisas, sempre resguardando-se a atenção à clareza em relação à perspectivas, vieses e possíveis limitações teóricas e metodológicas presentes nas análises iniciais utilizadas (QUIVY, CHAMPENHOUDT, 1992, p.201). Este tipo de coleta é adequado, para os autores, nos estudos de fenômenos macrossociais, das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico de fenômenos sociais (quando não é possível recolha de testemunho direto), bem como nas análise de mudança nas organizações, estudo das ideologias, dos sistemas de valores e da cultura no seu sentido mais amplo, apresentando uma ampla possibilidade de associação a métodos complementares de análise (estatística, histórica, de conteúdo, etc) (QUIVY, CHAMPENHOUDT, 1992, p.204).

Considerando essas perspectivas, propusemo-nos a adicionar um critério de transparência a respeito da forma como foi feita a busca de produções acadêmicas para nossa análise. Nesse sentido, o levantamento dos trabalhos científicos analisados nesta dissertação foi realizado através de busca na plataforma de pesquisa *online* Google Acadêmico, definindo os descritores associados: “PNAES”, “política pública”, “assistência estudantil” e “saúde mental”. Em busca de que nosso levantamento preservasse o aspecto acadêmico, foram selecionados apenas artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas. Considerando a perspectiva histórica da política analisada, elegemos um marco temporal de 10 anos desde a implantação do PNAES, de forma que pudéssemos nos apropriar de estudos feitos após a consolidação do programa, e portanto definimos o período de 2020 a 2022 para a eleição dos

estudos que iremos analisar. Do escopo de 168 resultados inicialmente encontrados, foram excluídos estudos referentes à análise do Programa que não abordavam centralmente a questão da atenção das IFES à saúde mental dos universitários, motivo pelo qual chegamos a um total de dez produções científicas para análise nesta dissertação.

Além da produção científica destacada, foram utilizados livros e artigos de acervo pessoal da pesquisadora, avaliando sua pertinência e relevância para sustentar teoricamente o debate sobre o tema ora proposto. Grande parte do conteúdo desenvolvido nesta dissertação faz parte do conteúdo programático das disciplinas oferecidas pela FLACSO e indicações bibliográficas feitas pelo Orientador da pesquisa, o que demonstra a qualidade e profundidade do programa em relação ao processo de ensino.

Após esses levantamentos, foi realizada Análise de conteúdo, método de organização e análise de dados que consiste na utilização de conjuntos de técnicas e procedimentos sistemáticos para deduzir informações significativamente estruturadas a partir de mensagens escolhidas pelo pesquisador, que permitam a compreensão e expressão dos conteúdos dessas mensagens a partir de diferentes prismas determinados pelo investigador - ou que emergem no decorrer da pesquisa (BARDIN, 2011, p. 48). Essa perspectiva diferencia-se, segundo a autora, do método de análise documental pela presença da função de inferência, processo lógico em que se realiza uma dedução a partir de outras premissas verdadeiras similares (BARDIN, 2011, p. 45). Enquanto a análise documental centra-se em um processo de transformação de dados que pretende facilitar tanto seu armazenamento como a consulta posterior (BARDIN, 2011, p.51), a análise de conteúdo, por sua vez, irá partir desses dados organizados para “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 52). Nossa análise, nesta pesquisa, foi estruturada de tal forma que pudéssemos apresentar os dados considerados relevantes de forma criteriosa, dentro dessas duas dimensões, de modo a agregar, ao fundamento da informação, um sentido de pertinência quanto à abordagem teórica desenvolvida.

Para o desenvolvimento da análise, a autora propõe inicialmente uma organização documental, que é determinada por três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Nesse sentido, iniciamos nosso levantamento realizando a pré-análise dos documentos definidos na etapa da revisão narrativa, o que corresponde a realização de leitura flutuante dos textos, de forma a ter um conhecimento inicial do conteúdo e reconhecer as primeiras impressões sobre as informações ali contidas, em um processo dialógico com as hipóteses e objetivos iniciais propostos no projeto de pesquisa, bem como com o referencial teórico utilizado (BARDIN, 2011, p. 125). Nesse

sentido, a escolha dos estudos que fazem parte desta dissertação buscou atender aos critérios definidos pelo autor para a constituição de um *corpus* documental que tenha exaurido o volume de documentos em relação às delimitações propostas e declaradas no método, que represente de forma fidedigna a universalidade do assunto, que seja homogêneo em seu conjunto e pertinente ao tipo de análise que se propõe (BARDIN, 2011, p. 126). Nessas bases, foram selecionados os documentos, e passamos a destacar nos textos, a partir dos objetivos e hipóteses do projeto, os trechos que correspondiam a indicadores a serem analisados (BARDIN, 2011, p. 130).

A partir desta etapa, iniciamos a exploração do material, quando ocorre a execução dos procedimentos planejados para o tratamento dos dados, através da definição de categorias, fundamentadas no sistema de codificação das unidades de registro identificadas (BARDIN, 2011, p. 131). Considerando o número restrito de documentos a serem analisados, optamos por não utilizar o apoio de programas computacionais nesse processo, tendo sido ele realizado de forma particularizada, manual e a partir da leitura imanente. Uma das tarefas desta etapa é a codificação, que “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 2011, p. 133). Desta forma, considerando os dados do texto que remeteram aos objetivos e hipótese da pesquisa - após a seleção das produções que fariam parte de nossa análise -, os dados foram organizados em planilha eletrônica (APÊNDICE A), destacando as unidades de registro, elemento que “corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p.134).

Considerando-se que a autora alerta para a grande variabilidade possível para a determinação dessas unidades (palavra, tema, objeto, personagem, etc...), determinamos dois blocos de unidades de registro. O primeiro bloco constitui-se de dados mais objetivos, referentes a informações precisas e facilmente identificáveis: “tipo de produção”, “origem laboral do autor”, “objetivo da pesquisa”, “metodologia”, “sujeitos participantes da pesquisa”. O segundo bloco, entretanto, constitui-se de dados que são absorvidos do texto atravessados pelo exercício de inferência, aglutinados sob a noção de “tema”, entendido como uma forma de apresentação do assunto central do texto no qual está presente o sentido nuclear de uma afirmação (BARDIN, 2011, p 135). Essa perspectiva nos permitiu identificar quatro temas centrais a serem analisados: as perspectivas de “Estado”, “Políticas Públicas”, “Universidade” e “Saúde Mental” - eixos temáticos desta dissertação - que tenham emergido do texto base. A

partir de então, foi possível a constituição de “categorias” que fundamentaram a próxima etapa (APÊNDICE B). Esse processo é descrito pela autora da seguinte forma:

é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 2011, p. 147)

Nesse processo, as informações presentes nas unidades de registro passam por um processo de inventariação, no qual os elementos centrais são isolados para depois serem classificados de acordo com aspectos comuns encontrados entre os mesmos. Essa classificação se dá no formato de um agrupamento das expressões identificadas nas unidades de registro, em uma representação conceitual simplificada que corresponda ao seu teor principal (BARDIN, 2011, p.148). Na construção das categorias, a autora atenta para o cuidado com os critérios de exclusão mútua (o elemento não pode ser classificado em mais de uma categoria), homogeneidade (os elementos de uma categoria devem ter sido classificados sob uma única dimensão de análise), pertinência (relação bem definida com a perspectiva teórica), objetividade e fidelidade (definição clara das variáveis e dos critérios utilizados na categorização) e finalmente a produtividade (apresentação de resultados relevantes) (BARDIN, 2011, p. 149).

Considerando as fontes de nossa pesquisa como documentos de comunicação de massa, e levando em conta a definição proposta de unidades de registro, definimos nossa abordagem de tratamento dos dados e interpretação - terceira etapa do processo - como uma análise temática (APÊNDICE C), descrita pela autora como “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (BARDIN, 2011, p.77) mas, além disso, “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135). Considerando-se o reduzido volume de textos determinados nesta dissertação, ainda que em alguns momentos da interpretação dos dados sejam apresentadas informações referentes à distribuição quantitativa das categorias, esse não será nosso viés predominante de análise. Portanto, considerando a assunção de uma perspectiva qualitativa de análise, as considerações desenvolvidas nesse trabalho serão mais identificadas como inferências específicas do que generalistas. A pertinência de nossa contribuição se apresentará justamente no exercício de análise dos elementos encontrados com a base teórica proposta nesse trabalho.

2.2 Descrição e análise dos resultados

2.2.1 Compreensão imanente dos estudos

Passaremos a apresentar uma descrição narrativa das principais ideias e problematizações desenvolvidas nos artigos que pertencem ao escopo de nosso estudo. Após essa descrição, apresentaremos as categorias encontradas, e a análise de suas inter relações entre os artigos e com nossa fundamentação teórica.

O levantamento quantitativo em nível nacional feito por Araújo (2020) apurou informações fornecidas por representantes das equipes das PRAEs sobre suas ações de assistência em saúde mental para universitários. As respostas indicam que pouco mais da metade das IFES usam recurso do PNAES para atenção à saúde mental dos universitários, e há discrepância entre essas informações e os relatórios de aportes financeiros do programa ao tema - o que sugere que as IFES não possuem uma sistematização sobre como os recursos são distribuídos na área. Pouco mais da metade utiliza como recurso terapêutico as clínicas-escolas vinculadas aos cursos de graduação em Psicologia das próprias instituições, mas menos da metade possui convênio com a rede de serviços municipais de saúde mental para encaminhar os universitários. Além disso, mesmo que a ampla maioria tenha respondido que possui programas institucionalizados de atenção à saúde mental dos universitários, não houve resposta descritiva sobre quais são esses programas e ações, nem mesmo sobre a questão de acolhimento e identificação dos universitários em situação de sofrimento psicológico. Em relação à discussão do tema com a comunidade acadêmica, novamente as IFES informam que isso ocorre, mas não sabem referir como. Sobre as equipes de saúde mental da PRAEs, 90% afirmam possuir psicólogos e médicos psiquiátricos, mas 98% delas relatam que o número de profissionais é insuficiente. O autor conclui que o PNAES, em relação ao volume de recursos financeiros destacados à sua execução, não atende integralmente às necessidades de saúde mental.

Em artigo de revisão sistemática de tipo “metassíntese” sobre a atuação da Psicologia na assistência estudantil no âmbito do PNAES, Oliveira e Gomes (2020) identificaram um aumento gradual dos trabalhos sobre o tema a partir de 2015, atribuindo este fenômeno à implantação mais efetiva do Programa, em associação com a ampliação dos quadros técnicos-administrativos da IFES, que passaram a ser contratados após o REUNI - o que também pode explicar a maioria dos artigos estudados serem do tipo “relato de experiência”. Também destacam que de 2015 a 2018 (período do levantamento) ocorreu uma mudança na

perspectiva operacional das ações dos psicólogos das PRAES, desde uma prática de atendimento individual - plantões psicológicos e psicoterapia - até um panorama de ampliação dos fazeres psicológicos com a elaboração de modelos terapêuticos grupais e de orientação preventiva, e em articulação com os campos da saúde e educação, principalmente através de convênios e projetos acadêmicos e institucionais. Ainda assim, mesmo em 2018, a maioria dos trabalhos ainda reflete uma atuação da Psicologia de caráter tradicional, materializada em atendimento individual aos estudantes em sofrimento psíquico, alinhada à concepção psicoeducativa, focada em solucionar problemas de desenvolvimento e aprendizagem. Contudo, as autoras identificam o crescimento de estudos que avaliam criticamente o fazer do psicólogo na assistência estudantil, problematizando as ações executadas.

Biesek e Gagliotto (2020) investigaram a ausência de normativas sobre atendimento psicológico no âmbito do PNAES, a partir da metodologia de análise de ciclos de políticas públicas, com base em dados que indicavam a baixa ocorrência de serviços de atenção à saúde mental no contexto universitário. Além disso, seu levantamento aponta que, quando há alguma forma de atendimento, estes são voltados à atenção clínica dos que já apresentam sofrimento. As autoras compreendem que essa ausência representa um contexto em que não há efetivação da influência dos atores envolvidos e, por isso, na produção de textos relacionados à demanda, a temática emerge de forma contraditória e sem parametrização. Esses elementos impedem a compreensão real do fenômeno e a elaboração de estratégias para seu enfrentamento. A partir do debate da luta antimanicomial no Brasil, ponderam sobre o paradoxo da manutenção de uma perspectiva médica/psiquiátrica no atendimento psicológico dos universitários. Também analisam a perspectiva da racionalidade neoliberal, na qual o sofrimento psicológico gera lucro tanto pela abordagem medicalizante como pela possibilidade de terceirização de atendimentos, mas também mantém a estratificação social definida na universidade - pois que garante a permanência daquele estudante que tem acesso a recursos financeiros para arcar com custos de tratamentos psicológicos e psiquiátricos. Nesse sentido, identificam na elaboração de propostas do próprio FONAPRACE a assunção de uma perspectiva meritocrática, que associa a possibilidade de acesso às ações do PNAES a índices de desempenho, e prioriza demandas de ordem financeira.

Bernardes (2021) realizou análise institucional das políticas de promoção de saúde mental para universitários de uma IFES, a partir de entrevistas realizadas com universitários. Aproximou considerações sobre o sofrimento psicológico a partir da psicanálise e de estudos sobre neoliberalismo, refletindo sobre o quanto a perspectiva neoliberal passou a ser hegemônica na construção do sentido social das IFES, que se distancia cada vez mais da

perspectiva de um ambiente de produção e promoção de conhecimento com vistas à melhoria da vida da sociedade como um todo, para um ambiente de formação individual de acordo com demandas mercadológicas - e como isso se desdobra na produção de uma subjetividade adoecida dos estudantes em relação à sua vivência acadêmica. Defende que as universidades ainda apresentam avanços limitados em relação ao tema, sem uma proposta de debate universal sobre atendimento psicológico aos universitários. Entretanto, atribuiu valor central a problemas de divulgação das ações, à limitação de acesso às ações por critérios de rendimento acadêmico, ou acesso precário/desorganizado. Referenda os índices de elevação de sofrimento psicológico encontrados entre os levantamentos Andifes/Fonaprace de 2014 e 2018, criticando a pouca atenção dada pelas IFES a um contexto de sofrimento agudo e evidente. Como “produto técnico” da pesquisa foi produzida uma cartilha, distribuída de forma online à comunidade universitária, com informações e reflexões sobre bem-estar e saúde mental, e orientação sobre serviços de atendimento psicológico para a comunidade discente.

Carvalho (2022) realizou pesquisa qualitativa fenomenológica, entrevistando universitários sobre a importância das vivências comunitárias na promoção da sua saúde mental, e elementos que afetam seu engajamento nas atividades. É destacada a percepção do grupo sobre como o autoritarismo presente na relação professor-aluno interfere na identificação precoce do sofrimento universitário. Evocando a necessidade do desenvolvimento de uma postura empática do educador, a pesquisadora defende ser necessária a formação e orientação dos docentes em relação à sua responsabilidade no acolhimento aos alunos que sofrem. A autora descreve como os dados epidemiológicos de sofrimento psicológico e as informações resultantes da pesquisa foram basilares para que a instituição estruturasse sua PRAE em duas Diretorias com foco na promoção da saúde (via articulação de atividades de cultura, esporte e lazer, e fóruns estudantis) e na assistência ao sofrimento psicológico (via parceria com a rede municipal). Entretanto, há uma reflexão da pesquisadora de que a institucionalização das ações e programas de atenção à saúde mental deve ser vinculada a um sistema de compensação em créditos acadêmicos para os universitários, pois defende que os estudantes se engajarão nessas ações somente se essa participação tiver repercussão acadêmica, pois entende que o foco dos universitários está em atingir os objetivos acadêmicos formais para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, a autora defende que a ampliação de serviços nesse tema depende muito mais de articulação e interesse institucional do que de recursos financeiros, e aponta para a questão de dificuldades no âmbito da divulgação das atividades como um aspecto prejudicial ao engajamento dos estudantes.

Na dissertação de Gomes (2020), é apresentada pesquisa qualitativa de tipo metassíntese, sobre o trabalho dos profissionais de Psicologia na assistência estudantil no ensino superior público. O surgimento e ampliação dos trabalhos científicos sobre o tema é evidenciado com a implantação do PNAES e aumento dos quadros de profissionais de Psicologia nas PRAEs. As publicações inicialmente declararam fazeres mais circunscritos ao atendimento individual, mas passaram a apontar maior amplitude de ações e um movimento de reflexão dos próprios profissionais a respeito dos limites, potências e significados de seus fazeres - que também foram atravessados por condições sócio-históricas marcadas pela expansão do acesso e subsequente aumento da demanda, além da ampliação dos índices de sofrimento psicológico universitário. Aponta que ainda há um entendimento da Psicologia como recurso clínico tradicional, o que contrasta tanto com a evidente incapacidade numérica do corpo de trabalhadores darem conta da demanda que aumenta progressivamente, como também com a perspectiva preconizada pelo próprio PNAES de que saúde integral. Para a autora, a Psicologia ligada ao PNAES deveria se aproximar mais da proposta da Psicologia Escolar e Educacional, não excluindo o campo assistencial, mas articulando setores institucionais internos e a rede externa, para assim atuar na avaliação, proposição, desenvolvimento de políticas e ações que incluem mudanças necessárias na formação do corpo docente, no currículo e no próprio sentido da formação profissional. Outro ponto levantado é que, a despeito do PNAES possuir público-alvo identificado a partir de vulnerabilidade socioeconômica, as ações da Psicologia, nesse campo, não se limitam a esses estudantes, o que pode indicar tanto uma compreensão de que o sofrimento e o aumento da demanda ultrapassam as questões socioeconômicas, mas também indica uma dificuldade em que as instituições efetivamente assumam o compromisso em priorizar o uso dos recursos do PNAES ao aluno mais vulnerável.

Sales (2020) realizou um estudo de caso, analisando os dispositivos institucionais de atenção à saúde mental dos universitários em uma IFES, dentro de uma perspectiva de análise de ciclos de políticas públicas. Os dispositivos mapeados atuam tanto na promoção, prevenção e assistência à saúde mental dos universitários - poucos atendem a estudantes de pós-graduação, ou possuem um viés de atendimento específico a populações mais vulnerabilizadas (negros e negras, LGBTQIA+, PCD, etc). Ainda que a maioria das equipes refira a presença de profissionais de saúde mental, referem que o número é insuficiente, e que há dificuldades em estabelecer um formato/modelo atencional mais padronizado e em estabelecer fluxos com a rede de atenção à saúde mental. Discute a dificuldade encontrada nas instituições (e especialmente nas equipes dos dispositivos) de articular seus compromissos

assistenciais às ações relacionadas à problemas de evasão, retenção, aproveitamento acadêmico, entre outros. Também aponta como desafios a publicização dos dispositivos e ações, bem como a participação dos universitários nas instâncias de planejamento e decisão sobre as políticas públicas que os afetam - especialmente o PNAES, ao qual, após mais de 10 anos de sua implementação, nunca foi associada uma forma objetiva de participação democrática dos estudantes. Ainda, a autora aponta a realidade política nacional no período de condução do estudo como um agente que atuou tanto na produção de sofrimento, como na redução dos recursos para seu atendimento, especificando o histórico de desinvestimento realizado a partir do golpe de 2016 nas IFES, e correlacionando-o com a piora nos índices de sofrimento psicológico dos universitários e nos índices de evasão.

Em trabalho de dissertação, Clem (2020) realizou pesquisa-ação com estudantes de baixa renda, moradores de residência estudantil em uma universidade federal, através da promoção de rodas de conversa como dispositivo de promoção em saúde mental. Utilizando um *software* para a análise dos conteúdos produzidos nas rodas de conversa, foi possível destacar três eixos centrais nos debates desenvolvidos. No eixo Diálogo e Burocracia, emergem a falta de diálogo com a instituição (percebida como alinhada à perspectiva empresarial), as dificuldades de acesso aos recursos do PNAES a um grande contingente de estudantes, as limitações de vinculação ao programa em função de limites temporais e burocráticos e a inexistência de uma gestão democrática da assistência estudantil. No eixo Sentido e Saúde Mental, é apontado como o alinhamento institucional à lógica neoliberal e o desestímulo à participação e debate político afetam a saúde mental dos estudantes, bem como a associação entre expectativas e pressões sobre o futuro, as dificuldades de formação prévia dos alunos. As ações da Psicologia, pautadas em dados epidemiológicos, priorizam modelos tradicionais de atendimento clínico individual e medicalização psiquiátrica - recursos que são percebidos como importantes, porém insuficientes em relação ao volume da demanda e também em relação ao seu alcance no que diz respeito às diversas dimensões de sofrimento que se complexificam no cenário universitário. No eixo Pertencimento debate a formação da identidade do estudante universitário como um potencial recurso de saúde, que pode ser operacionalizado através de dispositivos de roda de conversa e estímulo ao protagonismo estudantil nos debates relacionados aos mais amplos aspectos da vida universitária.

Silva (2020) publicou artigo descrevendo sua experiência e os desafios do trabalho do setor de Psicologia de uma PRAE, evidenciando aspectos como a dificuldade em se constituir uma identidade da atuação profissional frente às expectativas da comunidade acadêmica e da gestão institucional. Tais expectativas, segundo o autor, baseiam-se na recente inserção do

cargo de Psicólogo nos quadros de servidores públicos da IFES e na compreensão tradicional da Psicologia como área de atuação eminentemente clínica. Mas principalmente, na dificuldade das gestões dialogarem com os profissionais, ao invés de pressionarem as equipes compostas por um número insuficiente de trabalhadores em busca de resolutividade imediatista das questões de sofrimento universitário. O relato demonstra como foi utilizada uma ferramenta de pesquisa (um questionário estruturado oferecido à comunidade estudantil) para identificar as necessidades e expectativas quanto ao trabalho do Psicólogo e assim planejar formas de intervenção. Identificando as conexões e a complexidade dos desafios de uma atuação que perpassa diferentes campos de conhecimento (saúde, educação, assistência social), conclui sua produção ressaltando a necessidade de articulação com as redes municipais de atenção à saúde mental, assim como na priorização da constituição de uma identidade da ação do Psicólogo nas PRAES voltada à perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional, na qual se possam desenvolver atividades tanto no contexto dos processos educativos e pedagógicos, mas também institucionais e sociais.

Considerando-se o fenômeno da pandemia de COVID-19, o distanciamento social, uma das principais formas de combate à pandemia, obrigou à suspensão de diversas atividades presenciais, entre elas os atendimentos psicológicos, inclusive aqueles prestados para a população universitária. O Conselho Federal de Psicologia - CFP, a partir de balizas técnicas, éticas e formais, orientou sobre a conduta dos Psicólogos em relação à migração massiva e urgente dos atendimentos para o formato online (CFP, 2020). A possibilidade desta modalidade de atendimento foi, então, a grande estratégia implementada pelo campo da Psicologia no atendimento às demandas de sofrimento psicológico surgidas e/ou acirradas pela pandemia, com grandes esforços de grupos de pesquisadores na intenção de orientar os profissionais de Psicologia de acordo com saberes consolidados e atualizados (SCHMIDT *et al.*, 2020). Nesse sentido, ficou evidenciado o protagonismo das IFES na oferta de atendimento emergencial para o público universitário, através das equipes das PRAEs e dos serviços-escola vinculados aos cursos de graduação em Psicologia (ANTOCHEVIS e DEMENECH, 2023).

Nesse sentido, encontramos em nosso levantamento o artigo de Fioroni *et al.* (2021), no qual relatam a experiência de atenção psicológica feita a universitários, através de um programa institucional de assistência estudantil de uma Universidade Federal no contexto da pandemia de COVID-19. Nessa experiência, foram ofertadas vagas para participação dos universitários de um projeto de atendimento grupal em formato *online*, fundamentado na perspectiva de Grupos Operativos de Pichon-Riviere. O projeto teve duração de 3 meses, e

esse foi um dos elementos identificados como limitação à proposta do trabalho - bem como a dificuldade de acesso à *internet* de qualidade, as vicissitudes relativas à inovação de um fazer da clínica psicológica em meio virtual, e a questão da impossibilidade de se realizar um trabalho com equipe multiprofissional, sendo o projeto executado exclusivamente por psicólogos. Como percepção resultante da experiência, as autoras relatam o impacto positivo da familiaridade da população universitária com ferramentas de comunicação tecnológica, mas principalmente a oportunização de um espaço de acolhimento afetuoso e escuta profissional dos universitários participantes do projeto.

Contudo, ainda que se saiba que a população universitária seja bem adaptada às inovações tecnológicas, sabemos que a mudança no perfil dos estudantes reflete a presença nas IFES de uma população que, a não ser por sua vinculação com as IFES, vivencia as dificuldades de acesso à tecnologia e recursos de acesso à internet. Essa reflexão remete ao desafio do alcance das iniciativas de atendimento online durante a pandemia, na medida em que o Brasil, ainda antes da pandemia, já estava referendado como um dos dez países mais desiguais do mundo (IBGE, 2020), situação agravada com a crise econômica provocada pela crise pandêmica.

2.2.2 Forma e contexto - quem estuda o tema, como estuda, e para quê

Considerando a proposta de análise apresentada em nossa metodologia, propusemo-nos a realizar inicialmente uma caracterização das produções que constituíram nossa amostra, de forma a apresentar uma perspectiva reflexiva a respeito do contexto de desenvolvimento de seus trabalhos. Nesse sentido, destacamos de cada produção os dados referentes às unidades de registro “ano de publicação”, “tipo de produção”, “origem do autor”, “sujeito da pesquisa”, “objetivo da pesquisa” e “metodologia”. Essas unidades de registro foram dispostas em uma planilha de dados, e procedendo à busca pelas informações, estabelecemos uma categorização que será apresentada a seguir.

Com relação ao “ano de publicação”, a distribuição maior ficou centrada em 2020 (sete produções), seguida por 2021 (duas produções) e 2022 (uma produção). Essa distribuição pode estar relacionada com o impacto da redução da produção científica durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19, e também do atraso natural do fluxo de adaptação de dissertações em artigos científicos, visto a necessidade de um tempo ampliado de avaliação nas revistas científicas. Em correlação com essa ponderação, temos que, a respeito do “tipo de produção”, a grande maioria encontrada dos trabalhos trata-se de

dissertações de Mestrado (seis produções), e quatro artigos científicos. Analisadas essas informações em conjunto, podemos pensar que informam sobre o curso lógico das produções - as dissertações se traduzem, após algum tempo, em artigos científicos.

Além disso, a busca pela “origem do autor” informa que quatro trabalhos foram desenvolvidos por TAEs Psicólogos, e três por TAEs com formações acadêmicas de outras áreas de conhecimento. Os três trabalhos restantes foram escritos por equipes que possuíam todas um docente da Psicologia e, respectivamente, um TAE Psicólogo, um Psicólogo voluntário, e um grupo de graduandos de Psicologia. Considerando que todas as dissertações analisadas foram desenvolvidas por TAEs, podemos inferir que o interesse sobre investigar cientificamente o tema está em franca expansão, particularmente a partir dos principais atores envolvidos: os Técnicos Administrativos em Educação, atores centrais na operacionalização e efetivação das políticas referentes à saúde mental no âmbito do PNAES.

Em relação ao “sujeito da pesquisa”, encontramos quatro trabalhos que debruçaram-se sobre a percepção e as opiniões dos quadros de trabalhadores e gestores dos serviços e dispositivos institucionais que são responsáveis pela atenção à saúde mental dos universitários. Três trabalhos focalizaram as impressões dos estudantes de graduação, e outros três realizaram pesquisa documental. Apenas um dos trabalhos, é importante ressaltar, realizou pesquisa em que abordava tanto as opiniões de estudantes como de trabalhadores. A análise da “metodologia” utilizada informa uma ampla maioria de estudos qualitativos, sendo apenas um estudo de tipo quantitativo. Entre os qualitativos, temos um relato de experiência, quatro estudos de caso, e duas análises de entrevistas - em todos esses métodos de recolha de dados foi majoritariamente realizada a técnica de análise de conteúdo (com a utilização de programas de análise computacional em duas delas). Duas produções são baseadas em revisão sistemática de artigos científicos.

Considerando os dados desses dois tópicos, fica evidenciado que o tema é relevante e instigante para a comunidade acadêmica, e que os pesquisadores percebem a importância de entrar em contato com essa comunidade de forma direta, ao tentar conhecer e compreender de que forma se dá o processo que destacamos como tema. O esforço para ouvir a comunidade, nesse sentido, parece dialogar com a materialidade da prática cotidiana do pesquisador-trabalhador, e isso tem reflexo no tipo de metodologia escolhida, a qual privilegia uma compreensão complexificada e não apenas descritiva.

Sobre o “objetivo da produção”, pudemos perceber que todos os textos têm como foco basal a discussão sobre as formas de atenção das IFES em relação ao sofrimento psicológico universitário. Contudo, as perspectivas a partir das quais realizam essa discussão são

principalmente a tentativa de descrição dos formatos e modelos que são realizados - de sete textos, quatro referem-se a mapeamentos e três a relato de experiência. Ainda quanto ao objetivo apresentado, os outros três textos propõem-se à análise das dimensões de planejamento e constituição de políticas. Esse aspecto parece dialogar com a “origem do autor” majoritariamente composta por TAEs, de tal forma que, em que pese a busca pela formação acadêmica ser incentivada para sua qualificação na carreira estatutária, a opção por estudar sobre o tema em voga, e especialmente a motivação contida nos objetivos encontrados nos textos, podemos considerar que há um anseio genuíno e comprometido em refletir, problematizar e qualificar o seu fazer profissional cotidiano dos profissionais e equipes que atuam na atenção à saúde mental dos universitários.

2.2.3 Concepções emergentes (e ausentes) sobre saúde mental, Estado, políticas públicas, Universidade

Durante as leituras preliminares realizadas no processo de análise, ainda que se observasse grande similaridade em relação às unidades de registro analisadas no bloco anterior - particularmente a “origem do autor”, “sujeitos”, “método” e “objetivos” -, ficou evidenciada uma diversidade nas fundamentações teóricas dos escritos analisados, não necessariamente em relação às concepções apresentadas, nem mesmo em relação aos diferentes aspectos do fenômeno que foram eleitos para suas análises. Claro está que, tanto em nosso trabalho, como em todos os trabalhos da nossa amostra, a perspectiva de que o objeto de análise - a forma como as IFES atendem às questões de sofrimento psicológico universitário - é um fenômeno social, multideterminado, materialmente presente e observável no cotidiano dos fazeres e pensares dos autores. É evidente que em contextos de análise mais limitada, como dissertações e artigos científicos, faz parte da decisão metodológica relativa à viabilidade da produção que sejam escolhidos apenas alguns aspectos para a fundamentação teórica, sem a expectativa de se esgotar o tema sob todas as óticas possíveis. E em se tratando de um tema associado diretamente ao campo da saúde mental, menos surpreendente ainda a presença mais frequente de referenciais com aportes teóricos relacionados a este campo.

Contudo, nossa leitura, permeada pela compreensão de que fenômenos sociais ocorrem em uma materialidade histórica que é determinante da reprodução das condições de vida, dialogicamente produzindo e transformando as formas de entender o mundo, identificou nas bases teóricas referenciadas pelos autores algumas características estruturais (em termos de constructos teóricos) que, se em alguns aspectos demonstraram diversidade em posições

analisadas com profundidade, em outros mostraram homogeneidade em concepções superficialmente abordadas, e ausências sobre aspectos que consideramos fundamentais ao se discorrer sobre uma política pública.

Nesse sentido, neste bloco, analisaremos as categorias que emergiram em torno de quatro unidades de registro destacadas como “saúde mental”, “Estado”, “políticas públicas” e “universidade”. O conteúdo que determinamos para a constituição do material de análise, através do qual foram produzidas categorias temáticas para cada uma dessas unidades, foram os referenciais teóricos utilizados no corpo dos textos analisados. Assim, ainda que algum desses temas possa ter sido mencionado na introdução ou conclusão dos trabalhos, nossa análise privilegiou aquelas categorias temáticas que tivessem sido foco de estudo mais aprofundado pelos autores dos textos.

A unidade “saúde mental”, evidentemente, esteve presente, sob diferentes vieses de análise, em todas as produções analisadas. Contudo, percebendo nos textos analisados a reduzida frequência de referenciais teóricos atinentes à nossa questão de pesquisa, buscamos identificar as outras três unidades de registro mencionadas. Nesse sentido, foi fundamental a leitura criteriosa dos aportes teóricos mencionados no corpo dos textos, uma vez que, ainda que não constassem como conteúdo desenvolvido em capítulo ou título específico, houve textos em que essas unidades foram abordadas e fundamentadas, ainda que de forma muito limitada, e tangenciando o conteúdo mais evidenciado pelo autor. Em relação a essa unidade de registro, identificamos sua presença de diferentes formas na totalidade dos textos, através de três categorias: “subjetividade”, “sofrimento psicológico dos universitários” e “formas de intervenção”.

A categoria “subjetividade” emerge associada a três perspectivas teóricas. A subcategoria “Psicanálise” aparece em quatro trabalhos, em que são aprofundadas compreensões a respeito de diferentes abordagens dentro dessa escola de pensamento. A subcategoria “modelo clínico de saúde mental”, aparece em três trabalhos, em que a temática é abordada de maneira pontual, com dois aprofundamentos em relação a “determinantes sociais de saúde” e “multideterminação do adoecimento”. Um dos trabalhos apresenta a subcategoria “Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano” e a partir dele desenvolve uma perspectiva de subjetividade. Dois textos, surpreendentemente, não abordam o tema de forma referencial, ainda que o tema seja tangenciado dentro do desenvolvimento de outras perspectivas dos autores.

Mais do que as considerações primárias sobre debates teóricos em torno de escolhas e identificações com escolas de pensamento, estes dados permitem uma reflexão sobre como a

subjetividade é concebida pelas equipes que atuam na atenção à saúde mental do universitário, não apenas como categoria teórica, mas como fenômeno. A importância desse aspecto repousa no entendimento de que uma noção de subjetividade - de como se forma o pensar e o sentir humano, de como funcionam os processos psicológicos mais básicos ou complexos, de como esses processos se dão ao longo do desenvolvimento humano e em meio a um contexto histórico - é fundamental para a realização de uma tomada de posicionamento crítica a respeito do que significa o sofrimento psicológico e de como deve ser abordado em busca de uma perspectiva de saúde mental.

Não surpreende que saúde mental, na ampla maioria dos textos, inclusive no nosso, é categoria conceitualizada a partir da Organização Mundial de Saúde - referência que está indubitavelmente impregnada do viés ideológico do modo de vida capitalista ocidental. Entretanto, a percepção de que uma parte dos escritos denota a ausência de fundamentação teórica que considere a subjetividade como categoria fundamental a ser apresentada, alerta para o risco de que essa categoria tão complexa esteja sendo majoritariamente apresentada de forma superficial, de acordo com classificações internacionais que atendem a aspectos caracterológicos muito mais relacionados à ideia de uma saúde mental alinhada ao ideário neoliberal ocidental.

Ainda na unidade de registro “saúde mental”, mesmo que os objetivos de produção dos textos sejam diretamente relacionados com o “sofrimento psicológico dos universitários”, apenas seis aprofundam a fundamentação desta categoria. Destes, todos utilizam parâmetros clínicos e epidemiológicos para a caracterização do tipo, forma e grau de manifestação de sofrimento psicológico dos estudantes universitários. O uso dos dados do levantamento do perfil sociodemográfico realizado pelo FONAPRACE e Andifes em 2018 foi citado em três desses estudos, mas não foi destacado como subcategoria por não se constituir em um ponto de aprofundamento teórico, mas como uma fonte de informações em comum nos textos.

Entretanto, em dois desses trabalhos houve a discussão sobre o paradoxo colocado na situação de que tal levantamento foi realizado pelos setores responsáveis por desenvolver e efetivar as políticas de atenção ao universitário, e mesmo declarando a realidade e a gravidade do quadro de sofrimento desta população, não são utilizados de forma a dar atenção prioritária ao tema. Isso fica evidenciado ao se verificar que os índices de sofrimento psicológico universitário são maiores e mais graves do que os índices da população em geral, em contraposição à inexistência da determinação específica de atenção à saúde mental no rol das atribuições do PNAES.

Cabe a consideração a respeito de que a caracterização dos índices de sofrimento estão sempre balizadas por parâmetros clínicos de acordo com as nomenclaturas alinhadas à perspectiva psiquiátrica, mesmo quando os textos usam um referencial teórico de base diferente dos modelos clínicos nacionais. Vivenciamos essa situação na nossa dissertação, uma vez que a busca por informações sobre sofrimento psicológico dos universitários nas bases de dados traz majoritariamente este viés. Podemos pensar, então, que a forma de compreensão do sofrimento psicológico dos universitários utilizada para a reflexão e formulação de alternativas de intervenção está impregnada pela racionalidade neoliberal que determina as formas como o sofrimento psicológico vem sendo classificado e, mais ainda, significado. Assim como a discussão da categoria anterior, essas reflexões evocam a fundamentação proposta por conforme discutido por Safatle, da Silva Junior e Dunker (2021a; 2021b), na medida em que identificam de que forma a racionalidade neoliberal operacionaliza a gestão do sofrimento psíquico no contexto das universidades.

Como terceira categoria em relação à “saúde mental”, os aprofundamentos teóricos relacionados a “formas de intervenção” surgem em apenas quatro textos, sendo dois deles focalizados em pressupostos da subcategoria “promoção de saúde”, um deles em relação à subcategoria “Grupos Operativos de abordagem psicanalítica”, e um deles aprofunda a base conceitual da subcategoria “Psicologia Escolar e Educacional”. Entendemos, portanto, que esses dados se relacionam com os objetivos da maior parte dos textos, qual seja, mapear os fazeres em atenção à saúde mental na assistência estudantil. Nesse sentido, fica evidenciado que o momento histórico atual, vivido pelas equipes das PRAES e de seus profissionais que atuam em saúde mental, é de ansiosa busca por discussão ainda sobre as possibilidades de fazeres, mais do que sobre a realidade dos fazeres. Significa dizer que, como discutido em alguns textos, há ainda a necessidade da definição de uma identidade do fazer do Psicólogo nas PRAES, e nesse cenário, há um importante movimento de seus atores (especialmente TAEs) em descobrir como os outros colegas estão operando e em descrever as alternativas que encontram, mas ainda poucos conseguem relatar o que realizam.

Essa argumentação dialoga com a perspectiva de desenvolvimento ontológico do ser social (LUKÁCS, 2013), pois revela a presença imanente da busca dos profissionais por relatar e compartilhar suas ansiedades, percepções e propostas de alternativas frente à identificação de uma necessidade objetificada. Certamente, contudo, a argumentação também dialoga com elementos materiais do cotidiano que impactam diretamente o fazer do Psicólogo, e que são citados em vários textos, tais como as reduzidas equipes profissionais, as dificuldades de enfrentamento à gestão burocrática das demandas de atendimento, a

dificuldade de estabelecer redes de atendimento nos municípios, e, fundamentalmente, a compreensão de que o sofrimento que chega ao consultório do Psicólogo é multideterminado, complexo e profundamente relacionado com as questões da crise histórica que vivenciamos.

Compreendemos que as unidades de registro “Estado”, “políticas públicas” e “universidade” estão aproximadas porquanto referem-se à categorias conceituais que, por diferentes âmbitos ou níveis de análise, tratam de aspectos da vida social. Consideramos aqui como três unidades diferenciadas em função de fazerem parte do foco teórico desta dissertação. Nos surpreendeu que essas três unidades foram majoritariamente ausentes de menção nas fundamentações teóricas dos textos analisados, o que confirma a observação de Esperidião (2018) acerca do desenvolvimento de pesquisas em políticas de saúde.

Em relação à unidade de registro “Estado”, ainda que em quatro textos haja menção ao conceito de “neoliberalismo”, este não é aprofundadamente conceitualizado a ponto de ser apresentado como categoria. Apenas uma produção faz menção no corpo teórico de um aspecto particular da gestão estatal, que é a “autonomia universitária”. Esta informação aponta para uma situação inesperada da não emergência, em nossa análise, de categorias diretamente associadas à unidade de registro. Esse contexto evidencia, inicialmente, a ausência de reflexão sobre o papel, sentido e função do Estado, mas permite inferir, a partir do que se absorveu da forma como são apresentados os dados das demais unidades de registro, que há sim uma concepção de Estado, que, contudo, não é declarada. É a concepção de um Estado capitalista, neoliberal, burocrático, assistencial e alienado de reflexão sobre seu próprio sentido - como percebemos nos textos escritos por seus próprios agentes. Dado como uma realidade naturalizada, de acordo com a forma como o capitalismo se apresenta e se esforça em se significar, essa concepção de Estado, ao estar ausente nessas reflexões, mostra exatamente a sua presença hegemônica.

No contexto do capitalismo dependente, especificamente no caso brasileiro, esse panorama alinha-se à ideia de que o acesso ao Ensino Superior tem um papel de manter as desigualdades sociais que fundamentam o sistema de estratificação de classes (FERNANDES, 1975a, 1975b; POCHMANN, 2014). Associado ao desinvestimento de recursos nas IFES, em favorecimento ao investimento em recursos públicos nas universidades privadas, temos o desenho de uma realidade na qual o estudante de origem periférica, ou consegue acessar a universidade pública dependendo de subsídios para manter sua dedicação aos estudos, ou ingressa em uma universidade privada através de financiamento federal. Em qualquer das perspectivas, o planejamento da ação estatal, atendendo aos interesses de uma burguesia atrasada e ainda presa à mentalidade colonialista, deixa aquele estudante à mercê ou dos

movimentos de desinvestimento nas IFES - e assim o leva ao abandono da universidade - ou à piora nas condições econômicas da população de baixa renda - e assim o leva ao endividamento e futuramente ao abandono da universidade. Esse cenário atende tanto à demanda da burguesia por manutenção da estratificação social, como à produção de endividamento da classe trabalhadora.

Não se poderá esperar da classe dominante que faça algum nível de revolução nesse cenário, por suas limitações já identificadas. Alguma mudança, no sentido de que o País possa mobilizar seus contingentes de trabalhadores para a superação do modelo capitalista dependente, será a utopia que nos levará a seguir analisando a forma como se darão as relações econômicas e sociais entre o Brasil e as economias internacionais dominantes, e buscando, tal qual Florestan Fernandes, trazer à tona a história de exploração de nosso povo, constituindo assim, quem sabe, uma identidade brasileira baseada em um nacionalismo verdadeiramente ligado à autovalorização da classe trabalhadora, e de sua capacidade de reinventar-se e conduzir seu próprio caminho rumo a uma sociedade menos injusta.

O estudo destes fenômenos sociológicos pode sustentar a análise do estabelecimento das relações políticas no Brasil, mas não deve abrir mão de sua responsabilidade na constituição de uma narrativa nacional que dê conta de incentivar, no mínimo, a redução das simbólicas e concretas desigualdades presentes em nosso país. Nesse sentido, a compreensão de que as classes sociais dominadas devam reconhecer-se e passar por processos de amadurecimento da compreensão de seu papel na dinâmica social capitalista passa pelo compromisso das instâncias representativas dessas classes com a realização de processos formativos críticos, sejam tais instâncias movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e as universidades.

Não há diferença, nesta dinâmica, em relação à unidade de registro “políticas públicas”, em que apenas dois textos abordam o “conceito”, e outro menciona a especificidade do “financiamento de políticas públicas”. Surgiram, entretanto, três categorias, a saber: “políticas de democratização de acesso”, “políticas de saúde mental” e “PNAES”. Quatro textos analisam a categoria “políticas de democratização de acesso” à Universidade, e importa destacar que outros quatro analisam a categoria “políticas de saúde mental” - mas isso é feito de tal forma que não se cruzam, na maioria dos textos, as discussões sobre democratização do acesso às IFES e saúde mental. Essa configuração indica uma dificuldade em considerar a conexão, para nós evidente, entre as transformações sócio-históricas e a expressão do sofrimento psicológico e suas formas de abordagem.

Surpreende também que três dos estudos analisando as políticas de saúde mental aprofundam o debate em relação à subcategoria “Reforma Psiquiátrica”, mostrando o percurso histórico da luta antimanicomial, mas desconsideram associar, à sua reflexão, o percurso histórico de um processo socialmente tão impactante como a democratização do acesso ao Ensino Superior. Novamente, parece estar em ação uma perspectiva ideológica que, ainda que preserve aos profissionais da Saúde Mental o olhar para as determinações sócio-históricas da produção de subjetividade, traz o processo de democratização das universidades como um aspecto secundário em sua reflexão, como se não representasse a revolução que realmente foi.

Em contrapartida, em oito dos textos é apresentada a análise da categoria “PNAES”, principalmente com a descrição do programa em relação a suas diretrizes, mas com pouco aprofundamento crítico a respeito de seu histórico de constituição, e menos ainda em relação à constituição do tema amplo da assistência estudantil nas IFES brasileiras. Volta à nossa perspectiva a ideia de uma análise recortada da política, dissociada de seu contexto histórico e dos complexos debates que envolveram a sua formulação e implementação.

Nesse sentido, cabe recuperar as ponderações de Singer (1981), a respeito de como a gestão técnico-burocrática da economia estatal irá determinar as formulações de políticas públicas de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder econômico, e na perspectiva de Ossowski (1976) sobre o conflito inerente à constituição das políticas públicas - conflito que é silenciado na maioria dos textos analisados nesta dissertação. Portanto, consideramos que, mesmo com os esforços e mobilizações populares em defesa de uma compreensão de saúde mental e sofrimento psicológico humanizados, sentido que constitui a própria Reforma Psiquiátrica, tal perspectiva não é definida como parâmetro para a constituição de uma política pública de saúde mental dos universitários brasileiros, como seria de se esperar. Na verdade, a perspectiva hegemônica neoliberal tem se constituído como a referência ideológica que fundamenta as tomadas de decisão técnicas das IFES em diversos aspectos da vida institucional, e especialmente no que diz respeito à saúde mental do estudante universitário.

Finalmente, em relação à unidade de registro "Universidade", surgem talvez os dados mais impactantes de nosso levantamento - exatamente por sua ausência. Dos textos analisados, sete não apresentam em seus referenciais teóricos menções especiais ao assunto, e três tangenciam a percepção da existência de uma função social na universidade, enfocando, respectivamente, a formação de pensamento crítico sobre a realidade social, a superação das desigualdades sociais, e a produção da cidadania. Dois desafios das Universidades surgem

como assuntos associados: em relação à superação da desigualdade é associado o desafio de enfrentar o problema da racionalidade neoliberal na gestão das IFES e, em relação à formação da cidadania é associado o desafio de superação das desigualdades sociais e da educação reducionista.

Tal qual a discussão feita sobre a ausência de uma perspectiva teórica que fundamente suas concepções de Estado, inferimos que a ausência de fundamentações teóricas que focalizem a concepção de Universidade sobre a qual os autores se debruçam, indica mais a sua assunção de uma perspectiva de Universidade alinhada ao modelo gerencial e alinhada ao programa neoliberal do que exatamente representa um “não-pensar” sobre a Universidade. Considerando nossas próprias fundamentações teóricas, a falta de reflexão denuncia o processo de naturalização de uma perspectiva hegemônica, e tal processo incide diretamente no campo da constituição das subjetividades - subjetividades estas que irão formar o campo do desenvolvimento institucional, através da execução de ações e formulação de políticas institucionais. ou seja, os pensares (e os não-pensares) constituem os fazeres (e os não-fazeres).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar em uma Universidade Pública tem sido um sonho dos jovens, especialmente daqueles oriundos de famílias pertencentes à classe trabalhadora mais explorada nesse País. O passado colonial do Brasil deixou marcas em seu povo, que por centenas de anos tem sido conduzido a uma formação social, política e econômica que segrega as classes sociais de diversas formas, inclusive através do impedimento do acesso desses jovens à educação de nível superior. O processo de redemocratização trouxe importantes, ainda que lentos, avanços em diversas áreas de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às formulações da Constituição de 88 sobre direito à Saúde e à Educação (BRASIL, 1988). Muitos aspectos relacionados à aplicabilidade dessas novas diretrizes, que garantiam o acesso da população a serviços públicos de qualidade, entre eles a educação de nível superior, levaram muito tempo para que pudessem ser efetivamente implementados pelo Estado.

Compreendemos que o PNAES foi desenvolvido como uma estratégia extremamente oportuna e fundamentalmente impactante enquanto um dos lastros de execução efetiva do REUNI e da Lei de Cotas, os quais somam esforços institucionais no sentido da democratização do acesso ao Ensino Superior. O PNAES destina recursos e orienta a ação das universidades na atenção às demandas globais dos universitários, buscando a sua permanência qualificada e finalmente a conclusão do curso de graduação. Contudo, pudemos identificar que as ações desenvolvidas pelas IFES em atenção à saúde mental dos universitários têm sido conduzidas de forma limitada, a partir de um entendimento de atenção ao sofrimento psíquico, no âmbito universitário, que está relacionado a índices referenciais de rendimento e produtividade acadêmica. O PNAES não encaminha as ações para qualquer formato de execução ou avaliação das atividades, pois que respeita a liberdade administrativa das IFES na questão do manejo dos recursos e estratégias a serem utilizados. Entretanto, consideramos que a estrutura institucional universitária brasileira, por conta da tradição elitista e burocrática, associada à pressão do neoliberalismo hegemônico, impede que tais atividades avancem no sentido de uma ação institucional que promova saúde mental e atenda ao sofrimento psicológico dos universitários de forma genuína - ou mesmo eficiente, para usar uma terminologia própria da lógica burocrática.

As demandas relacionadas ao sofrimento psicológico dos universitários são volumosas, profundas e crescentes, expressam a complexidade da subjetividade humana, e atuam em relação dinâmica com os obstáculos da materialidade da divisão de classes que se impõe no cotidiano das universidades federais. Entretanto, não parece haver, na maioria das

IFES, um entendimento de que o volume de sofrimento declarado não é necessariamente "sintoma", mas é principalmente "mal-estar", que diz mais de um sofrimento inominável, relativo ao contexto social de opressão e falta de perspectiva da época do que exatamente uma caracterização diagnóstica clínica. Isso se mostra ao estudarem e formularem sobre o sofrimento, apenas com referência à gramática permitida pelo sintoma, sem analisar criticamente as perspectivas de Estados, de sociedade, de visão de mundo e forma de vida que estão na base que constitui o mal-estar. Em contrapartida a esse cenário, temos a resposta institucional das IFES que apresentam recursos, de todos os tipos, limitados e burocratizados, alinhados a perspectivas meritocráticas e produtivistas, gerando um tal contexto de pressão por resolução nos trabalhadores - particularmente da área da Psicologia - que os insta a buscar, ao menos no meio acadêmico, através de produção científica, conhecer outras formas de fazeres e apresentar alguma estratégia que tenham considerado exitosa.

Nesse sentido, nossa identificação da ausência marcante de debates sobre o aspecto sociológico das categorias Estado, políticas públicas e universidade pode significar exatamente a lacuna entre como se constitui e se apresenta a demanda de atenção à saúde mental do universitário, e porquê as IFES atuam apenas reativamente a essa questão. Não há reflexão com os estudantes sobre o porquê de estarem ali, sobre qual o sentido da universidade nas suas vidas pessoais e no desenvolvimento nacional. Não há reflexão das IFES sobre quais alinhamentos ideológicos estão balizando a tomada de decisões sobre os rumos do Ensino Superior, sobre o sentido de formação de cidadania potencialmente presente nas instituições. Essa falta de reflexão, acreditamos, pode ser o cerne do sentimento de frustração e desalento que leva os estudantes ao sofrimento, os trabalhadores das PRAEs à ânsia por construir uma identidade, e as gestões ao silenciamento cínico sobre um problema que elas próprias identificam, mas negam através dos argumentos burocráticos e financeiros.

Concluimos então que a produção científica sobre a atuação das IFES em relação ao sofrimento psicológico dos universitários - salvo iniciativas pontuais - demonstra que as instituições não têm sido capazes de um avanço político em direção à uma compreensão global de saúde mental, em uma perspectiva que considere a subjetividade de forma complexa e que se forma em relação dinâmica com o contexto histórico. O que tem sido materializado, no âmbito da saúde mental no PNAES, é exatamente a manutenção do alinhamento ao campo ideológico neoliberal, sob o qual a noção de saúde mental está ligada à disposição ótima do sujeito para a contínua exploração. Assim, os dados identificados sobre as formas de atuação a respeito do tema indicam que não se consegue avançar em direção a políticas de atenção à saúde mental mais democráticas e emancipatórias.

A Psicologia, como campo do conhecimento, também tem sido explorada no sentido de utilizar sua produção teórica e técnica de forma a intervir na Universidade sob uma perspectiva produtivista, e não à luz de uma lógica emancipatória ou humanística. Essa ponderação emerge da percepção dos próprios profissionais de que a Psicologia ainda é vista como relacionada prioritariamente a uma perspectiva de atuação clínica, eventualmente a uma perspectiva de ação institucional, mas com raras inserções destes profissionais em setores diretamente relacionados ao contexto educacional. Identificamos que, na ampla maioria das IFES, em relação ao atendimento das demandas dos universitários, a ação dos dispositivos de atendimento psicológico e a atuação dos profissionais psicólogos têm se pautado no sentido de orientar os estudantes em sofrimento psicológico/emocional de forma a conseguirem administrar seus sintomas, buscando reduzir os prejuízos na produtividade acadêmica formal. Entretanto, há um movimento - talvez fundamentado pela presença do debate de cidadania e direitos humanos nas formação dos profissionais em saúde mental, em especial os Psicólogos - para que sejam buscados e até mesmo inseridos no fazer cotidiano das equipes, pressupostos de saúde mental que ampliem a questão da perspectiva clínica individualizante, para uma perspectiva de promoção de saúde e de constituição coletiva de subjetividades entre grupos de estudantes, que gerem potência de reflexão sociológica sobre seu sofrimento, sobre as universidades, e sobre a sociedade.

Assim, finalizamos apresentando a compreensão de que há uma grande necessidade de novos estudos sobre as bases sociológicas sobre as quais as ações em relação à saúde mental dos universitários estão sendo desenvolvidas nas IFES. Considerando as limitações de nosso próprio estudo, evidenciamos aspectos como a ampliação do recorte temporal, a ampliação do escopo dos sujeitos com a análise dos Institutos Federais, universidades estaduais e mesmo universidades particulares. Mais que isso, são necessárias pesquisas comprometidas com a escuta qualificada das impressões e reflexões do contingente dos estudantes, e da comunidade universitária em geral. Entretanto, urge que as gestões implementem formas democráticas de construção coletiva de políticas associadas ao tema, e urge mais ainda que reflitam: se os gestores se reúnem em fóruns que conseguem realizar levantamentos nacionais, o que está os impedindo de tomar decisões políticas para incidir efetiva e genuinamente sobre o tema? A pensar sobre a imersão na racionalidade neoliberal evidente no cotidiano das IFES, é mais do que hora das gestões decidirem sobre qual perspectiva de ser humano, de formas de relação, de sociedade e de mundo, pretendem ajudar a desenvolver.

4. REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.; PEDROTI, P. e PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. e PACHECO, R. (eds). **Burocracia e política no Brasil: desafios para o estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp.27-71.
- ADORNO, S. A gestão filantrópica da pobreza urbana. In: **São Paulo em perspectiva**, v. 4, n. 2, abril/junho 1990, pp. 8-17. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_02.pdf Acesso em: 14/05/2021.
- ALAHMAR, U., *et al.* Fatores associados ao estresse percebido em universitários. **RBONE - Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento**, 14(85), 330-339. 2020. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1270> Acesso em: 26 mar. 2021.
- ALMEIDA, M. R. de; OLIVEIRA, I. F. de; SEIXAS, P. de S. Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma universidade pública. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, vol. 13, nº2, 2019, pgs. 189 - 207. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v13n2/10.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ANTOCHEVIS, A. F.; DEMENECH, L. M. Protagonismo estatal no atendimento psicológico *online* durante a pandemia de COVID-19. **Expressa Extensão**, v. 28, n. 2, p. 44-56, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressa/article/view/6539/5599> Acesso em: 24 mai. 2023.
- ARAÚJO, V. C. **Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduandos nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. 2020. 95 p. Dissertação (Mestrado Profissional Saúde, Sociedade e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente Vagner Ca](https://repositorio.ufv.br/handle/123456789/12345) Acesso em: 12 jun. 2022.
- ARINO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 12, n. 3, p. 44-52, Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300544>. Disponível em: <[Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários](http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300544)>. Acesso em: 12 Jun. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERNARDES, L. V. **Universidade, saúde mental e direitos humanos: uma análise institucional a partir das vivências dos estudantes da Universidade Federal do Tocantins**. 2021.135f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2021. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/3247> Acesso em: 12 fev. 2023.

BETZEK, S. B. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124477> Acesso em: 02 ago. 2021.

BIESEK, D. M.; GAGLIOTTO, G. M. Políticas educacionais para a qualidade da educação e bem estar dos universitários. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2020. DOI: 10.30681/ecs.v10i3.3974. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8705> Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: [Decreto nº 7234](#). Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: [Decreto nº 6096](#). Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]**. Disponível em: [Constituição](#) Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em 24 out. 2022

CARVALHO, C. L. **Vivências comunitárias: as possibilidades de implementação de programas voltados para o bem-estar e saúde mental no ambiente universitário**. 2022. 120 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Vivências comunitárias : as possibilidades de implementação de programas voltados para o bem-estar e saúde mental no ambiente universitário](#) Acesso em: 12 fev. 2023

CARVALHO, C. J. de; SILVEIRA, M. de F. de A. (About) experiences, mental health and coping the pandemic of university students in socio-economic vulnerability. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e288101421955, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21955. Disponível em: [\(About\) experiences, mental health and coping the pandemic of university students in socio-economic vulnerability | Research, Society and Development](#) Acesso em: 12 jun. 2022.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, dez. 2012 [especial] Disponível em: [v. 21 n. 4: dez. 2012 \[ESPECIAL\] | Economia e Sociedade](#) Acesso em 15 set. 2021.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.*(Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941227/mod_resource/content/0/Ana%CC%81lise%20documental_Cellard.pdf Acesso em: 20 mai. 2022.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; AZEVEDO, H. V.; RAMOS, M. M. Preconceito e Saúde Mental: Estresse de Minoria em Jovens Universitários. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 7-21, ago. 2020. ISSN 2175-5027. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3523>. Acesso em: 11 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523>.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **TRANS/FORMAÇÃO: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 63–84, 2013. DOI: 10.1590/S0101-31732013000200005. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/3099> Acesso em: 8 fev. 2023.

CHAUI, M. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: [A UNIVERSIDADE OPERACIONAL | Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior](#) Acesso em: 15 set. 2021.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15. Dec. 2003. Disponível em: [A universidade pública sob nova perspectiva*](#) Acesso em: 15 set. 2021.

CLEM, E. L. **Não está tudo bem: desafios de estudantes de baixa renda na conquista de seu lugar na educação superior pública**. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Não está tudo bem : desafios de estudantes de baixa renda na conquista de seu lugar na educação superior pública](#) Acesso em: 12 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2020). Resolução do exercício profissional nº4, de 26 de março de 2020. **Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID19**. Disponível em: [Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19.](#) Acesso em: 4 out. 2021.

CRISPIM, M. de O. *et al.* Prevalence of suicidal behavior in young university students: A systematic review with meta-analysis. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. 2021, v. 29 [Accessed 15 June 2022] , e3495. Epub 08 Nov 2021. ISSN 1518-8345. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5320.3495>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DEMENECH, L. M. **Saúde mental do estudante de graduação no Brasil: um estudo multicêntrico atravessado pela pandemia de COVID-19**. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande 2021. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000015016.pdf> Acesso em: 26 fev. 2022.

DEMENECH, L. M.; *et al.* Prevalence of anxiety, depression and suicidal behaviors among Brazilian undergraduate students: A systematic review and meta-analysis. **Journal of Affective Disorders**, Volume 282, 2021, p. 147-159, ISSN 0165-0327. Disponível em: [Prevalence of anxiety, depression and suicidal behaviors among Brazilian undergraduate students: A systematic review and meta-analysis - ScienceDirect](#) Acesso em: 20 fev. 2022.

DEMENECH, L. M. et al.. Estresse percebido entre estudantes de graduação: fatores associados à influência do modelo ENEM/SiSU e possíveis consequências sobre a saúde. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 72, n. 1, p. 19–28, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/gnT3VKfkZNXdgRSBtQzwzvB/#> Acesso em: 17 mai. 2023.

DRAIBE, S. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno 8**. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP/Unicamp, 1993. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/104/CadPesqNepp8> Acesso em: 14 mai. 2021.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011. DOI: 10.1590/S0103-20702011000100006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12654> Acesso em: 15 fev. 2023.

ESPERIDIÃO, M. A. Análise Política em Saúde: Síntese das Abordagens Teórico- Metodológicas. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe2, p. 341-360, 2018. Disponível em: [Análise política em saúde: síntese das abordagens teórico-metodológicas](#) Acesso em: 20 mai. 2022.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975a.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega 1975b.

FIORONI, L. N. *et al.* Aprendendo a cuidar na pandemia por covid-19: experiência com grupo on-line em saúde mental. **Cadernos da Pedagogia**. v. 15, n. 31 (2021) ISSN: 1982-4440 Disponível em: [APRENDENDO A CUIDAR NA PANDEMIA POR COVID-19: EXPERIÊNCIA COM GRUPO ON-LINE EM SAÚDE MENTAL | Cadernos da Pedagogia](#) Acesso em: 4 out. 2021.

FOUCAULT, M. **História da loucura: na Idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP**, Campinas, SP, n.82, 2009. Disponível em: [Geraldo di Giovanni](#) Acesso em 15 set. 2021.

GOMES, L. M. **Psicologia, assistência estudantil e ensino superior**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: [Psicologia, assistência estudantil e ensino superior](#) Acesso em 12 fev. 2023

GRANER, K. M. e CERQUEIRA A. T. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2019, v. 24, n. 4, pp. 1327-1346. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017> Epub 02 Maio 2019. ISSN 1678-4561. Acessado em: 16 ago. 2021.

IBGE, Brasil. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Rio de Janeiro : IBGE, 2020. Disponível em: [SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS](#) Acesso em: 12 mai. 2022.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 129, 2017, pgs. 285-303. Disponível em: [A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira](#). Acesso em: 24 jun. 2021.

JOLY, M. C.; SANTOS, A. A.; SISTO, F. F. **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, vol. 26, no 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/06.pdf> Acesso em: 24 jun. 2021.

KERSTENETZKY, Celia L.; KERSTENETZKY, Jaques (2015). O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, pp. 581 a 615.(Disponível em:<http://ref.scielo.org/vxhk53>)

KON, A. Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n.3, São Paulo: FGV, 1994, p.49-61. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38270> Acesso em: 24 jun. 2021.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, G. C., OLIVEIRA, C. A. de, FREITAS, T. A. de. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento E Políticas Públicas**, (55), 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1091> Acesso em: 24 jun. 2021.

MACHADO, J. P. e PAN, M. A. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2016, v. 21, n. 4, pp. 477-488. Disponível em: [Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários](#). Acesso em 15 ago. 2021.

MAIA, H. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades**. Recife:Ruptura, 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, M. C. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ªed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**. 2012, v. 37, n. 2, pp. 353-381. Epub 22 Jan 2013. ISSN 2175-6236. Disponível em: [Gerencialismo](#). Acesso em: 20 mai. 2022.

OLIVEIRA, A. A.; GOMES, L. M. A psicologia nos contextos de desigualdade: ações em debate na assistência estudantil. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 611-626, dez. 2020. Disponível em: [A psicologia nos contextos de desigualdade: ações em debate na assistência estudantil](#) Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVEIRA, E. S. *et al.* Estresse e comportamentos de risco à saúde entre estudantes universitários. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 1, e20180035, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0035>. Disponível em: <[SciELO - Brasil - Stress and health risk behaviors among university students Stress and health risk behaviors among university students](#)>. Acesso em: 12 mai. 2021. Epub Feb 10, 2020.

OSSOWSKI, S. **Estrutura de Classes na Consciência Social**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

PAULA, M. F. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2017, v. 22, n. 2, pp. 301-315. ISSN 1982-5765. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002> Acesso em: 15 ago. 2021.

PAULA, W. *et al.* Prevalence of anxiety, depression, and suicidal ideation symptoms among university students: a systematic review. **Brazilian Journal of health Review**. (Curitiba) [online]. v. 3, n. 4, p. 8739-8756 jul./ago. 2020. ISSN 2595-6825. DOI:10.34119/bjhrv3n4-119. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/13518/11334> Acesso em: 20 fev. 2021.

PAVELTCHUK, F. O.; BORSA, J. C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 41-54, dez. 2020. Disponível em: [A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais](#) Acesso em: 12 mai. 2021.

PENHA, J. R., OLIVEIRA, C. C., MENDES, A. V. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa/ University student mental health: integrative review/ Salud mental del estudiante universitario: revisión integrativa. **JOURNAL HEALTH NPEPS**, 5(1), 369–395, 2020. Disponível em: [Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa/ University student mental health: integrative review/ Salud mental del estudiante universitario: revisión integrativa | Journal Health NPEPS](#) Acesso em 24 jul. 2021.

PEREIRA, R. S. **A universidade eficiente no Brasil: reflexões sobre a política nacional de avaliação e a gestão universitária**. 1. ed. Florianópolis: Enunciado, 2020.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, M.; NOZAKI, W. **A sociedade brasileira entre valores modernos e mercantis**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/04/10/a-sociedadebrasileira-entre-valores-modernos-e-valores-mercantis/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

POZOS-RADILLO, B. E. *et al.* Academic stress as a predictor of chronic stress in university students. **Psicologia educacional** (Madrid); 20(1): 47-52, jun 2014. Disponível em: [Academic stress as a predictor of chronic stress in university students / El estrés académico como predictor del estrés crónico en estudiantes universitarios](#). Acesso em: 26 mai 2021.

QUIVY, R.; CHAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2007, v. 20, n. 2, pp. v-vi. Epub 17 Jul. 2007. ISSN 1982-0194. Disponível em: [Revisão sistemática X revisão narrativa](#). Acesso em: 18 abr. 2022.

SAFATLE, V.; DA SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

SAFATLE, V.; DA SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

SALES, J. G. **Saúde mental do estudante na UFPE: um campo semeado entre as políticas de educação e de saúde**. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: [RI UFPE: Saúde mental do estudante na UFPE : um campo semeado entre as políticas de educação e de saúde](#) Acesso em 12 fev. 2023

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, Julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/download/10351/pdf> Acesso em 20 mai. 2022.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. 2020, v. 37 [Acessado 8 Junho 2022] , e200063. Disponível em: [Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus \(COVID-19\)](#) Epub 18 Maio 2020. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>.

SILVA, T. F. e. Desafios da atuação do psicólogo na Assistência Estudantil em uma universidade federal. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 15, n. 4, p. 1-17, dez. 2020. Disponível em [Desafios da atuação do psicólogo na Assistência Estudantil em uma universidade federal](#) Acesso: em 16 ago. 2021.

SILVEIRA, M. L. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Revista Outubro**, n. 7, p. 103-113, 2002. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf> Acesso em: 23 jan. 2023.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/260> Acesso em: 24 jun. 2021.

SINGER, P. **Dominação e Desigualdade: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

SOUZA, J. **A classe média no espelho** (2018). São Paulo: Ed. Sextante.

SUNDE, R. M. Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários. **PSI UNISC**, v. 5, n. 2, p. 33-46, 10 jul. 2021. [Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários | PSI UNISC](#) Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/16348> Acesso em: 28 mai. 2022.

TAVOLACCI, M.P. *et al.* Prevalence and association of perceived stress, substance use and behavioral addictions: a cross-sectional study among university students in France, 2009–2011. **BMC Public Health**, 13, 724 (2013). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-724>. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-13-724#citeas>. Acesso em: 26 mar. 2021.

World Health Organization. 2019. **Mental health: a state of well-being**. Disponível em: [10 facts on mental health](#) Acesso em: 15 ago. 2021.

5. APÊNDICES

APÊNDICE A - UNIDADES DE REGISTRO - DADOS BRUTOS

1)ARAÚJO, V. C.	Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduandos nas IFES brasileiras
<p>*ano: 2020</p> <p>*tipo: dissertação</p> <p>*origem autor: TAE - PR planejamento</p> <p>*sujeitos: trabalhadores das PRAES</p> <p>*objetivo: compreender as ações de assistência em saúde mental no cenário de sofrimento psíquico dos discentes de graduação de IFES</p> <p>*metodologia: estudo quantitativo, descritivo, envio de questionários</p> <p>*dados evidenciados na pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> -pouco mais da metade das PRAES usa recurso do PNAES para desenvolver ações de atenção à saúde mental dos alunos; -discrepância entre a informação dada pelas IFES e os dados de aporte financeiro em saúde mental; -60% usam clínicas-escola dos cursos de psicologia; -menos da metade faz uso de embasamento técnico sobre o tema - a maioria usa dados da andifes; -IFES indicam que há discussão com os estudantes, mas não informam como é feita; -Ifes indicam discussão em sítios eletrônicos, - rodas de conversa, palestras, programas de rádio, etc; -60% tem política de acolhimento e identificação de alunos com problemas - não falam como; -90% dizem ter equipe de médico/psicólogo mas 98% dizem que são em número insuficiente; -mais da metade sem convênio com rede; as IFES têm adotado o acolhimento como uma prática exitosa que pode ajudar na integração e ambientação <p>*conclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PNAES - escassez de recursos = não atende integralmente público-alvo; - não há estudos que demonstrem a efetividade deste programa quanto a sua eficácia na permanência dos discentes e nem de sua contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico EQUIVOCADO, TEM MUITOS; - temática relevante - discutida na maioria das universidades - desenvolvem ações com recursos próprios (psicólogos PRAEs e clínicas-escola) - necessidade de estabelecer parcerias e convênios com a rede pública de saúde; - propõe IFES usem recursos além do PNAES - propõe atenção SM institucionalizada (Plano de Desenvolvimento Institucional e normativos internos) <p>REFERENCIAL TEÓRICO</p> <p>ESTADO: não menciona</p> <p>POLÍTICAS PÚBLICAS: conceito não menciona; analisa política de promoção à saúde e PNAES</p> <p>UNIVERSIDADE: não menciona</p> <p>SAÚDE MENTAL: história do conceito; determinantes sociais de saúde; sofrimento psicológico sob parâmetros clínicos; promoção à saúde; dados do sofrimento universitário FONAPRACE</p>	

2)FIORONI, L. N	Aprendendo a cuidar na pandemia por covid-19: experiência com grupo on-line em saúde mental.
<p>*ano: 2021 *tipo: artigo *origem autor: Professora Psico *sujeitos: equipe que desenvolveu o projeto - uma professora, uma bolsista e 5 voluntários *objetivo: análise de uma experiência de assistência estudantil no contexto da pandemia por COVID-19, com foco na construção da grupalidade da equipe de trabalho enquanto ferramenta e processo significativos de aprendizagem e formação em saúde mental. *metodologia: qualitativa - análise de experiência *dados evidenciados na pesquisa: -seleção de participantes via edital de programa institucional -fundamenta Grupos Operativos - Pichon Riviere, Vygotsky e Paulo Freire -24 participantes aceitaram participar (foi informado que ia ser um projeto de pesquisa/laboratório) -grupos online -grupo remoto de acolhimento em saúde mental *conclusão: -grupalidade colaborativa e afetiva desenvolvida na e pela equipe, foi o diferencial da experiência, materializada em práxis verdadeira, levando-nos a recomendar este modelo em novos grupos e cenários. -Limites do trabalho: o acesso à tecnologia (internet de qualidade), a modalidade remota, o curto tempo de execução (3 meses), e a modalidade uniprofissional (psicologia), -alcances do trabalho: uma população privilegiada no acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICS), familiaridade com ferramentas tecnológicas, espaço real e efetivo de acolhimento REFERENCIAL TEÓRICO ESTADO: não menciona POLÍTICAS PÚBLICAS: não menciona FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona SAÚDE MENTAL: perspectiva ampliada de subjetividade - Foucault; promoção saúde mental; atenção saúde mental por Grupos Operativos - Psicanálise + Sítio-Histórica</p>	
3)OLIVEIRA, A. A.; GOMES, L. M. A	A psicologia nos contextos de desigualdade: ações em debate na assistência estudantil.
<p>*ano: 2020 *tipo: artigo *origem autor: Professora Psico + TAE Psico *sujeitos: não se aplica - revisão documental *objetivo: mapear os fazeres dos psicólogos vinculados às PRAES *metodologia: qualitativa - revisão sistemática - metassíntese - descritiva *dados evidenciados na pesquisa: - investigação qualitativa em todos os artigos, com predomínio da técnica de relato de experiência, representando 60% da amostra; -PNAES como norteador das suas ações. - atividades foram desenvolvidas por meio dos profissionais nela lotados ou pelas parcerias com outros setores da instituição -problematiza: equipes multiprofissionais (necessidade e forma de atuação); -formatos: plantão, grupos e oficinas, psicoterapia individual, orientação psicopedagógica e profissional, palestras, participação nos projetos coletivos;</p>	

- ações de interface da Psicologia com a saúde e com a educação;
- 2015 +individual (plantões e serviço de atendimento ao estudante). 2016 perspectivas mescladas grupais+individuais. 2017 +trabalho equipes institutos federais. 2018 projetos atendimento com perspectivas individuais+grupais, levantamentos trabalho do psicólogo na assistência estudantil

***conclusão:**

- surgimento de publicações a partir de 2015 (pode ter relação c políticas públicas de democratização do ES + contratação de profissionais em 2014);
- predominância de atividades de caráter individual mas há problematização e questionamento das práticas;
- ênfase na reflexão crítica para um avanço das práticas em Psicologia Escolar e Educacional.
- categorias temáticas presentes: autonomia universitária no contexto do Pnaes, atividades desenvolvidas, e identidade em construção.
- sugerem: ampliação papel psicólogo/ diversificar atividades no contexto educacional superior, e posicionamentos críticos com relação à prática;
- sugere estudo de sínteses interpretativas na realização de crítica interna à ciência – abordagem teórica, metodológica e atuação – buscar inovação.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: analisa autonomia universitária na administração do PNAES

POLÍTICAS PÚBLICAS: analisa políticas democratização do acesso e PNAES

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona

SAÚDE MENTAL: descreve modelos e perspectivas teóricas utilizadas, não analisa conceito de subjetividade

**4)BIESEK, D. M.;
GAGLIOTTO, G.
M.**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO E BEM ESTAR DOS UNIVERSITÁRIOS.**

***ano:** 2020

***tipo:** artigo

***origem autor:** Professora Psico; Psicóloga não-vinculada IFES

***sujeitos:** não se aplica - ensaio

***objetivo:** discutir pouca oferta de assistência à saúde mental dos universitários

***metodologia:** qualitativa - ensaio

***dados evidenciados na pesquisa:**

- área educacional: cuidado voltado à saúde física e bucal, segurança e formas de avaliação do desempenho;

- 66% das instituições não possuem o serviço de assistência à saúde mental dos universitários.os serviços abrangem cuidados ao problema já instalado

-neoliberalismo: lucro com medicalização dos universitários + privatização da atenção + manutenção da estratificação social.

- abordagem do ciclo de políticas Mainardes (2006): 1) influência, (grupo pensa as políticas e influencia sua implantação) (saúde mental na universidade a influência é inexistente ou fraca; 2) produção de texto - nas universidades normativas de assistência psicológica está ausente

-pesquisa Andifes/Fonaprace situação crítica em saúde mental (pensar abandonar curso: problemas físico e mental são quarta maior causa 21,2%)

- dificuldades emocionais tiveram aumento de 2014 até o ano de 2018.

-alternativas, ações, estão sendo realizadas, projeto de extensão

***conclusão:**

- ausência de normativa que regulamente serviços de assistência à saúde mental dentro do contexto do ensino superior.
- necessário refletir período histórico no qual as transformações em políticas precisam ocorrer;
- ausência de políticas na área beneficia o mercado médico: favorece altas taxas de evasão e gastos maiores em saúde.
- PNAES reproduz meritocracia no acesso às ações (foco nas dificuldades econômicas, deixando de abranger a saúde mental)
- ciclos interligados, Não há o **resultado** para o que não é regularizado, nem **estratégia política**, pois sem resultados, não se tem como seguir
- os dados sobre o perfil dos acadêmicos apontam para a necessidade de uma atenção voltada à saúde mental desses sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: menciona neoliberalismo

POLÍTICAS PÚBLICAS: Lei Reforma Psiquiátrica; Teoria Ciclo Políticas Públicas; PNAES

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona

SAÚDE MENTAL: subjetividade - Psicanálise; Pesquisa FONAPRACE/Andifes

5)BERNARDES, L.

Universidade, saúde mental e direitos humanos: análise institucional a partir das vivências dos estudantes da UFT

***ano:** 2021

***tipo:** dissertação

***origem autor:** TAE - Assist Adm - Administradora

***sujeitos:** estudantes de graduação

***objetivo:** análise institucional acerca das políticas públicas de promoção de saúde mental na Universidade (Baremlitt)

***metodologia:** pesquisa qualitativa - entrevistas semi-estruturadas

***dados evidenciados na pesquisa:**

-universidade pública brasileira promoveu na última década transformação elite, branca e masculina -54% negros e 52% mulheres, – IBGE (2019);

-entrada na universidade pode ser considerada um evento de crise, em que as construções subjetivas dos estudantes são colocadas a prova,

- universidades, enquanto instituições são reflexos de uma sociedade autoritária - estritamente técnica de reprodução de resultados,

-IFES papel sociedade brasileira, formação do pensamento crítico, produção e divulgação ciências, razão alvos política de desmonte

- neoliberalismo escolar Laval 2019 - alunos empreendedor, eficiência e eficácia - competição, capital humano,

- formas de viver e estar no mundo têm produzido novas formas e expressões do sofrimento psíquico.

- usa a pesquisa andifes/fonaprace - 2014, os números apresentados em 2018 subiram consideravelmente, .

-iniciativas e programas propõem a institucionalização de ações que assegurem o cuidado e atenção como políticas das universidades (disciplinas transversais, setores responsáveis para atenção e promoção)

***conclusão:**

-sofrimento pior pandemia,

- escassez de dispositivos institucionais que permitam a prevenção do sofrimento psíquico.
 -perfil confirma vulnerabilidades socioecon referencial,
 -baixa procura/adesão às ações;
 -desencontro estudantes, setores e serviços, alunos não tem retorno, denota dificuldades de comunicação instituição/alunos;
 - pensar a universidade em sua nova configuração, majoritariamente negra e feminina, com acesso das populações quilombolas e etnias indígenas, não apenas numa dimensão material de justiça social
 -falta de política de saúde mental da universidade, reconhecer urgência .
 *fez cartilha como produto técnico, saúde mental, direitos humanos e serviços de assistência e acolhimento na universidade e na rede pública de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: menciona neoliberalismo

POLÍTICAS PÚBLICAS: Menciona relacionadas a Direitos Humanos; Reforma Psiquiátrica; menciona financiamento de política pública

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: analisa impacto da política de democratização do acesso; papel na formação de pensamento crítico

SAÚDE MENTAL: perspectiva subjetividade Psicanálise; analisa criticamente conceituação clínica;

6)CARVALHO, C.

Vivências comunitárias: possib de implem de programas voltados para o bem-estar e saúde mental no ambiente universitário.

*ano: 2022

*tipo: dissertação

*origem autor: TAE -Produtor Cultural

*sujeitos: estudantes de graduação

*objetivo: discutir necessidades e possibilidades de implementação de progr instituc de promoção do bem-estar e da saúde mental

*metodologia: qualitativa e fenomenológica - entrevistas com estudantes e grupo focal - análise de conteúdo temática

*dados evidenciados na pesquisa:

-reflexões benefícios pelas artes intermediadoras de bem-estar, possíveis melhorias nos processos comunicacionais para atingir o público-alvo;

- programa foi delineado pelas necessidades dos alunos na pesquisa: intervenções promotoras de bem-estar possam ser mediadas pelos próprios alunos;

- modelos: vivência artíst e esp/lazer, rodas Terapia Comunitária Integrativa - ações integradas com rede; institucionalização/criação setores; Atendimento individual e grupos; Acolhida; desenvolve fóruns estudantis.

- relac interv c preocup inst c formaç integr estudantes, desenv senso de cidadania, qualidade de vida da comunidade universitária como um todo

-ingresso na universidade coincide com a transição do jovem para a idade adulta, o que promove uma série de impactos emocionais nos estudantes.

-ampliar depend mais de interesse inst do que de recursos financeiros.

*conclusão:

- pontos mais sensíveis aos alunos: os que marcam a vivência universitária (adaptação à vida acadêmica, as incertezas a respeito do curso e a relação professor-aluno);

- falta de repercussão curricular das iniciativas comunitárias, (promotoras de saúde e amplamente ofertadas pela instituição);

- divulgação ineficiente/visão partic - sugerem redes sociais, apps conversa online;
 - rel prof-aluno na percepção de saúde mental =necessidade de orient/conscient corpo docente (respons acolher) rel hier/assimetr -alunos quest autoritários -postura empática educador, como dos pares quando prestam amparo uns aos outros, compõem rede de apoio;
 -necessário mapear perfis/grupos redes soc, disseminar conteúdo oficial - grupos geridos próprios possuem maior potencial de alcance.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: não menciona

POLÍTICAS PÚBLICAS: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC); PNAES

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona

SAÚDE MENTAL: Perspectiva Ecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner); Saúde mental dos universitários

7) GOMES, L. M.

Psicologia, assistência estudantil e ensino superior.

*ano: 2020

*tipo: dissertação

*origem autor: TAE - Psicóloga

*sujeitos: não se aplica - pesquisa documental

*objetivo: mapear como a Psicologia se apresenta no contexto da assistência estudantil das universidades

*metodologia: pesquisa qualitativa - metassíntese.

*dados evidenciados na pesquisa:

- série histórica: doc de 2004 a 2018 aumentam Psicólogos nas IFES (polít exp, aces, perman. + contratações) e formatos de atenção

- assistência estudantil= direitos humanos: saúde, recurso pedagógico, acomp necess especiais, recursos básicos (alimentação/moradia/transporte).

- aumento de estudantes e pluralidade =novas demandas em frente às desigualdades e diversidades.

- grande demanda p Psi + não tem modelos prát/teór consolid sobre tal prática nesse contexto

- 2015 surgem public= implementação das políticas= 2014 maior núm serv= pode estar relacionado

- autonomia executiva PNAES=diversidade de propostas executadas e desenvolvimento do trabalho realizado entre os profissionais.

- profissionais nos artigos são de: assist est+ parcerias outros set Inst(proj ext-estud psi) ou serv outros set.

- estudos mudam foco: de persp ação indivíduo para grupos = compreensão + ampla ativ Psic na assistência estudantil.

- Psicologia não vinculada a um setor de saúde, mas desenvolve projetos ou programas voltados para a saúde do estudante.

*conclusão:

- Psicologia Escolar/Educacional com ênfase clínica individual;

- há possibilidade e necessidade de novos tipos de intervenção em psicologia;

- trab equipe multiprofissional, mas quadro pequeno frente demanda.

- 3Motiv mod clín 1)rede saúde mental precár, aus pol públ saúde efic 2)adoecer mental universit demandresolut 3) Psic vista+ clínica trata problpsic

- PNAES propõe pensar o sujeito sócio-histórico, integral, mas as ações ficam no campo subsistência e pedagógico.

- ações psíquicas não podem substituir/serviço/público saúde, parte rede psicossocial, deve assumir uma postura mediadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: não menciona

POLÍTICAS PÚBLICAS: breve conceitualização; analisa políticas de acesso IFES; analisa PNAES

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona

SAÚDE MENTAL: sofrimento dos estudantes; papel da Psicologia Escolar e Educacional nas SM nas IFES

8)SALES, J.

Saúde mental do estudante na UFPE: um campo semeado entre as políticas de educação e de saúde.

*ano: 2020

*tipo: dissertação

*origem autor: TAE - Psicóloga

*sujeitos: representantes dos dispositivos

*objetivo: análise dos dispositivos institucionais que atuam na SM estudantes de uma IFES

*metodologia: qualitativa - estudo de caso - entrevistas representantes dispositivo, análise documental, análise temática por ATLAS.ti

*dados evidenciados na pesquisa:

- 27 dispositivos em diversos formatos, vinculações e funcionamentos (promoção, prevenção ou intervenção - clínico, pedagógico ou institucional);

- ciclo das políticas públicas- modelo bottom up (de baixo pra cima - interação diferentes atores) - Modelo Lógico ;

- estudos feitos até 2016 não acompanharam a retração de investimentos/aportes/continuidade no financiamento do PNAES;

- Público: Maioria atende exclusiv estud graduação, poucos atendem pós, alguns atendem específicas minorias, e alguns atendem público em geral.

- Equipe: maioria tem psic/psic (TAES e professores)e outros profiss saúde geral, minoria possui equipe multidisciplinar com outras profissões.

-múltiplas vulnerabilidades da dimensão coletiva- elementos de discriminação e a sensação de não pertencimento =fonte de sofrimento psíquico;

- entrevistas não mencionam notificação compulsória suicídio - tabu - fundamental p dados epidemiológicos e estruturação de políticas públicas.

*conclusão:

- ausência de uma política de saúde mental = desafio - dispositivos executam ações de acordo com a política existente (SM e PNAES), mas é incoerente com a proposta de compreensão ampliada de ser humano que as políticas propõem;

-necessidade cuidado x exigências da gestão (evasão/retenção)= paradoxo contrapartida/produtividade (metas pedagógicas como parâmetro acesso SM);

-desafios institucionais: democratização, normatização, definição responsabilidades, planejamento estratégico.

- produto: página virtual com o mapeamento dos dispositivos

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: menciona crítica ao neoliberalismo

POLÍTICAS PÚBLICAS: conceitualiza pp; descreve modelo de análise de pp Ciclo de Políticas; analisa PNAES e Política nac SM;

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: não menciona

SAÚDE MENTAL: conceitua na perspectiva clínica; Reforma Psiquiátrica; aprofunda epidemiologia+perfil FONAPRACE; considerou as multideterminações do sofrimento psíquico(individual, institucional, coletiva ou conjuntural).

9)CLEM, E. L.

Não está tudo bem: desafios de estudantes de baixa renda na conquista de seu lugar na educação superior pública.

*ano: 2020

*tipo: dissertação

*origem autor: TAE - Psicólogo

*sujeitos: gr moradores/CEU+profess+psicólogo/serv

*objetivo: analisa mudança no perfil dos estudantes no contexto das ações afirmativas e reuni

*metodologia: análise institucional - cartografia: pesquisa-intervenção/produzir conhecim agindo sobre a quest programa MAXQDA®,

*dados evidenciados na pesquisa:

- perfil - maioria oriundos de famílias de baixa renda, realidades distintas (cursos, ambições, experiências).

- Gestão alinhada à Lógica Empresarial princip neoliberal x inexistente gestão democrática - tem impacto na saúde mental (produtividade x desamparo)

- Acesso aos programas de assistência estudantil subsist limitado por Tempo máximo de permanência nos programas

- dificuldades dos Professores nas relações interpessoais e Didática;

- pressão pelo sucesso acadêmico x desafios da adaptação à vida acadêmica (hábitos, saberes de base, ec)

- altos índices sofr psi x “apoio psic” indiv/psiq = principal ação além d progr assist estud

- ocorre promoç saúde através da construção de identidade coletiva (participação em grupos, coletivos, etc)

- não há participação política nos debates (segurança, insegurança alimentar)

*conclusão:

- Senso de pertencimento, afirmação identidade estudante baixa renda, mobilização política, aprimoram diálogo

- instituição excessivamente burocrática, isso dificulta diálogo - necessário construção de gestão democrática e apoiar protagonismos estudantil

- Orçam insufic assiste stud - muitos não têm acesso.

*UnB 2016 Rede Ibero-amer Universo Promotoras Saúde (Riups) - adotar política p indiv fazer parte da construção de sua própria saúde (Almeida, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: menciona lógica neoliberal

POLÍTICAS PÚBLICAS: analisa políticas de acesso e permanência; analisa PNAES.

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: recupera histórico da função social da universidade; menciona função social da universidade como potencial de transformação das desigualdades sociais; menciona presença forte da lógica neoliberal em práticas, formando uma cultura da universidade nessa lógica (particularmente a partir da gestão)

SAÚDE MENTAL: base ontológica filosofia da diferença e na esquizoanálise

10)SILVA, T. F.

Desafios da atuação do psicólogo na Assistência Estudantil em uma universidade federal.

*ano: 2020

***tipo:** artigo

***origem autor:** TAE - Psicólogo

***sujeitos:** não se aplica - relato de experiência

***objetivo:** apresentar os desafios do trabalho em Psicologia numa PRAE

***metodologia:** relato de experiência

***dados evidenciados na pesquisa:**

- crítica a diferenciação Psicologia Escolar (profissional- âmbito escolar Psicologia Educacional (fenômeno psicológico no processo educativo)

- busca da construção da identidade do Psicólogo que atua nas assistências estudantis da IFES (cargo em ocupações recentes)

- debate com comunidade acadêmica e gestão para apresentar o fazer do Psicólogo Escolar

- questionário 197 estudantes do campus - identificar aspectos gerais vivência universitária e demandas Psi - auxiliou no planejamento ações Psicologia

- identifica recursos humanos insuficientes e demandas complexas (várias dimensões - social, clínica, organizacional)

- necessidade de articular busca de soluções com a rede

- relato contato com Psicólogos de outras IFES: necessidade de romper com a prática clínica tradicional; equipes com poucos profissionais; pouco conhecimento papel do psicólogo na universidade;

- relata atuação transversal do Psic nas áreas do PNAES: interdisciplinaridade e apoio nos processos de seleção para conhecimento da realidade integral do aluno; inserção em ações nas CEUs - visitas, rodas de conversa; acolhimento; campanhas de promoção de saúde, encaminhamento e acompanhamento de estudantes com problemas de saúde para rede municipal; SM campanhas, oficinas demandas mais comuns vida universitária, palestras; cult/esp participa organização e mobilização; acesso de nec/espec atua em rede com núcleo responsável

***conclusão:**

- o trabalho dos Psicólogos nas PRAES deve privilegiar a perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional e com equipes multiprofissionais;

- expansão acesso IFES x equipes insuficientes e precarizadas.

- pressão gestão para resolução imediata (clínica) - necessário educar a comunidade acadêmica para o papel do psicólogo Escolar/Educacional.

- psicólogo educ/esc/Ifes ultrapassa foco desempenho acadêmico: questões institucionais, do processo educativo e formação profissional e cidadã.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO: não menciona

POLÍTICAS PÚBLICAS: políticas de acesso; PNAES;

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: menciona dimensão de formação para a cidadania e compromisso social; necessidade de superar visão reducionista de transmissão de conteúdos

SAÚDE MENTAL: menciona pesquisas sobre sofrimento dos universitário; não tem perspectiva definida

APÊNDICE B - PLANILHA DE CATEGORIAS

flacso							
Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Extensões Ajuda							
100% R\$ % 0,00 123 Padrã... - 10 + B I A							
G17							
A	B	C	D	E	F	G	
1	AUTOR	ANO	TIPO	ORIGEM AUTOR	SUJEITOS	OBJETIVO	METODOLOGIA
2	ARAÚJO, V.	2020	dissertação	TAE - outro	trabalhadores	compreender as ações	quanti - descritivo - documental+questionário
3	FIORONI, L.	2021	artigo	Prof. Psicologia; estudantes Psicologia	trabalhadores	análise de uma experiência	quali - estudo de caso
4	OLIVEIRA, F.	2020	artigo	Prof. Psico, TAE Psico	documental	mapear os fazeres	quali - revisão sistemática - metassintese
5	BIESEK, D. N.	2020	artigo	Prof. Psicologia; Psicóloga voluntária	documental	discutir pouca oferta	quali - estudo de caso
6	BERNARDE	2021	dissertação	TAE - outro	estudantes	análise institucional acerca das políticas	quali - entrevistas
7	CARVALHO,	2022	dissertação	TAE -outro	estudantes	discutir necessidades/possibilidades da política	quali - entrevistas
8	GOMES, L. N.	2020	dissertação	TAE - Psicóloga	documental	mapear como a Psicologia se apresenta	quali - revisão sistemática - metassintese
9	SALES, J.	2020	dissertação	TAE - Psicóloga	trabalhadores	análise dos dispositivos institucionais	quali - estudo de caso - ATLAS.ti
10	CLEM, E. L.	2020	dissertação	TAE - Psicóloga	trabalhadores e estudantes	análise de experiência	quali - estudo de caso - MAXQDA®
11	SILVA, T. F.	2020	artigo	TAE - Psicólogo	trabalhadores	apresentar desafios do trabalho em Psicologia	quali - estudo de caso
I							
1	CONCLUSÃO						
2	PNAES - escassez de recursos - não atende integralmente seu público-alvo; não há estudos que demonstrem a efetividade deste programa quanto a sua eficácia na permanência dos discentes e nem						
3	-grupalidade colaborativa e afetiva desenvolvida na e pela equipe, foi o diferencial da experiência, materializada em práxis verdadeira, levando-nos a recomendar este modelo em novos grupos e c						
4	- surgimento de publicações a partir de 2015 (pode ter relação c políticas públicas de democratização do ES + contratação de profissionais em 2014); - predominância de atividades de caráter indiv						
5	-ausência de normativa que regulamente serviços de assistência à saúde mental dentro do contexto do ensino superior. - necessário refletir período histórico no qual as transformações em políticas						
6	-sofrimento pior pandemia, - escassez de dispositivos institucionais que permitam a prevenção do sofrimento psíquico.-perfil confirma vulnerabilidades socioecon referencial, -baixa procura/adesi						
7	- pontos mais sensíveis aos alunos: os que marcam a vivência universitária (adaptação à vida acadêmica, as incertezas a respeito do curso e a relação professor-aluno); - falta de repercussão curric						
8	- Psicologia Escolar/Educacional com ênfase clínica individual; - há possibilidade e necessidade de novos tipos de intervenção em psicologia; - trab equipe multiprofissional mas quadro pequeno ;						
9	- ausência de uma política de saúde mental = desafio - dispositivos executam ações de acordo com a política existente (SM e PNAES), mas é incoerente com a proposta de compreensão ampliada						
10	- Senso de pertencimento, afirmação identidade estudante baixa renda, mobilização política, aprimoram diálogo;- instituição excessivamente burocrática, isso dificulta diálogo - necessário constru						
11	- o trabalho dos Psicólogos nas PRAES deve privilegiar a perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional e com equipes multiprofissionais;- expansão acesso IFES x equipes insuficientes e prec						
H							
1	DADOS PESQUISA						
2	pouco mais da metade das PRAES usa recurso do PNAES para desenvolver ações de atenção à saúde mental dos alunos; discrepância entre a informação dada pelas IFES e os dados de aporte fins						
3	-seleção de participantes via edital de programa institucional -fundamenta Grupos Operativos - Pichon Riviere, Vygotsky e Paulo Freire -24 participantes aceitaram participar (foi informado que is						
4	- investigação qualitativa em todos os artigos, com predomínio da técnica de relato de experiência, representando 60% da amostra; -PNAES como norteador das suas ações. - atividades foram des						
5	- área educacional: cuidado voltado à saúde física e bucal, segurança e formas de avaliação do desempenho; - 66% das instituições não possuem o serviço de assistência à saúde mental dos universi						
6	- universidade pública brasileira promoveu na última década transformação elite, branca e masculina -54% negros e 52% mulheres, - IBGE (2019); - entrada na universidade pode ser considerada t						
7	- reflexões benéficas pelas artes intermediadoras de bem-estar, possíveis melhorias nos processos comunicacionais para atingir o público-alvo;- Programa foi delineado pelas necessidades dos alu						
8	- série histórica: doc de 2004 a 2018 aumentam Psicólogos nas IFES (polit exp,aces,perman. + contratações) e formatos de atenção; - assistência estudantil= direitos humanos: saúde, recurso peda						
9	- 27dispositivos em diversos formatos, vinculações e funcionamentos (promoção, prevenção ou intervenção - clínico, pedagógico ou institucional);- ciclo das políticas públicas- modelo bottom up						
10	perfil - maioria oriundos de famílias de baixa renda, realidades distintas (cursos, ambições, experiências). - Gestão alinhada à Lógica Empresarial princip neoliberal x inexistente gestão democrática - t						
11	- crítica a diferenciação Psicologia Escolar (profissional- ambito escola) x Psicologia Educacional (fenômeno psicologico no processo educativo);-busca da construção da identidade do Psicologo						
J							
1	SAUDE MENTAL						
2	Subjetiv SM modclín/OMS/determinantes sociais	-SofrPsiEstud	clínico/dados FONAPRACE	-Intervenção	promoção à saúde mental		
3	Subjetiv Psicanálise			-Intervenção	promoção/atenção à saúde mental GrOp (Psicanálise+ Sócio-Histórica)		
4	Subjetiv SM modelo clínico						
5	Subjetiv Psicanálise	-SofrPsiEstud	clínico/dados FONAPRACE				
6	Subjetiv Psicanálise						
7	Subjetiv DesenvHumAbordEcológica	-SofrPsiEstud	clínico				
8	Subjetiv não menciona	-SofrPsiEstud	clínico	-Intervenção	PsicEscolarEducacional		
9	Subjetiv SM OMS modelo clínico/multideterm	-SofrPsiEstud	clínico/dados FONAPRACE				
10	Subjetiv Psicanálise						
11	Subjetiv não menciona	-SofrPsiEstud	clínico				
K							
1	ESTADO	POLITICA PUBLICA					
2	não menciona	PP não menciona		- P Saúde Mental/Promoção	analisa	- PNAES analisa	
3	não menciona	não menciona nada					
4	analisa autonomia universitária PNAES	PP não menciona	- P Democratização/	Acesso IFES	analisa	- PNAES analisa	
5	menciona neoliberalismo	PP não menciona		- P Saúde Mental/Lei Reforma	Psiquiátrica	- PNAES analisa	
6	menciona neoliberalismo	PP/financiamento menciona	- P Direitos Humanos	menciona			
7	não menciona	PP não menciona		- P Saúde/Práticas Integre	e Compl analisa	- PNAES analisa	
8	não menciona	PP conceitualiza	- P Democratização/	Acesso IFES	analisa	- PNAES analisa	
9	menciona neoliberalismo	PP conceitualiza		- P Saúde Mental	analisa	- PNAES analisa	
10	menciona neoliberalismo	PP não menciona	- P Democratização/	Acesso IFES	analisa	- PNAES analisa	
11	não menciona	PP não menciona	- P Democratização/	Acesso IFES	analisa	- PNAES analisa	
M							
1	UNIVERSIDADE						
2	não menciona						
3	não menciona						
4	não menciona						
5	não menciona						
6	FS formação de pensamento crítico						
7	não menciona						
8	não menciona						
9	não menciona						
10	FS superação das desigualdades		- superar racionalidade neoliberal na gestão				
11	FS formação para a cidadania		- superação das desigualdades e educação reducionista				

APÊNDICE C - PLANILHA RESULTADOS DA ANÁLISE

UN. REG.	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	APENAS MENÇÃO
SAÚDE MENTAL	8 - Subjetividade	4 - Psicanálise 3 - Modelo clínico tradicional 1 -Modelo Bioecológico	
	10 - Sofrimento psic. universitário	10 - Parâmetros clínicos / epidemiológicos	- <i>V Perfil Andifes/FONAPRACE</i>
	4 - Formas de intervenção	2 - Promoção de saúde 1 - Grupos operativos / Psicanálise 1 - Psicologia Escolar e Educacional	
ESTADO			- <i>4 - neoliberalismo</i> - <i>1 - autonomia universitária</i>
POLÍTICA PÚBLICA	4 - Políti. democr. acesso		
	4 - Polít. Saúde Mental	3 - Reforma Psiquiátrica	
	8 - PNAES		
UNIVERSIDADE			<ul style="list-style-type: none"> • <i>3 - função social</i> - <i>formação pensamento crítico sobre a realidade social</i> - <i>superação desigualdade social</i> - <i>produção de cidadania</i>